

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO
DE SERVIÇO SOCIAL

MATHEUS DUMS

ANÁLISE DA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DAS OCUPAÇÕES DA FRENTE
NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE (FNL) EM PONTA GROSSA - PARANÁ (PR)
DE DEZEMBRO DE 2021 A NOVEMBRO DE 2022

PONTA GROSSA

2022

MATHEUS DUMS

ANÁLISE DA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DAS OCUPAÇÕES DA FRENTE
NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE (FNL) EM PONTA GROSSA - PARANÁ
(PR) DE DEZEMBRO DE 2021 A NOVEMBRO DE 2022

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Silmara Carneiro e Silva.

PONTA GROSSA

2022

D896

Dums, Matheus

Análise da conjuntura sociopolítica das ocupações da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) em Ponta Grossa- Paraná: (PR) de dezembro de 2021 a novembro de 2022/ Matheus Dums. Ponta Grossa, 2022.

108 f.

Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso Serviço Social), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Silmara Carneiro e Silva.

1. Análise de conjuntura. 2. Perspectiva marxista-gramsciana. 3. Movimentos sociais. 4. Ocupações. 5. Moradia - direitos. I. Silva, Silmara Carneiro e (orient.). II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Depto. Serviço Social. III.T.

CDD: 360

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Departamento de Serviço Social
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

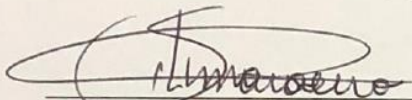
ATA DE AVALIAÇÃO DE TCC


Aos cinco dias do mês de dezembro de 2022, no Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela professora Silmara Carneiro e Silva (presidente – orientadora), Sandra Maria Scheffer e Cristiane Gonçalves de Souza (Membros), para análise do Trabalho de Conclusão de Curso sob o título: Análise da conjuntura sociopolítica das ocupações da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) em Ponta Grossa - Paraná (PR) de dezembro de 2021 a novembro de 2022, elaborado por MATHEUS DUMS, concluinte do Curso de Serviço Social. Aberta a sessão, o autor teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, argüido(a) pelos integrantes da Banca. Após os procedimentos de avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

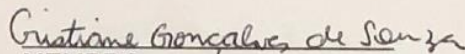
Presidente Silmara Carneiro e Silva Nota: 10,0
Membro Sandra Maria Scheffer Nota: 10,0
Membro Cristiane Gonçalves de Souza Nota: 10,0

O trabalho foi considerado aprovado, com nota final 10,0. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Ponta Grossa, 05 de dezembro de 2022.


PRESIDENTE


MEMBRO


MEMBRO

Observações: _____

A primeira provocação ele aguentou calado. Na verdade, gritou e esperneou. Mas todos os bebês fazem assim, mesmo os que nascem em maternidade, ajudados por especialistas. E não como ele, numa toca, aparado só pelo chão.

A segunda provocação foi a alimentação que lhe deram, depois do leite da mãe. Uma porcaria. Não reclamou porque não era disso.

Outra provocação foi perder a metade dos seus dez irmãos, por doença e falta de atendimento. Não gostou nada daquilo. Mas ficou firme. Era de boa paz.

Foram lhe provocando por toda a vida. Não pode ir a escola porque tinha que ajudar na roça. Tudo bem, gostava da roça. Mas aí lhe tiraram a roça.

Na cidade, para aonde teve que ir com a família, era provocação de tudo que era lado. Resistiu a todas. Morar em barraco. Depois perder o barraco, que estava onde não podia estar. Ir para um barraco pior. Ficou firme.

Queria um emprego, só conseguiu um subemprego. Queria casar, conseguiu [...]. Tiveram subfilhos. Subnutridos. Para conseguir ajuda, só entrando em fila. E a ajuda não ajudava.

Estavam lhe provocando. Gostava da roça. O negócio dele era a roça. Queria voltar pra roça. Ouvira falar de uma tal reforma agrária. Não sabia bem o que era. Parece que a ideia era lhe dar uma terrinha.

Se não era outra provocação, era uma boa. Terra era o que não faltava. Passou anos ouvindo falar em reforma agrária. Em voltar à terra. Em ter a terra que nunca tivera. Amanhã. No próximo ano. No próximo governo. Concluiu que era provocação. Mais uma. Finalmente ouviu dizer que desta vez a reforma agrária vinha mesmo. Para valer. Garantida. Se animou. Se mobilizou. Pegou a enxada e foi brigar pelo que pudesse conseguir. Estava disposto a aceitar qualquer coisa. Só não estava mais disposto a aceitar provocação.

Aí ouviu que a reforma agrária não era bem assim. Talvez amanhã. Talvez no próximo ano... Então protestou. Na décima milésima provocação, reagiu. E ouviu espantado, as pessoas dizerem, horrorizadas com ele:

- Violência, não!

(Luis Fernando Verissimo)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a conjuntura sociopolítica das ocupações da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) em Ponta Grossa - Paraná (PR) no período de dezembro de 2021 a novembro de 2022. A pesquisa tem natureza qualitativa de caráter exploratório e se configura como uma análise de conjuntura. Para tanto, utilizou-se de fontes bibliográficas e documentais. O marco teórico é definido por categorias analíticas marxista gramscianas como: sociedade civil, sociedade política e correlação de forças e as categorias de análise de conjuntura baseadas em Souza (2017): acontecimento, cenários, atores, relação de forças e relação entre estrutura e conjuntura. A coleta do material analisado se deu a partir de material jornalístico produzido pelo Portal A Rede e pelo Diário dos Campos (DCmais), que retrataram as Ocupações da FNL e também de materiais produzidos pelo perfil da FNL-PG no Facebook, no período analisado. Para a sistematização das informações coletadas junto às fontes selecionadas seguiu-se um roteiro previamente elaborado a partir da identificação dos diferentes ciclos da correlação de forças conjunturais, conforme as categorias de análise de conjuntura trabalhadas. A análise das informações foi realizada através da técnica de análise de conteúdo, da autora Laurence Bardin (1977). Os resultados da pesquisa demonstram que devido à estrutura capitalista desigual e racista, que exclui negros e indígenas e demais grupos subalternos na ordem do capital do acesso à terra e de uma conjuntura de crise internacional e de neoliberalismo que não assegura universalmente o direito à moradia, desafiando um dos pilares do capitalismo que é a propriedade privada, a FNL tem se organizado em prol da luta por moradia, realizando sua primeira ocupação no Estado do Paraná, no município de Ponta Grossa. Verificou-se, na conjuntura sociopolítica analisada, que nesse primeiro ano de ocupações diferentes ciclos de correlação de forças se constituíram, nos quais a FNL tem exercido protagonismo em articulação com outros atores locais e regionais, dos quais se destacam a Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Poder Legislativo Paranaense, o Ministério Público e o Poder Judiciário em prol do avanço progressivo da luta pela moradia enquanto um direito das famílias da Ocupação Ericson John Duarte, evidenciando-se nesse processo tendências regressivas e progressivas na correlação de forças no espaço local, o que implica em tensões para a FNL na relação entre conjuntura e estrutura.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de conjuntura; Perspectiva marxista-gramsciana; Movimentos sociais; Ocupações; Direito à moradia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema sobre a relação dos movimentos sociais na constituição das políticas públicas.....	46
Mapa 1 – Ocupação Ericson John Duarte.....	55
Mapa 2 – Cidade de Ponta Grossa com as divisões territoriais e constando a ocupação Ericson John Duarte.....	56
Figura 2 – Desenho da ação policial ocorrida no dia 05 de fevereiro.....	75
Fotografia 1 – Salto no vazio.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP Sindicato	Associação de Professores do Paraná Sindicato
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
BnT	Boca no Trombone
CENSE	Centro de Socioeducação
CEJUSC	Centro Judiciário De Soluções De Conflitos E Cidadania
CF-88	Constituição Federal de 1988
CGN	Central Gazeta de Notícias
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CLACSO	Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais
DCmais	Diário dos Campos
FNL	Frente Nacional de Luta Campo e Cidade
FNL-PG	Frente Nacional de Luta Campo e Cidade em Ponta Grossa
FSM	Fórum Social Mundial
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
G1/RPC Ponta Grossa	Portal G1 da Rede Paranaense de Comunicação Ponta Grossa
EUA	Estado Unidos da América
GCM	Guarda Civil Municipal
GOE	Grupo de Operações Especiais
IESOL	Incubadora de Empreendimentos Solidários
LGBTQUIAPN+	Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (transexuais e travestis), Queer, Intersexo, Assexuais, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e maismais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAMA	Laboratório de Mecanização Agrícola
MCMV	Minha Casa Minha Vida

MES	Movimento Esquerda Socialista
MP/PR	Ministério Público do Paraná
MBL	Movimento Brasil Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MPL	Movimento Passe Livre
NEP	Núcleo de Educação para Paz
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações não governamentais
PROLAR	Companhia de Habitação de Ponta Grossa
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
ROTAM	Ronda Ostensiva Tático Móvel
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SINDUEPG	Seção Sindical dos docentes da UEPG
SINTESPO	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais do Ensino Superior
SUDIS/PR	Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social do Paraná
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TJ-PR	Tribunal de Justiça do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VPR	Vem Pra Rua

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE ANÁLISE DE CONJUNTURA E CATEGORIAS DE ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA- GRAMSCIANA.....	18
1.1 BREVE EXPOSIÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE ANÁLISE DE CONJUNTURA.....	18
1.2 A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA-GRAMSCIANA.....	25
CAPÍTULO 2 – A ATUAÇÃO DA FRENTE NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE NA LUTA POR MORADIA NA CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA NACIONAL E NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.....	36
2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS LUTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	36
2.2 O CENÁRIO DE LUTAS POR MORADIA NO BRASIL E AS OCUPAÇÕES DA FNL EM PONTA GROSSA.....	47
2.2.1 O que é a FNL e suas ocupações em Ponta Grossa.....	52
2.2.2 Estratégias e táticas da FNL.....	58
2.3 AS OCUPAÇÕES PROTAGONIZADAS PELA FNL ENQUANTO UM <i>ACONTECIMENTO</i> NA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E OS CICLOS DE CORRELAÇÃO DE FORÇAS.....	69
2.3.1 Primeiro ciclo: A ocupação da FNL e a resposta do Estado: da repressão imediata e do descaso com as demandas emergenciais à judicialização da questão.....	70
2.3.2 Segundo ciclo: as articulações político-institucionais da FNL e as formulações das primeiras alianças estratégicas.....	76
2.3.3 Terceiro ciclo: a FNL em busca da resolução do conflito e a resposta pró-ativa do poder judiciário.....	79
2.3.4 Quarto ciclo: o retorno do conflito ao cenário sócio-político e o protagonismo do judiciário em busca da conciliação.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO.....	102
ANEXO A – PLANO GERAL DA OCUPAÇÃO.....	103
ANEXO B – PARTIDO URBANÍSTICO PRELIMINAR.....	104
ANEXO C – MODELO DE HABITAÇÃO COM COMÉRCIO NA PARTE FRONTAL DA CASA.....	105
ANEXO D – MODELO DE HABITAÇÃO COM COMÉRCIO NA PARTE LATERAL DA CASA.....	106
ANEXO E – MODELO DE RESIDÊNCIA SEM COMÉRCIO.....	107

INTRODUÇÃO

Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode nem quer remediar o flagelo da falta de moradias. O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores. O que não querem os capitalistas individuais (e são só eles que estão em questão aqui, dado que, nesse assunto, o proprietário de terras também aparece, em primeira linha, em sua qualidade de capitalista) tampouco quer o seu Estado. Portanto, embora individualmente o capitalista lamente a escassez de moradia, dificilmente mexerá um dedo para dissimular mesmo que superficialmente suas consequências mais terríveis, e o capitalista global, o Estado, também não fará mais do que isso. Quando muito, tomará providências para que o grau de dissimulação superficial que se tornou usual seja aplicado em toda parte do mesmo modo. Vimos que é exatamente isso que ocorre. (ENGELS, 2015, quarta capa).

Engels (2015) argumenta que, no contexto europeu do século XIX, o Estado, o capitalista global, não poderia nem queria amenizar a situação da falta de moradia. O Estado passou por modificações, o que possibilitou a participação de mais segmentos da Sociedade Civil, fazendo com que determinadas demandas das classes subalternas fossem atendidas. A exemplo disso pode-se ter a garantia, em âmbito legal, de diversos direitos sociais, como: alimentação, saúde, moradia, educação, segurança, trabalho, dentre outros. Tais direitos sociais foram pautados a partir das necessidades mais urgentes da classe trabalhadora, e que entram na agenda do Estado a partir das lutas da classe trabalhadora, que se intensificou no Brasil na década de 1980, cristalizando-se na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Falando especificamente do direito à moradia, esse, como os demais já citados, está contido na CF/88, o qual deve ser efetivado através de programas e projetos habitacionais. É no Artigo 6º da CF/88, que o direito social à moradia está garantido. (BRASIL, 2022a). No Artigo 23 da CF/88, está expresso o que é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios: “IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.” (BRASIL, 2022, Art.23, Inciso IX). É também na CF/88, que se estabelece o direito à propriedade, ao mesmo tempo que estabelece no Artigo 5º, em seu Inciso XXIII, que a propriedade deverá ter função social. (BRASIL, 2022a).

Como a sociedade civil é um ambiente de disputa e luta, mesmo a garantia no âmbito legal da moradia estando expressa, ela não se concretiza imediatamente na realidade, necessitando que movimentos sociais pressionem o Estado para que o referido direito se realize, seja através de programas de habitação, ou mesmo através da regularização de ocupações, entre outras ações.

São consideradas com condição irregular de ocupação as áreas que comportam atividades ou ocupações que não estão previstas na legislação urbana, ou que não são respaldadas pelo título de propriedade ou por forma de cessão de terra urbana. A forma mais significativa de ocupações irregulares é o residencial, principalmente as favelas. As primeiras favelas, em Ponta Grossa, surgiram em 1950, tendo grande impulso no aumento das favelas a partir de 1970, o que se deu pela modernização do espaço rural, o que ocasionou que um número considerável de mão-de-obra que foram rumo às cidades médias. Além desse fator, a especulação imobiliária e o empobrecimento da população contribuem para o crescimento das áreas faveladas. (MATIAS; NASCIMENTO, 2006).

As ocupações da FNL em Ponta Grossa ocorrem inscritas nesse contexto de pressão por parte da sociedade civil em relação ao Estado para que este garanta a efetivação de direitos, neste caso o direito à moradia. Essas ocupações¹ iniciaram no dia 04 (quatro) de dezembro de 2021, mas apenas uma das duas Ocupações continua, a Ericson John Duarte, localizada na Rua Alípio Bueno n° 142, no bairro Neves. A ocupação ao lado do Parque dos Sabiás (Uvaranas), iniciada no dia 04 (quatro) de fevereiro de 2022 foi desocupada pela Polícia Militar (PM) no outro dia, 05 (cinco) de fevereiro².

Diante do referido Acontecimento, conforme exposto acima, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar a conjuntura sociopolítica das ocupações da FNL em Ponta Grossa

¹ Houve outras ocupações anteriores à essa em Ponta Grossa-PR. No âmbito das ocupações irregulares residenciais, especificamente falando de loteamentos, pode-se citar como loteamento irregulares, o Núcleo Ouro Verde e a Vila Esperança. Em relação à Vila Ouro Verde, a mesma está situada no bairro Colônia Dona Luiza, cerca de 12 km do centro da cidade. Anteriormente, tal propriedade era a Chácara Beatriz, a qual caracterizava por estar aguardando o melhor momento para a maximização de seu valor na comercialização. Então, várias pessoas que estavam residindo em lugares inóspitos, começaram a ocupar a Chácara Beatriz e fixaram suas residências a partir do dia 21 de outubro de 2001. Muitas residências estão em processo de regularização, o que vem ocorrendo através do Programa Minha Casa Legal. (SANTOS, 2015). Ainda no ano de 2022 nem todas as famílias, incluídas no Programa Papel Legal, tinham quitado o imóvel. (GIL, 2022). O referido Programa existe desde 2006 passando a ser chamado de Minha Casa Legal a partir de 2018. (GIL, 2021). O programa Papel Legal foi instituído no município de Ponta Grossa pelo Decreto N°933, de 19 de maio de 2006, como programa de regularização fundiária. (PONTA GROSSA, 2006a), sendo revogado pelo Decreto n°16.131, de 25 de junho de 2019, o qual também revogou o Decreto 1.041 de 2006. O Decreto n° 16.131 tem como ementa: “Regulamenta o Programa de Regularização Fundiária Minha Casa Legal e dá outras providências.” (PONTA GROSSA, 2019). O Decreto n° 1.041 de 2006, designava a comissão especial de regularização fundiária, além de dar outras providências. A referida comissão foi composta por representantes do: Departamento de Urbanismo, da Secretaria Municipal de Planejamento, Departamento de Patrimônio, da Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos, Departamento de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, Departamento de Assuntos Comunitários, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa, Associação Planeta Azul de Defesa e Preservação do Meio Ambiente do Município de Ponta Grossa, União Por Moradia Popular, Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR e Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Ponta Grossa. (PONTA GROSSA, 2006b).

²A desocupação ocorreu de forma irregular, sem mandado de reintegração de posse e indo contra a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que no período em questão, determinou que não houvesse desocupação até o dia 31 de março de 2022. (BRASIL, 2021).

(PR). São seus objetivos específicos: Compreender o papel da Frente Nacional de Lutas na correlação de forças entre Estado e sociedade civil em torno da luta por moradia no Brasil na conjuntura sócio-política atual; historicizar o acontecimento das ocupações protagonizadas pela FNL no cenário do município de Ponta Grossa e os demais atores envolvidos no referido acontecimento e analisar a correlação de forças conjunturais em torno do acontecimento das ocupações no cenário local sem perder de vista a relação com estrutura.

A presente pesquisa se refere a uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, tratando-se de uma análise de conjuntura sistematizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Prates (2012) classifica pesquisas que se utilizam dos dois métodos articulados (quantitativo e qualitativo) como a pesquisa mista. Para a autora, pesquisas mistas podem ser feitas a partir de instrumentos estruturados, como questionários com perguntas abertas e fechadas. E, tais pesquisas, produzem resultados que podem quantificar a incidência de fenômenos em determinados grupos.

A pesquisa exploratória, inicialmente, permite que o pesquisador dê a direção da pesquisa, pois será escolhido a partir dele o objeto de estudo e os instrumentos que serão utilizados para realizar a descrição do objeto. Ou seja, a pesquisa exploratória pode ser utilizada para iniciar, problematizar e definir o objeto de pesquisa quanto depois da escolha do objeto. Um dos instrumentos da pesquisa exploratória é a observação. É a partir dela que se faz a descrição. Assim, a pesquisa exploratória permitirá atualizar o processo de pesquisa, deixando-a de acordo com as informações encontradas e possibilitando uma pesquisa descritiva mais direcionada ao objeto de pesquisa. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Já a pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever características de uma população ou de um fenômeno, geralmente se utiliza de questionários e formulários. Nesta pesquisa se trabalha muito com dados quantitativos. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Lüdke e André (1986) sugerem na pesquisa descritiva que tenha: descrição dos sujeitos, reconstrução dos diálogos, descrição de locais, descrição das atividades e os comportamentos observados.

A pesquisa bibliográfica é parte de uma das etapas da investigação científica, entende-se ela como uma revisão de literatura sobre as teorias que dão base ao trabalho. “Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet entre outras fontes”. (PIZZANI, *et al.*, 2012, p. 54). Será realizada ainda a pesquisa documental. Esta que se utiliza de fontes que ainda não foram trabalhadas analiticamente. Podendo ser manuais, relatórios,

materiais não impressos e, neles, busca-se informações de interesse do pesquisador. (PIMENTEL, 2001).

Levando-se em consideração a metodologia de Análise de Conjuntura, conforme Souza (2017) buscar-se-á analisar as ocorrências, atores e interesses em jogo em torno do objeto da pesquisa. Com essa análise busca-se descobrir relações sentidas e tendências na realidade, percebendo a relação entre estrutura e conjuntura. Os elementos para análise são moldados por questões econômicas, políticas e sociais. Essa análise não é neutra. As categorias que devem ser analisadas são: acontecimentos; cenários; atores; relações de força e relações entre estrutura e conjuntura. (SOUZA, 2017). Esse processo analítico será pautado no método do materialismo histórico dialético, principalmente Gramsci e autores gramscianos.

O universo da pesquisa é composto pelas Ocupações da FNL em Ponta Grossa-Pr. Houve a ocupação do Parque dos Sabiás, em que a polícia realizou a desocupação no dia 05 de fevereiro de 2022, no local estavam 50 famílias, além da ocupação do dia 27 de março de 2022, localizada próxima da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E a ocupação ainda existente, a Ericson John Duarte, iniciada no final do ano passado, que possui cerca de 700 famílias e está localizada no bairro Neves.

A coleta de dados na realidade será realizada através de pesquisa realizada junto do material jornalístico de portais de notícias locais que retratam as referidas ocupações, no contexto pesquisado e ainda em demais materiais não jornalísticos postados nas redes sociais dos atores que se envolveram com o referido acontecimento pesquisado. Considera-se que os portais jornalísticos são também atores do cenário analisado, mas também são parte do cenário no qual outros diferentes atores se posicionam, buscando influenciar a opinião pública sobre os acontecimentos regionais, dentre esses, no presente caso, tratando-se das ocupações locais.

Para análise do material jornalístico presente nos portais, serão utilizados os autores Pontes e Silva (2012). Primeiramente serão identificados materiais que abordem diretamente sobre as Ocupações da FNL em Ponta Grossa. A análise proposta pelos autores possibilita não cair em armadilhas interpretativas, ou ainda que aconteça a negligência de determinadas informações. Os jornais servem como vitrines dos debates políticos, apresentando uma leitura determinada, mais ou menos plural, da realidade.

Assim, a presente análise busca compreender o cenário sociopolítico local a partir da retratação das ocupações da FNL por dois jornais locais e ainda pelo perfil da FNL no Facebook, a fim de ampliar a visão da realidade na medida em que se ampliam também as fontes

jornalísticas da pesquisa. A definição dos respectivos jornais se deu conforme segue explicado abaixo.

Como forma de garantir imparcialidade nas buscas por portais, foi utilizado o modo de navegação anônima do navegador Google Chrome, pois não utiliza dados de navegação anteriores, o que influencia nos resultados através de cookies, que são informações prévias salvas sobre o usuário, dando resultados considerados puros. Esta forma de selecionar materiais a partir de resultados da busca em navegadores se baseou na mesma forma de seleção utilizada na Dissertação de Andrade Junior (2019). Inicialmente foi buscado notícias que tratassem das Ocupações da FNL em Ponta Grossa, onde foram trabalhados os 10 primeiros resultados que apareceram no google após ser digitadas as palavras-chaves “FNL” “Ponta Grossa“, “Ocupação”, “Invasão”, mesmo a palavra “invasão” não sendo a correta para retratar a situação, foi utilizada na busca, pois muitos portais se utilizam desse termo. Como resultados, aparecendo os seguintes portais nos resultados: Portal G1 da Rede Paranaense de Comunicação Ponta Grossa (G1/RPC Ponta Grossa), Diário dos Campos (DCmais), duas matérias da ARede, duas matérias do Portal Boca no Trombone (BnT), Central Gazeta de Notícias (CGN), site da prefeitura de Ponta Grossa, e uma matéria da Revista Movimento. Diante desses resultados, foram escolhidos os Portais ARede e DCmais como Portais a serem analisados. O primeiro critério de exclusão foi o alcance dos portais, pois, no facebook, a ordem de pessoas que curtiram e seguem esses portais é a seguinte: CGN (429.009 pessoas haviam curtido e 452.514 pessoas seguindo), ARede (158.653 pessoas curtiram e 180.424 estavam seguindo), DCmais (88 mil tinham curtido e 112 mil seguidores) RPC Ponta Grossa (66.033 pessoas curtiram e 67.784 estão seguindo), BnT (62 mil seguidores) e a NCG (3.373 pessoas curtiram e 3.331 pessoas estão seguindo). Assim, primeiramente foram selecionados os três portais com mais seguidores e curtidas, posteriormente, foi excluído o Portal da CGN, por abordar assuntos do sul do Brasil todo, enquanto o Portal ARede retrata apenas sobre a região de Ponta Grossa o DCmais sobre os Campos Gerais-Ponta Grossa. Será analisada a repercussão do referido acontecimento no cenário político local, a partir das publicações feitas pelos referidos meios de comunicação local no *facebook*³, e também as publicações feitas pela FNL na mesma plataforma.

Para a escolha das matérias do DCmais e do ARede, primeiramente foram verificadas as matérias de ambos que retratam sobre as ocupações realizadas pela FNL em Ponta Grossa.

³ Foi escolhido o *facebook* pelo seu volume de publicações e por ser a rede mais acessada no mundo.

Além disso, matérias do Arede que retratam campanhas solidárias, e as retratando marcos de 85 e 100 dias na ocupação não foram utilizadas, visto que esses tipos de eventos já foram retratados na caracterização. Além de publicações similares sobre o mesmo evento, quando isso ocorreu, optou-se por manter a publicação da FNL.

O período analisado será da data de 04 (quatro) de dezembro de 2021 até o dia 15 de novembro de 2022, que se referem, respectivamente, ao dia da primeira ocupação da FNL em Ponta Grossa e da data correspondente a última coleta das informações das publicações dos portais e da página no Facebook da FNL. No dia 04 de dezembro de 2021, foi realizada a primeira ocupação na cidade de Ponta Grossa, localizada no Parque das Andorinhas no Bairro Neves, ao lado do Centro de Socioeducação, nomeada de Ocupação Ericson Duarte, local que permanece ocupado até o presente momento. O período de coleta de dados foi estendido ao máximo possível, a fim de conseguir reunir o máximo de informações e de acompanhar por mais tempo possível a conjuntura em que a ocupação está inserida.

Uma das técnicas que pode ser utilizada para sistematizar e analisar informações coletadas em uma pesquisa é a de Análise de Conteúdo, sendo a referida técnica a escolhida para a análise dos conteúdos referentes à presente pesquisa. A análise é realizada em 3 fases, a primeira é da pré-análise, a segunda fase é da exploração do material e a terceira é a do tratamento dos resultados obtidos, em que há a inferência e a interpretação. (BARDIN, 2016). Nesta primeira fase, no caso de entrevista, inicia-se com toda a descrição do material, esta etapa da primeira fase é a preparação do material. Ainda na primeira fase, vai para a etapa da leitura flutuante e então são escolhidas as categorias, que dará base a indicadores e temas. (BARDIN, 2016). Na segunda fase (fase de exploração do material), em que são feitos recortes e escolhas de categorias, ou seja, procedimentos de codificação. Posteriormente, a partir da escolha de categorias, estas são classificadas em blocos (dentro das categorias podem haver separação por temas e sentido, por exemplo), então passa-se para a categorização. (BARDIN, 2016).

Para as construções das categorias, estas devem possuir qualidades como: exclusão mútua, por exemplo. O critério de separação de categorias deve ser o mesmo (homogeneidade), além das categorias serem separadas de acordo com os objetivos do pesquisador (pertinência). Para definir cada categoria, pode-se basear em referencial teórico prévio. As categorias então podem ser feitas antes, a partir de referencial teórico, ou depois da coleta de dados. (BARDIN, 2016). Na terceira fase, há a inferência e a interpretação. A partir dos resultados brutos, se detalham sobre o tema gerador. Após isso, é feito a interpretação dos conceitos produzidos, pode-se se fazer a partir da comparação de temas, vendo diferenças e semelhanças entre si. A

interpretação das inferências busca desvelar as aparências. As unidades de interpretação podem ser palavras, frases e outras formas. (BARDIN, 2016).

No primeiro capítulo foram abordados aspectos teóricos e conceituais sobre análise de conjuntura a partir de uma perspectiva marxista-gramsciana, dando base para as análises no restante do trabalho. Neste capítulo é trabalhado com os autores: Souza (2017), Alves (2008), Santiago e Moraes (2014), Silva (2014), Fresu (2020), Gramsci (1978, 1982, 2004, 2012) e Buci-Glucksmann (1980), sendo dividido este primeiro capítulo em dois itens, o primeiro “Breve exposição teórico-conceitual sobre análise de conjuntura” e o segundo “a correlação de forças entre Estado e sociedade civil: uma análise a partir da perspectiva marxista-gramsciana”.

No segundo capítulo foi retratada a atuação da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade na luta por moradia em Ponta Grossa. Primeiramente foi realizada uma contextualização dos movimentos sociais no mundo e no Brasil, buscando-se situar a FNL no processo sócio-histórico. No primeiro item, “Os movimentos sociais e suas lutas no Brasil contemporâneo”, utilizou-se, principalmente, a autora Maria da Glória Gohn (2008, 2011, 2016, 2020), além dos autores Tatagiba, Abers e Silva (2018) apontando as possibilidades e as formas que os movimentos sociais podem influenciar na construção de políticas públicas. No segundo item aborda-se “O cenário de lutas por moradia no Brasil e as ocupações da FNL em Ponta Grossa”. Neste item, foi utilizado a autora Caminha (2018), abordando sobre ocupação e autogestão.

Posteriormente, fez-se uma breve aproximação ao histórico da questão da moradia no Brasil, com Munhoz (2015) e Nalin (2013), trazendo análises a partir de Abreu (2016) e situando o debate da defesa de direitos e sobre a ação das classes subalternas na realidade. Construiu-se o subitem, “O que é a FNL e suas ocupações em Ponta Grossa”, no qual foram trazidos os autores Ederson Nascimento e Lindon Fonseca Matias (2011), os quais realizam análise da expansão urbana e da desigualdade socioespacial na cidade de Ponta Grossa. Neste subitem foi caracterizada a FNL em Ponta Grossa, apresentando-se um breve perfil socioeconômico de quem está na ocupação da FNL em Ponta Grossa, os mapas (1 e 2) apresentando a ocupação no município e as atividades realizadas na ocupação. Ainda no mesmo capítulo dois, no mesmo item, mas no subitem dois, abordou-se as estratégias e táticas da FNL conforme constam em sua cartilha. (FNL, 2020). E, no último item do capítulo dois, no item três “as ocupações protagonizadas pela FNL enquanto um acontecimento na conjuntura sociopolítica do município de Ponta Grossa e os ciclos de correlação de forças”, são analisados e identificados quatro ciclos de correlação de forças da FNL após a ocupação Ericson John Duarte, neste momento foram

utilizadas como fontes para das análises as matérias do ARede, DCmais e as publicações no facebook da FNL-PG. Assim, este trabalho pretende contribuir com o tema da análise de conjuntura sociopolítica, através de uma perspectiva marxista-gramsciana e politicamente com a luta da FNL em Ponta Grossa-PR pela moradia e por uma vida digna.

1 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE ANÁLISE DE CONJUNTURA E CATEGORIAS DE ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA-GRAMSCIANA

A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega.
(Vladimir Lenin)

Este capítulo apresenta aspectos teóricos e conceituais para a realização de uma análise de conjuntura sociopolítica das ocupações da FNL em Ponta Grossa. No primeiro subitem do capítulo, há uma exposição teórico-conceitual sobre análise de conjuntura, utilizando-se dos autores Souza (2017), Alves (2008), e de Santiago e Moraes (2014). No segundo subitem, são abordadas categorias gramscianas voltadas à análise de conjuntura, como: Correlação de forças; Estado ampliado; Hegemonia e intelectuais.

A partir desses pressupostos teóricos pode-se entender as relações em que determinado grupo, neste caso a FNL de Ponta Grossa está inserida, quais as relações de força (categorias de Souza) em face dos desafios para a conquista, permite dimensionar os desafios para a conquista do direito à moradia, além de apontar como essas relações foram estabelecidas e possibilidades de ação para a FNL de Ponta Grossa. Nessa segunda parte são utilizados os seguintes autores: Silva (2014), Fresu (2020) Gramsci (1978, 1982, 2004, 2012) e BuciGlucksmann (1980).

1.1 BREVE EXPOSIÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE ANÁLISE DE CONJUNTURA

Este item tem natureza teórico-conceitual, tratando das principais categorias de análise de conjuntura, partindo do livro “Como se Faz Análise de Conjuntura”, de Herbert José de Souza (Betinho) (SOUZA, 2017) e dialogando a partir delas com outros autores de referência para o tema, como José Eustáquio Diniz Alves (ALVES, 2008) e do texto em Como Fazer Análise de Conjuntura de Claudia Santiago e Reginaldo Carmello Moraes. (SANTIAGO; MORAES, 2014).

Partindo de seu método, Souza (2017) afirma que se realiza análise de conjuntura a todo instante, nas diversas decisões de nossa vida, por exemplo, quando decidimos casar, entrar em um partido, sair do emprego e em outras situações. Essas decisões que, são tomadas pelos sujeitos em cada situação, são baseadas em uma avaliação, sob a ótica da necessidade e do interesse do agente. Para essas decisões, Souza (2017) afirma que temos como base as informações disponíveis, avaliamos possibilidades, medimos força ou risco de eventuais adversários, e a partir disso tomamos decisões.

Diante da grande quantidade de informações presentes na realidade e da necessidade de analisar a mesma, foi criada a proposta do método de análise de conjuntura. Com essa proposta busca-se situar nas diversas dimensões, quais são as posições que ocupam os atores, quais são os cenários em que tais situações se realizam, os da cena e seus bastidores. Tais questões são necessárias para que seja possível selecionar e compreender o que realmente é relevante e as consequências de tal situação para os atores envolvidos e ou também para a sociedade (SOUZA, 2017).

Nessa perspectiva, considera-se que a análise de conjuntura é uma leitura especial da realidade; está sempre em função de uma necessidade ou interesse. Ou seja, a análise de conjuntura não é neutra. Mesmo podendo ser objetiva, ela sempre estará relacionada a uma determinada visão de mundo, ela é um ato político. Este tipo de análise é uma tarefa complexa, pois além de ser necessário ter conhecimentos detalhados e disponíveis de determinada situação, exige também a capacidade de perceber sentidos, relações e tendências na realidade a partir das informações encontradas. Assim, esse método é extremamente importante para analisar e perceber a conjuntura política, inserida na estrutura (SOUZA, 2017).

Para atingir os objetivos que se propõe uma análise de conjuntura Souza (2017) apresenta um conjunto de categorias, que são ferramentas para a sua realização. Tais categorias são: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e a análise dos fatos tendo como pano de fundo a estrutura (articulação entre estrutura e conjuntura) (SOUZA, 2017).

Quanto às categorias de análise, apresentamos a seguir, inicialmente aquelas descritas acima, conforme Souza (2017). A primeira delas é a categoria Acontecimento. Esta se refere a um fato que seja especial; é um fato que tem relevância e impacta determinada pessoa, grupo social e/ou país. Por isso, é também determinado pela ótica de quem realiza a análise de conjuntura. A partir da análise dos Acontecimentos pode-se perceber sentidos. (SOUZA, 2017). Para a realização de uma análise de conjuntura, após reconhecer o acontecimento é necessário que se analise seu contexto determinante (noção dos determinantes históricos que influenciaram o acontecimento a ser analisado).

Outra categoria são os Cenários. Estes são os locais, ou espaços, onde ocorre o acontecimento. São exemplos de Cenários, conforme Souza (2017), as ruas e o parlamento. A depender de onde ocorre o acontecimento, os atores podem obter ou não vantagens. Tratandose de um acontecimento de luta, por exemplo, a capacidade do ator de poder escolher onde será travada a luta é, portanto, um fator relevante para seu desfecho. (SOUZA, 2017).

Os Atores representam um papel dentro da trama que se desenrola no cenário. Os atores sociais representam determinados segmentos da sociedade, como uma classe social, jornais e partidos políticos (SOUZA, 2017).

Sobre a relação de forças, está presente entre os grupos sociais, pois em suas relações há confronto, coexistência, cooperação, dominação e subordinação. Essas relações mudam de acordo com o movimento da realidade. (SOUZA, 2017).

Para a análise entre a articulação entre Estrutura e Conjuntura, analisa-se o pano de fundo dos fatos. Portanto, o passado, a história e as relações estabelecidas ao longo de um processo duradouro. A Estrutura modula o Acontecimento, como no caso de uma seca que atinge toda a população, mas tem um impacto potencializado pela estrutura fundiária. Assim, analisa-se o que está por trás, as forças, os movimentos e as contradições. (SOUZA, 2017).

Assim como Souza (2017), Santiago e Moraes (2014) afirmam que a realização da análise de conjuntura possibilita analisar criticamente o contexto socio-histórico, para que se possa desenvolver nossas lutas para transformação da sociedade, através da definição, mobilização e luta por determinado projeto político (SANTIAGO; MORAES, 2014).

Moraes (2014) *in* Moraes e Santiago (2014) na Apresentação de seu texto, avisam ao leitor que após a sua leitura, não irá se tornar especialista em análise de conjuntura, pois a primeira coisa que se deve ter, é humildade, reconhecendo primeiro o que devemos conhecer, habilidade e ferramenta que necessitamos para análise de conjuntura, distinguindo o que não se sabe e o que se deve aprender. Não é possível explicar a realidade com apenas um tipo de ferramenta/conhecimento, da mesma forma que martelos servem para pregos e não para parafuso, então utilizar-se apenas da economia, da política, da sociologia ou apenas da psicologia, não basta. A realidade deve ser examinada em todos os seus ângulos. Ainda no mesmo sentido do posicionamento de humildade, é necessário estar sempre duvidando, sendo cético, colocar em dúvida o que parece verdadeiro (SANTIAGO; MORAES, 2014).

Outra importante pontuação de Santiago e Moraes (2014), citando um dos primeiros analistas de conjuntura, Nicolau Maquiavel, afirmam que ao tratar de política, a ciência do poder, há de trabalhar com frieza, racionalidade e cálculo. Ou seja, da mesma forma que a física pode calcular se um objeto pode atingir um determinado alvo a partir do vento, peso do objeto, distância, pode-se calcular a trajetória e o objeto irá atingir o alvo. Para Maquiavel, a política é a ciência que controla os comportamentos dos seres humanos. Assim, deveria ser realizado um cálculo também. Mas um cálculo diferente, pois na política, o objeto não é inerte, e o alvo também pensa e se move, pois, o próprio conhecimento que o cientista produz sobre o

comportamento dos seres humanos faz com que estes mudem a previsão de comportamento e suas reações, mudando o futuro. Desta forma, o conhecimento sobre o passado e o presente serve muito mais para alterar o futuro do que realizar alguma previsão. (SANTIAGO; MORAES, 2014).

Em relação às informações relevantes para a análise de conjuntura, necessita-se de informações sobre a situação econômica, política, militar, religiosa, cultural e ideológica, compreendendo, também, antecedentes históricos de luta e organização, e as marcas que elas deixaram nos atores atuais. Ou seja, como fatores históricos, políticos e ideológicos determinantes moldam o quadro histórico-social atual. O que permitirá acertar os rumos da ação em um plano organizativo (SANTIAGO; MORAES, 2014).

José Eustáquio Diniz Alves (2008) lembra que uma análise de conjuntura é muito mais que a simples descrição dos fatos ocorridos em determinado local e período, é um retrato dinâmico da realidade, indo além das aparências e buscando a essência do real. Onde deve-se compreender o todo, apreendendo a realidade multifacetada. O autor pontua que a análise de conjuntura busca traçar um mapa das correlações de forças, tanto econômica, quanto sociais e políticas, as quais constituem estrutura e superestrutura.

Por ser multifacetada, a realidade muda a depender do ponto de vista, muda no sentido das alternativas de ação e projetos de classes, mas não muda a interpretação do real. Portanto existem diversas alternativas de ação na realidade, mas existe apenas uma realidade. Uma análise de conjuntura deve ser feita com cautela, para não supervalorizar as forças aliadas e desvalorizar as forças inimigas; a análise de conjuntura deve dimensionar as forças que participam da dinâmica social (ALVES, 2008).

A análise de conjuntura deve apontar para oportunidades e possibilidades presentes na realidade para a transformação desta no sentido e intenção dos interesses de quem analisa. É necessária uma análise correta da realidade, pois uma análise equivocada conduz a ações que não produzem o efeito desejado, podendo prejudicar a classe trabalhadora e fortalecendo a ordem conservadora (ALVES, 2008).

A análise de conjuntura não pode se ater apenas aos fatos imediatos, ao empirismo, pois uma análise desta maneira supervaloriza a experiência imediata, as superfícies das coisas e não compreende a essência dos fenômenos sociais. Assim, para não ficar na superfície e apenas ser um release dos *fatos* noticiados pela mídia. (ALVES, 2008).

Alves (2008) estabelece algumas etapas para fazer a análise de conjuntura. A primeira etapa se refere a seleção do material empírico coletado, buscando apontar os principais fatos

ocorridos no período; a segunda etapa é a análise do material buscando compreender elementos que apresentem novas tendências, e o que se mantém; na terceira etapa, há uma análise do material contrapondo uma análise das partes para o todo e vice-versa; na quarta etapa, há uma explicação das correlações de forças entre atores sociais e como as alterações nesta correlação explicam a dinâmica da realidade; na quinta etapa é realizada uma análise sincrônica dos elementos contemporâneos; na sexta etapa são explicadas as mediações que explicam as características dos determinantes que podem aglutinar de forma explicativa os fatos da realidade; a sétima etapa é referente à comprovação empírica, por meio de dados estatísticos, das tendências apresentadas anteriormente; a oitava etapa é uma análise diacrônica, na evolução do tempo e dos dados; na nona etapa deve-se apontar tendências que poderão ser verificadas futuramente por meio de análises; e a última etapa, a décima, em que é necessário apontar alternativas de intervenção social e de ação diante do quadro de correlação de forças.

Outro ponto importante que Alves (2008) traz, é em relação à Tática versus Estratégia. Tática se refere a questões de curto prazo e as estratégias às questões de longo prazo, desta forma, forças sociais apresentam alternativas para o curto prazo respondendo as questões conjunturais, um programa mínimo, e as alternativas de longo prazo, um programa máximo que busca propiciar transformações estruturais na sociedade. O curto prazo é definido como um período incapaz de alterar a forma existente dos meios de produção e o longo prazo é definido como período em que se pode haver mudanças produtivas, políticas e ideológicas. Desta forma, a estratégia é o horizonte. Gramsci utiliza-se dos termos guerra de posição e guerra de movimento, para se referir às táticas e ações de efeitos de curto prazo e para estratégias e ações de efeitos para longo prazo, respectivamente. Na guerra de posição, atores sociais resistem, acumulam forças e têm ganhos parciais e já na guerra de movimento, tem o ataque frontal e tomada de poder. Para que não haja derrotas, segundo Gramsci, o ataque frontal só pode ocorrer após a conquista da hegemonia, com a consolidação das trincheiras e de posições no campo social, econômico, político e cultural. Assim a luta política é a luta por territórios.

Na análise de conjuntura é importante não cair em um economicismo/corporativismo, quando as lutas econômicas ficam presas às reivindicações que se referem exclusivamente a determinada categoria, não tendo possibilidades objetivas de concretização ou mesmo, do voluntarismo, em que o desejo é superdimensionado, desconsiderando as condições objetivas da realidade. Assim a tática deve ter uma confluência das condições objetivas e subjetivas da realidade. A estratégia está relacionada aos rumos da luta social e da formação de blocos

históricos. Conforme Alves (2008), Antonio Gramsci ⁴ foi um analista de conjuntura que demonstrou que a classe dominante não atua de forma solitária, mas organiza um bloco histórico de poder, não governando apenas com o uso da força, mas também pelo consenso de grupos sociais aliados ou próximos. A hegemonia é a capacidade de dar a direção em um sistema de alianças na direção social, assim, é fundamental as alianças para a transformação social.

Importante perceber que nos processos da realidade nem tudo está subordinado à lógica, há processos que escapam. A Análise de Conjuntura é uma análise interessada na intervenção política, fundamental para a organização política, estratégias e táticas. Na análise deve-se articular as dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais, dos fenômenos, acontecimentos e outros elementos/categorias para analisar a conjuntura. As categorias Estratégia e Tática são importantes, pois identificam-se as linhas gerais de ação e estratégia feitas por atores sociais (SOUZA, 2017).

Como pano de fundo do processo econômico, social e político do nosso país, está o sistema do capital mundial. Esse sistema não determina todos os acontecimentos da realidade, mas é um elemento condicionante do conjunto de acontecimentos. Como características gerais desse sistema, tem-se: A existência das empresas transnacionais, as quais utilizam tecnologia de ponta, grande capacidade de produzir bens sofisticados e em grande escala à nível mundial. A lógica do capital transnacional não é a de potencializar a produção para os atendimentos das necessidades da sociedade, mas sim a maximização dos lucros. O desenvolvimento dessa forma de capital tem acentuado as diversas desigualdades sociais, como, a concentração de bens e da riqueza produzida sob o controle da minoria da população e acirramento da competição entre oligopólios. (SOUZA, 2017).

O capital mundial possui contradições e limites que operam através das empresas transnacionais, pois devido a sua vocação universal, não tem compromisso necessariamente com o nacional, sendo este compromisso, quando há, parte de suas estratégias de monopólio geral. Como cada país organiza respostas às suas necessidades, a lógica de acumulação, bem como o sistema político e econômico é definido no interior do país. Havendo uma articulação contraditória entre nível nacional e o internacional. Assim, o capital mundial não é um simples conjunto de empresas e corporações existentes pelo mundo, é um sistema articulado de produção que está sob comando de grandes corporações e bancos transnacionais, a qual integram empresas de diversos tamanhos e localizações geográficas. Essas empresas estão concentradas nos países capitalistas desenvolvidos, cerca de 2/3 dos investimentos

⁴ Autor este que será de referência como fundamento teórico para a análise de conjuntura proposta neste trabalho.

transnacionais estão nesses países. O capital no interior das nações orienta, determina o sentido e os limites de desenvolvimentos das nações. (SOUZA, 2017). Outra contradição é o Estado ter funções de um Estado transnacionalizado ante as demandas populares, operando duplamente, com a função transnacional e a nacional, gerando conflito entre sua legitimidade e a função de acumulação de capitais internacionais. (SOUZA, 2017).

Sobre o processo de transnacionalização no Brasil, o capital transnacional é um dos principais atores políticos no país, pois está em uma posição estratégica na economia. Outro ponto desse processo é que acentua as desigualdades e gera crises, devido ao seu divórcio com a questão nacional. Sendo assim, o atual Estado brasileiro, dentre outros, foi redefinido pelo processo de transnacionalização. (SOUZA, 2017).

Esta forma de análise, então, não é imparcial e não deve ser o simples elencar de notícias, deve ser um mapa dinâmico da realidade que aponta para alternativas de transformação. Apontando além dos fatos imediatos, mas apresentando tendências e fatores superestruturais. Para início da análise de conjuntura, deve ser traçado um panorama mundial devido ao caráter internacional do sistema do capital, com atenção especial aos países centrais, ou os chamados desenvolvidos e como se dão essas influências e a dominação e subordinação nos países subdesenvolvidos ou periféricos, neste caso o Brasil. Além disso, deve-se analisar a partir das diferentes regiões do mundo, por regiões, ou seja, levando em conta o Brasil na América Latina. Com essa análise, deve-se traçar o nível de liberdade e as relações de força do Brasil nas políticas nacionais. O quadro estrutural deve ser a partir de variáveis macroeconômicas a partir de indicadores de órgãos e instituições oficiais. Já no quadro político, é necessário estabelecer um quadro do jogo parlamentar, das dinâmicas dos partidos, do movimento sindical e dos movimentos sociais. (ALVES, 2008).

A análise de conjuntura não é uma receita de bolo, mas um rico instrumento para apreender a realidade em seu movimento e para balizar intervenções políticas a partir de interesses determinados. (ALVES, 2008). A análise de conjuntura é um instrumento político, o que não anula seu caráter científico, visto a impossibilidade de neutralidade na ciência, principalmente em uma análise sócio-histórica, o que não significa descompromisso do analista com a objetividade da realidade. Quanto mais objetiva e assertiva for a análise, mais eficiente será seu produto em favor de seu papel de oferecer um prognóstico apropriado da realidade em favor dos interesses de determinado grupo. Assim, no caso da análise de conjuntura, mesmo com uma análise objetiva, ela balizará ações de determinado grupo ou classe, no caso do

presente trabalho, os grupos subalternos que lutam pelo direito à moradia, especificamente, a FNL de Ponta Grossa.

Nesta pesquisa o referido instrumento está sendo utilizado para analisar a conjuntura sociopolítica das ocupações da FNL em Ponta Grossa. Para tanto, partimos de um referencial teórico-crítico, pautado no materialismo histórico-dialético, a partir da perspectiva marxista gramsciana. E para a presente análise de conjuntura a seguir, apresenta-se algumas das principais categorias de análise do pensamento gramsciano, que compreendemos serem fundamentais para a análise de conjuntura do objeto em questão.

1.2 A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA-GRAMSCIANA

Este item apresenta as categorias: Correlação de forças, Estado Ampliado, hegemonia e intelectuais, utilizando-se dos autores Silva (2014), Fresu (2020), Gramsci (1982, 2004, 2012), Buci-Glucksmann (2018) e Marx (2010). A correlação de forças se refere a categoria que permite analisar os diferentes níveis de força postas na conjuntura analisada a partir de determinada ótica. Neste caso, uma ótica a partir de um olhar das classes subalternas, especificamente, dos interesses da FNL na direção da luta por uma hegemonia. Quanto mais forças, sejam elas políticas, econômicas, culturais, determinado grupo social tem, maior a sua capacidade de luta em favor de suas reivindicações na luta pela hegemonia. Assim, compreendendo como é construída e mantida a hegemonia dos grupos sociais, suas alianças, a FNL pode traçar estratégias e táticas para atender suas necessidades sejam elas mais imediatas ou mediatas. Para a formação de uma nova hegemonia é necessária uma reforma intelectual e moral. Nesse processo os intelectuais têm um papel importante. Não existindo classe ou grupo social independente de intelectual, cada grupo tem ou forma seus intelectuais. Por tais razões neste item trataremos das referidas categorias hegemonia, correlação de forças, Estado Ampliado e Intelectuais que são categorias gramscianas implicadas nesse processo de luta empreendida pelos diferentes grupos no cenário histórico-político contemporâneo.

As relações entre sociedade civil e Estado dão base para a própria interpretação do conceito de sociedade civil. As interpretações e análises da sociedade civil acontecem a partir de suas configurações que se apresentam na realidade, sua dinâmica e desenvolvimento (SILVA, 2014). Para a compreensão de sociedade civil e da correlação de forças com o Estado, pautou-

se na perspectiva marxista-gramsciana. Como apontado por Silva (2014) Antonio Gramsci⁵ permite, através de suas categorias, analisar a sociedade civil no grau de desenvolvimento atingido pelo capitalismo a partir do século XX. Essa perspectiva demonstra que as manifestações na dimensão política da sociedade civil são moduladas pelas contradições presentes na mesma.

Para Gramsci (2012), o conceito de Estado está interrelacionado ao conceito de sociedade civil. Para o referido autor o Estado tem uma dimensão ampliada (BUCIGLUCKSMANN, 1980); ou seja, se trata de um Estado Integral ou também chamado de Estado Ampliado.

O Estado para Marx (2017 [1948]) é um organismo específico de classe, pois representa para o autor um Comitê Executivo dos negócios da burguesia. Conquanto, na concepção gramsciana este serve também para criar condições de maior expansão dos grupos que o compõem, como também para a incorporação de interesses políticos e culturais de grupos aliados. Este Estado, na sua acepção gramsciana, não tem sua expansão exclusivamente pela coerção-repressão, mas também pelo consenso e direção. Ou seja, a expansão do grupo dominante é apresentada como força motriz de energias nacionais. O grupo dominante é

⁵ Antonio Gramsci nasceu em 1891, em um período de crise do jovem Estado italiano, com níveis agravados na Sardenha, após séculos de domínio colonial, o que gerava um subdesenvolvimento. Gramsci nasceu em Ales, Oristano, um pequeno vilarejo da Sardenha. Era o quarto de sete filhos; Gramsci passou toda a infância e adolescência no vilarejo. No contexto do nascimento de Gramsci, em 1981, a Itália estava em uma guerra alfandegária com a França, travada por Francesco Crispi, buscando defender a nascente indústria nacional e a grande produção agrária, o que tinha grandes impactos no sul (FRESU, 2020). A produção intelectual de Gramsci nasce em meio às lutas sociais, a partir de sua experiência por sua condição de miséria, estabelecendo relação orgânica com os grupos subalternos. Gramsci teve uma infância particularmente difícil, com problemas de saúde e a complicada situação econômica de sua família, decorrente da prisão de seu pai. Em 1908 Gramsci chega a Cagliari, e a partir disso, se aproxima de socialismo através de seu irmão Genaro, o qual era secretário da seção socialista (FRESU, 2020). Gramsci se organizou e militou no liceu, teve contato com a imprensa socialista e no âmbito filosófico foi do Idealismo de Benedetto Croce ao materialismo histórico dialético. Gramsci publicou seu primeiro artigo em 1910. Desta forma, nesse período formou seu caráter, começou a construir suas aptidões intelectuais e sua inclinação à militância política (FRESU, 2020).

Em 1922 os fascistas tomaram o poder na Itália e o Partido Socialista Italiano (PSI) entrou na ilegalidade, partido do qual Gramsci já havia participado. Antonio Gramsci é preso em 1926, quando ainda exercia seu mandato no parlamento, sendo julgado apenas em 1928, condenado a cumprir 20 anos de prisão, mas conseguiu condicional após 10 anos de cumprimento de pena (GRAMSCI, 1978).

Em seu período na prisão, escreveu diversas cartas (principalmente para Tatiana, sua cunhada e para Giulia Schucht, sua companheira), além da realização de estudos anotados em cadernos. Dentre os seus estudos estavam: linguística, história, economia, política e filosofia. Abordando, dentre as categorias, sociedade civil, sociedade política, Estado hegemonia, Bloco Histórico, dentre outras categorias e temas. Gramsci morreu em 1937, poucos dias depois de sair debilitado do cárcere, vítima de hemorragia cerebral e tuberculose. (GRAMSCI, 1978). Mesmo diante de situação de fragilidade de saúde e de cárcere, mantinha-se firme. É o que se pode perceber com a sua carta à Carlo, quando estava na Penitenciária de Turi, se apropriando de Romain Roland, diz o seguinte: "Sou pessimista com a inteligência, mas otimista pela vontade". Significando que não se deveria alimentar ilusões e estava motivado contra os obstáculos (GRAMSCI, 1978, p. 143).

coordenado ao mesmo tempo com os interesses dos grupos subordinados, produzindo equilíbrios instáveis de forma constante. Este Estado é o Estado Integral. Trata-se de um Estado que superando a fase econômico-corporativa, alcança um nível de correlação de forças ético-políticas. Nessa condição há uma homogeneidade entre infraestrutura e superestrutura que concretizam o bloco histórico no poder. Pode-se resumir o Estado integral como hegemonia encorajada de coerção ou coerção encorajado de hegemonia. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Gramsci compreende o Estado não como produtor da situação econômica, mas como uma expressão da situação econômica, acrescentando que este é um agente econômico também. O Estado só pode ser compreendido em sua forma se levado em consideração o mundo econômico que o mesmo está, o sistema de produção. Estado em sentido estrito, juntamente com a sociedade civil, se situam no âmbito da superestrutura, o que não significa estarem acima e ou separados da estrutura, mas com ela estão implicados dialeticamente. Estes dois planos citados, os quais são unidos dialeticamente, formam o Estado Integral. Buci-Glucksmann utiliza-se da expressão Estado ampliado para se referir a nova forma de Estado apresentada no século XX. (LIGUORI; VOZA, 2017).

Gramsci em seu estudo acerca intelectuais, afirma também a que a sociedade política é o aparato coercitivo para moldar a massa popular segundo a forma de produção e de economia, não sendo o Estado Ampliado o equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre os demais, exercido através de organizações privadas) e é na sociedade civil que operam os intelectuais. (LIGUORI; VOZA, 2017).

O Estado cria consenso, de forma organizada, através das associações políticas e sindicais que educam, mas são organismos privados da classe dirigente (LIGUORI; VOZA, 2017). Gramsci afirma que para vida de um Estado essa fórmula diáde é extremamente necessária: armas e religião, sociedade política e sociedade civil, ou seja, força e consenso. O Estado educa no sentido da criação de uma opinião pública. (GRAMSCI, 2012).

O Estado é o conjunto de atividades práticas e teóricas que a classe dominante justifica e consegue manter o consenso sob os governados. O Estado também é terreno de conflito de classes, portanto, de disputa, além de ser processo de unificação das classes dirigentes. Como o Estado integral é atravessado pela luta de classes, a classe subalterna busca construir uma hegemonia alternativa, disputando as trincheiras que disseminam ideologias. (LIGUORI; VOZA, 2017).

Uma classe está pronta para ser hegemônica quando sabe se unificar ao Estado. Gramsci reconhece que quando a classe dominante centraliza formas de autonomia da classe trabalhadora, como partidos, sindicatos e associações de cultura, esta centralização se torna autoritária. Como a classe dominante não consegue mais absorver novos elementos, tendo mesmo que utilizar de pura força, a esperança deve ser depositada em outra classe, uma que tenha a capacidade de assimilar toda a sociedade e tornar o Estado (como algo separado) como supérfluo (LIGUORI; VOZA, 2017).

Buci-Glucksmann (1980), para explicar a concepção de Estado Integral, apresenta um desdobramento da base com a superestrutura, que segundo a autora, não é orgânico, mas uma forma didática de sua exposição, visto que o Estado se materializa por uma relação dialética que ele ultrapassa, deduz e organiza. De um lado, nessa separação didática, fica o Estado enquanto (sociedade política), aparelho de coerção (exército e burocracia), governo (Estado em sentido estrito) e dominação. Do outro lado dessa separação fica a sociedade civil, que produz hegemonia através de seus aparelhos privados (culturais, políticos e econômicos), Estado no sentido integral. Esse Estado opera como organizador do consenso, imprimindo a direção da sociedade. Deve-se compreender o Estado para além de instrumento de uma única classe, mas como ambiente de disputa em que se deve analisar de forma concreta a correlação de forças, para que, as massas não fiquem esperando o Grande Dia, e se organizem na disputa pela hegemonia. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Conforme Gramsci “[...] seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção.”. (GRAMSCI, 2012, p.248). Esta compreensão da composição do Estado é fundamental para quem possua a concepção de que o Estado pode se dissolver na sociedade regulada (Estado ético ou sociedade civil). Nesta dissolução do Estado Coerção, em que seus elementos mais marcantes se esgotam se transformando na sociedade regulada. A sociedade regulada seria o Estado sem Estado, ou seja, uma sociedade em que os seres humanos são iguais e aceitam as leis sem coerção. Nesta fase, da sociedade regulada, o Estado será igual à sociedade civil. Mas antes de se chegar a fase de sociedade regulada, o esgotamento do Estado-coerção acontecerá na medida em que se afirmem os elementos da sociedade regulada/sociedade civil/Estado ético. Assim, na passagem do Estado para a sociedade regulada,

[...] dever-se-á passar a uma fase de Estado-guarda-noturno, isto é, de uma organização coercitiva que protegerá o desenvolvimento dos elementos da sociedade regulada em contínuo incremento e que, portanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas (GRAMSCI, 2012, p. 248).

Dito de outra forma, a passagem do Estado atual para a sociedade regulada, ao mesmo tempo que dissolverá as estruturas coercitivas desse Estado, os elementos da sociedade regulada serão protegidos por uma organização coercitiva que atuará até a dissolução do Estado, chegando na sociedade regulada, a qual não possuirá coerção.

Estado integral é o complexo construído tanto pela sociedade civil, quanto pela sociedade política, em que uma classe se manifesta de duas maneiras, sendo dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Então, antes da tomada de poder, a classe deve ser dirigente, para quando tomar o poder governamental, tornar-se dominante, ao mesmo tempo que ainda continua sendo dirigente. Antes da ida ao governo, deve haver hegemonia política no âmbito da sociedade civil. Quando não há impulso para o desenvolvimento econômico local, a classe que busca romper com essa estagnação e que está prenhe de novas ideias, é a classe dos intelectuais e a concepção de Estado anterior muda. (LIGUORI; VOZA, 2017).

Pode-se identificar dois planos na superestrutura⁶, a sociedade civil, que são os aparelhos chamados de privados, os aparelhos privados de hegemonia (BUCI-GLUKSMANN, 1980) e a sociedade política (Estado em sentido estrito), que corresponde aos mecanismos de coerção, de domínio, para o disciplinamento dos grupos que não consentem através de violência legalizada. (GRAMSCI, 1982).

É na esfera da sociedade civil que acontece, então, a direção moral e cultural da sociedade. Para Gramsci, sociedade civil é um momento da superestrutura, sem por isso se deslocar da base estrutural. Dentre suas características pode-se citar que ela engloba a ideologia, como, as artes e ciências; senso comum, ou concepção de mundo; e como direção ideológica da sociedade, em que se articula as instituições criadoras, as difusoras de ideologia, que são os aparelhos privados de hegemonia (escolas, igrejas, meios de comunicação, dentre outros). (GRAMSCI, 1982).

Tanto a sociedade civil como a sociedade política, ambas remetem às funções de hegemonia e de comando, respectivamente. A concepção gramsciana de sociedade civil possui uma dimensão política, que remete a luta pela hegemonia e pela conquista do poder, correlata ao movimento das classes na correlação de forças, inclusive das classes subalternas. (GRAMSCI, 2012). Trata-se da conquista da hegemonia política e cultural sobre o restante dos

⁶ A separação entre sociedade civil e sociedade política é estritamente metodológica, pois no mundo concreto não há essa separação.

grupos sociais. Para isso, é necessária a construção de alianças entre grupos a fim de universalizar o seu ponto de vista. (WANDERLEY, 2012).

Todo grupo social cria organicamente, camada ou camadas de intelectuais. (GRAMSCI, 2004). A exemplo disso, conforme o autor, o empresário capitalista cria para si esses intelectuais para dar homogeneidade e consciência de sua função nos campos: político, econômico e social. O empresário é uma elaboração social superior, pois possui certa capacidade dirigente e técnica, ou seja, é um intelectual. (GRAMSCI, 2004). O referido empresário, para o autor sardo, além de capacidade técnica em sua área, deve conhecer, pelo menos as áreas de produção econômica perto da sua, devendo ter a capacidade de organizador das massas, (DURIGUETTO, 2014), tendo em vista a necessidade de criar condições de expansão da própria classe, através da criação de uma autonomia e hegemonia de classe.

Além disso, como órgão máximo da classe, responsável por educar as massas e divulgar suas reivindicações, estaria o partido revolucionário, sendo expressão da vontade coletiva. Ou seja, tendo a função de intelectual orgânico na reforma moral e intelectual. (SANTOS, 2009). Assim, esse intelectual orgânico torna-se especialista, organizador e tem vinculação com a classe social que o gerou. Já os intelectuais tradicionais se posicionam como autônomos e independentes. (GRAMSCI, 2004). A exemplo deles tem-se toda a filosofia idealista, em que tais intelectuais acreditam serem dotados de características próprias. Os intelectuais tradicionais não acompanham o desenvolvimento da sociedade, pois os intelectuais orgânicos, pelo seu vínculo de classe, expressam e cristalizam em suas produções a vontade coletiva da classe, portanto, acompanhando o movimento da realidade. Todo trabalho exige um mínimo de qualificação técnica, um mínimo de atividade intelectual criadora. O que caracteriza o sujeito não é o trabalho em si, mas seu trabalho inserido em determinadas relações sociais.

Desta forma, todo ser humano é um intelectual, mas nem todos têm a função de intelectual na sociedade, pois se formam, historicamente, categorias especializadas na função de intelectual. Os grupos que se desenvolvem no sentido do domínio, além de criar seus intelectuais orgânicos, disputam a assimilação dos intelectuais tradicionais. A importância e desenvolvimento dos intelectuais em determinada sociedade pode ser medido pela quantidade de escolas de pela extensão da especialização. A relação dos intelectuais com o mundo não é imediata, mas é mediatizada pelo conjunto do tecido social, na função que ocupam na superestrutura. Os intelectuais do grupo dominante têm a função da hegemonia social e do governo político, que seria aceitar a direção impressa pelo grupo dominante, além do disciplinamento legal dos grupos que não consentem. (GRAMSCI, 2004).

No caso dos grupos dominantes, os intelectuais elaboram consenso e orientam a opinião pública através de sua atuação na sociedade civil para reforço das ideias e interesses das classes dirigentes; têm por função manter a classe dominante no poder, portanto é conservadora, criando e mantendo uma cultura que justifique essa dominação. Em que, muitas vezes, para não perder o seu posto, cede determinada mudança social na chamada “via prussiana”⁷, realizando mudanças no poder, em que não há uma revolução, mas sim um acordo entre as classes dominantes antigas e as que serão incorporadas também no posto das classes dominantes. E no caso dos intelectuais das classes subalternas e ou vinculados a elas, sua função é colaborar para o reconhecimento das próprias demandas de classe, de sua vontade coletiva. Realizando reforma moral e intelectual, para que a classe atinja autonomia, hegemonia e, posteriormente, chegue ao poder governamental. (SANTOS, 2009).

A emancipação humana atingirá a sua plenitude com o fim do Estado capitalista, pois, dentro deste Estado, apenas a emancipação política é possível (MARX, 2010). Esse momento se dará na interpretação de Gramsci, quando houver a conquista de uma nova hegemonia, pautada na autogestão das classes populares (SILVA, 2014). A igualdade formal do capitalismo, de garantia legal de todos os cidadãos, não se expressa na realidade concreta e não ultrapassa os limites do próprio sistema capitalista. (MARX, 2010). Devido as estas contradições que derivam da condição de dependência da classe trabalhadora à burguesa no âmbito produtivo, essa mesma classe se torna oponente política da burguesia, na medida em que esta se configura a sua classe adversária neste nível da correlação de forças, exatamente por que é a classe que a explora no nível da correlação de forças sociais.

Nesta dimensão, na dimensão política, embora se erija a igualdade como um valor democrático, na sua acepção liberal e no status restrito da cidadania burguesa não se confere a igualdade real para os despossuídos (SILVA, 2014). Essas contradições têm como expressões as primeiras revoluções do século XIX, demonstrando os limites da participação da classe trabalhadora no regime político da democracia liberal, a própria ameaça da revolução fez com que o regime abrisse espaço para participação da classe trabalhadora no âmbito da dimensão política.

Portanto, ao empreender essa manobra, incorporou determinadas demandas da classe trabalhadora no Estado Capitalista, retirando dela seu conteúdo revolucionário. Esse

⁷Ressalta-se que os termos “via prussiana” e “revolução passiva” não são sinônimos, mas sim complementares. O termo via prussiana se refere à uma conciliação de classes dominantes em que se conserva traços da forma de economia anterior à capitalista. Sendo que para a compreensão de mudanças superestruturais do Brasil, apenas a utilização do termo via prussiana não explica plenamente as características superestruturais, necessitando de tal articulação. (ALIAGA, 2019).

movimento de incorporação é chamado de “renovação-restauração” ou de “revolução passiva⁸⁹”. Isso demonstra as possibilidades e limites do processo revolucionário, em que os projetos em disputa renovam e conservam, ao mesmo tempo, dependendo da tensão da luta das classes fundamentais, ou seja, de sua correlação de forças, produzem resultados em nível estrutural e superestrutural. Por ser classe dominante, a burguesia, em determinados períodos permite, no processo de conquista/concessão, que se caminhe para evolução de um processo emancipatório e em outros, retroage na formação de um totalitarismo (SILVA, 2014).

Para afirmar e alavancar a luta da classe trabalhadora, a organização e a participação política constituem estratégias revolucionárias importantes para a concretização do projeto comunista. É o que se verificou na Comuna de Paris, ocorrida no final século XIX, pois neste momento é reconhecido de forma oficial por parte da classe trabalhadora a importância de tal estratégia, confirmando o fortalecimento da dimensão política classe operária no âmbito da sociedade civil (SILVA, 2014).

Mesmo com as limitações da emancipação política na sociedade capitalista, é a partir dessa que se dá as possibilidades de luta entre as classes. Mesmo limitada, é condição necessária para a passagem do capitalismo para o socialismo. Ressalta-se que os espaços participativos democráticos, no capitalismo, são um campo de tensões em movimento e em disputa, sendo esses espaços concessão burguesa para a manutenção de sua hegemonia, ao mesmo tempo que constitui conquista, é resultado do processo de correlação de forças tensionadas com a classe

⁸ Em suas análises, Gramsci percebe um modelo de formação de Estados modernos, o de revolução passiva/revolução restauração, se questionando se este modelo era único na Itália ou se ocorreria de forma similar em outras nações. Este conceito de Estado permite que se analise, em suas especificidades, a formação do Estado na periferia. Esta categoria foi sendo amadurecida ao longo dos anos por Gramsci, o que é expresso nos Cadernos do Cárcere. Inicialmente, entre fevereiro e março de 1929, Gramsci não se utilizara do termo, mas sim de revolução sem revolução, para dar conta do fenômeno sociopolítico que aconteceu no nascimento de Estados modernos na Europa. No ano de 1930, no mês de novembro, e utilizando-se deste termo de Vincenzo Cuozzo, aponta para a possibilidade de utilizar o termo para países que modernizaram o Estado através de reformas ou guerras nacionais, mas sem passar por uma revolução radical-jacobina. (ALIAGA, 2019). A autora ressalta a importância de se utilizar o termo revolução passiva como chave de leitura da realidade brasileira, que não haja uma transposição mecânica, sendo necessário recriar este de acordo com as condições específicas da cultura brasileira. Quer dizer, que seja levado em conta que o Brasil é uma ex-colônia, tem sua economia voltada para fora e tem características dependentes. O que recai na consideração na força das oligarquias e da manutenção do latifúndio no Brasil. Assim, é fundamental a articulação entre os conceitos de revolução passiva, dependência e imperialismo. (ALIAGA, 2019).

⁹ Gramsci conceitua como revolução passiva a ação das classes dominantes no desenvolvimento da história em que acolhem exigências populares, através de restaurações. Assim, a revolução passiva é a resposta e causa das classes dominantes ao subversivismo das massas populares. Quando não existe partido estruturado dos grupos subalternos, que consiga canalizar as demandas. Esse subversivismo existe tanto nos grupos do alto/dominantes, quanto nos de baixo/subalternos. Subversivismo está relacionado a formas de rebelião; é uma posição negativa, que individualiza o ódio, por exemplo, ao funcionário do Estado e não ao Estado, no subversivismo, o grupo que faz a rebelião não tem consciência de sua personalidade histórica nem da dimensão do próprio adversário. (LIGUORI; VOZA, 2017).

burguesa. Assim, em momentos em que a classe trabalhadora está mais organizada, o capital recua (SILVA, 2014).

[...] a participação política, nas democracias capitalistas, (ainda que sob os limites do formalismo democrático liberal), constitui-se um dos mecanismos pelo qual se concebe o fortalecimento de um ‘campo de tensões’ mais amplo e aberto para os diferentes sujeitos coletivos (presentes na sociedade civil), os quais lutam (ideal e materialmente) em meio à correlação de forças estabelecidas, (por entre movimentos de ‘revolução passiva’), pela sua afirmação no âmbito dos processos de construção da hegemonia na modernidade. (SILVA, 2014, p. 68).

Para que a participação política seja instrumento de resistência à ordem capitalista, não se pode perder do horizonte a construção de condições para que seja possível se alcançar uma nova ordem social que seja livre de explorações.

É na sociedade civil que emergem aparelhos privados de hegemonia, tais como partidos, igrejas e partidos. Gramsci (2012) aponta que a sociedade civil como espaço de formação de consenso, nessa esfera, há possibilidades de partidos políticos que se formam, de disputa de hegemonia. O partido que se apresenta na forma de partido de massas tem sob seu comando alguém que representa de forma orgânica as massas, que representa a sua ideologia. Não tendo como função dirigir as massas.

As classes, além de carregarem contradições internas, são antagônicas, e ao se colocarem em disputa, as contradições nas relações e suas limitações abrem espaço para a revolução. (SILVA, 2014).

Enquanto classes fundamentais no capitalismo, tanto a classe burguesa como a classe trabalhadora carregam per si as contradições imanentes à natureza, aos limites e às possibilidades de emancipação na modernidade. Tais contradições se expressam nas correlações das forças em presença nos diferentes blocos históricos. De um lado, estão as forças sociais, políticas e militares da classe trabalhadora que formam a base de suas resistências a fim de buscar a superação da respectiva ordem capitalista. De outro, encontra-se a burguesia, que na intenção de bloquear o processo de superação e transformação da ordem capitalista, reage no âmbito da estrutura e da superestrutura às forças antagônicas – ou seja, às tentativas revolucionárias impostas pela classe trabalhadora. (SILVA, 2014, p. 92-93).

Na análise de situações: relações de força, é o problema entre a superestrutura e estrutura e as forças presentes. Para compreender a estrutura é necessário distinguir movimentos que são relativamente permanentes dos que são imediatos e ocasionais, chamados de conjuntura. A conjuntura tem relações com a estrutura, mas seu efeito histórico não tem o mesmo alcance. Nesse terreno de forças, as forças antagonistas, as classes fundamentais, tendem a demonstrar que para suas pautas já existem as condições históricas para que sejam sanadas. Pois dentro de uma sociedade apenas surgem novas relações de produção quando se desenvolvem na sociedade

condições materiais para tal. Assim, os objetivos e pautas só surgem quando existem, ou estão em vias de gestação, das condições materiais para a realização. (GRAMSCI, 2012).

Para que se tenha uma análise que não caia no erro de encontrar uma causa histórica, a análise da relação de força deve-se passar em três momentos: Uma relação de força objetiva e quantificável, independente da vontade das pessoas, o nível das forças sociais; o momento seguinte é o da relação das forças políticas, portanto, da organização e autoconsciência de vários grupos; e o terceiro é o da relação das forças militares. (GRAMSCI, 2012).

As categorias de análise de conjuntura elencadas por Souza (2017) - acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e a articulação entre estrutura e conjuntura - permitem que se realize uma fotografia em movimento da realidade, que se estabeleça, neste jogo de xadrez, da correlação de forças e seus possíveis movimentos e da estrutura do “tabuleiro”. Para que se defina uma leitura adequada das estratégias e táticas adotadas pelos diferentes “jogadores”, que são os atores envolvidos no entorno dos acontecimentos que compõem a conjuntura em análise. Obviamente, diferentemente do jogo, se trata de vidas humanas e não devem ser tratadas como peças. Gramsci, por ser um visto realista político¹⁰, pela sua leitura de Maquiavel e pela compreensão da filosofia da práxis, formula categorias de análise a partir do movimento do real tal como apresentadas no item 1. Breve exposição teórico-conceitual sobre análise de conjuntura”. Tais categorias servem de subsídio para compreender as dinâmicas de poder dos grupos que estão inscritos na realidade, de como pode-se criar estratégias e táticas para que tais grupos conquistem o poder de direção na sociedade. No caso dos grupos subalternos esta direção aponta para a construção da luta por uma nova hegemonia, em vista do que Gramsci defende ser uma sociedade autorregulada.

No caso da presente pesquisa, que tem por objeto a conjuntura sociopolítica das ocupações realizadas em Ponta Grossa-PR pela Frente Nacional Luta Campo e Cidade (FNL), pode-se concluir acerca das categorias de análise elencadas e referencial teórico-metodológico gramsciano-marxista, que esse referencial consegue apreender o objeto em seu movimento, conseguindo captar o mesmo no concreto abstrato pensado,¹¹ que é o resultado mental feito a

¹⁰Gramsci herda de Maquiavel o realismo político, afirmando que a política é a capacidade de criar um novo equilíbrio de forças, sendo que a realidade está em constante movimento e então este equilíbrio pode ser substituído a qualquer momento devido às forças nela presentes. (GÓES, 2018).

¹¹O Método do Abstrato ao Concreto, contribuição de Marx tanto para compreender as relações humano-sociais quanto um Método com potencialidade de transformação da sociedade, demonstra que mesmo que as conclusões e proposições estivessem erradas de Marx, não apaga o fato de sua contribuição ser o seu método desenvolvido. Sendo o método um conjunto de princípios que orientam a compreensão da realidade, um método científico, que compreende a realidade como fluente e contraditória. (MUNHOZ, 2009). Para se compreender determinado fenômeno social,

partir do método de Marx, em que se busca sair da aparência indo na direção da essência do fenômeno a partir de sucessivas aproximações. Com a concepção gramsciana, consegue-se ter uma análise da sociedade política e sociedade civil de forma que reconheça a sua complexidade, que a sociedade não é um bloco monolítico exclusivo de uma classe, que é um espaço contraditório e de disputa. Com essa concepção reconhece-se que nem toda ação do Estado é no sentido de beneficiar apenas a classe dominante, mas também serve como mediação para a concretização de direitos, inclusive, podendo contribuir, no caso do presente objeto de pesquisa, para a luta da FNL na questão da moradia, na perspectiva do Direito e da Cidadania. Assim, essa análise pode contribuir para a compreensão da realidade, inclusive para subsidiar a tomada de posições por parte daqueles que dela puderem se beneficiar na formulação de táticas e estratégias de luta. Neste caso, consideram-se primordialmente as possibilidades de luta da FNL de Ponta Grossa ao buscar conquistar o direito à moradia através da regularização da ocupação.

como determinada população em contexto específico, o fenômeno se apresenta ao sujeito como concreto figurado, como aparência. É ao mesmo tempo, ainda, concreto sensível e abstrato, por ser percebido pelos sentidos imediatos e por se conhecer pouco sobre o fenômeno, respectivamente. Ao se analisar o fenômeno apresentado, que está na aparência (uma visão caótica), através de análise minuciosa em que vai identificando e delimitando os fenômenos que compõem, vai se chegando a abstrações mais delicadas. Pois no caminho do abstrato ao concreto, um conceito vazio vai se enriquecendo de múltiplas determinações. Então, neste processo, vai deixando de ser abstrato e genérico e, pela análise, vai se chegando em sua essência. (MUNHOZ, 2009). Esse processo na direção à essência do fenômeno consiste: na compreensão interna do fenômeno, em outros termos, dos elementos que o constituem; na apreensão das totalidades em que o fenômeno se insere, assimilando a dinâmica interna dessas totalidades; na explicação do fenômeno a partir dos determinantes externos, identificados no processo anterior. Exemplo dessas totalidades maiores, podem ser, determinada organização, política social, interesses reais e/ou ideológicos do grupo com poder de decisão; conjuntura local; histórico de relações sociais na cidade em que se ocorre o fenômeno e no qual se insere; atual estrutura do país e às relações internacionais. (MUNHOZ, 2009). No final desse processo de sucessivas abstrações, enriquecendo o objeto de determinações e de apreensão das totalidades em que está inserido e de sua própria totalidade, passa-se de um concreto figurado e abstrato para um concreto pensado e abstrato (abstrato por ser uma elaboração mental, mas um abstrato rico em determinações e com aproximações à essência do fenômeno). (MUNHOZ, 2009). Dito de outra maneira, para apreender um fenômeno, deve ir da aparência (do sensível) à essência (concreto pensado/concreto espiritual, que é abstrato em outro sentido, no sentido de ser uma construção mental a partir da compreensão da realidade). (MUNHOZ, 2009).

2 A ATUAÇÃO DA FRENTE NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE NA LUTA POR MORADIA NA CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA NACIONAL E NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm o mundo a ganhar.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

(Karl Marx)

Este capítulo aborda a atuação da FNL em Ponta Grossa, para isso, primeiro foi contextualizado sobre os movimentos sociais através da autora Maria da Glória Gohn (2008, 2011, 2016 e 2020), no qual a referida frente de movimentos se insere. Posteriormente, pautados em Tatagiba, Abers e Silva (2018) apresentou-se as relações entre atores, políticas públicas, movimentos sociais e como estes se inserem e atuam de acordo com regimes e subsistemas. Apresentou-se na sequência uma breve aproximação ao histórico da questão da moradia no Brasil, para fosse possível compreender onde está inserida a FNL em sua luta. Ainda, neste capítulo, foi caracterizada a FNL, suas estratégias e táticas e ao final foram apresentados os quatro ciclos identificados de correlação de forças a partir do acontecimento em análise.

2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS LUTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

De acordo com Maria da Glória Gohn, um movimento social, pela definição clássica, tem como características básicas o seguinte: “possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade.” (GOHN, 2011, p.336). Além disso, um movimento social contribui para organizar e conscientizar a sociedade; apresenta sua demanda por meio de intervenção na realidade concreta por meio de pressão/mobilização, além de certa constância e permanência. Como ideais, em sua forma recente, tem os temas da justiça social, solidariedade e do princípio da autonomia (não algo individual, como autodeterminação). (GOHN, 2011).

Uma das premissas básicas que a autora observa acerca dos movimentos sociais, é a de que estes “[...] são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”. (GOHN, 2011, p.1). Saberes estes que para serem apreendidos em suas redes de articulações que os movimentos sociais estabelecem na prática cotidiana, pois a partir dessas redes pode-se compreender como são geradas as aprendizagens e os valores políticos que são construídos.

Os movimentos sociais através de suas ações concretas coletivas, que podem ser através de denúncias, marchas, mobilizações, atos de desobediência civil e até pressões diretas.

Atuando através de redes (sociais, locais, internacionais). Além disso, movimentos sociais representam forças sociais organizadas, as ações de seus membros são fontes geradoras e de inovações culturais, que surgem a partir da experimentação social, e que acontecem na luta cotidiana. Os movimentos sociais ainda canalizam as energias sociais apontando um diagnóstico e soluções para a sociedade, movimentando-se nessa mesma sociedade; atuam através de rede por meio de ações coletivas para haja inclusão social. Ao mesmo tempo, formam a identidade e seus participantes projetam sentimento de pertencimento social. (GOHN, 2011).

Gohn (2008), buscando contemplar as demandas, formas de organização e campo de atuação, organiza didaticamente os movimentos sociais, separando-os entre si. Tal separação aconteceu, a partir do critério de frente de ação, da seguinte forma: a primeira, são movimentos identitários que lutam por direitos; a segunda se refere a melhores condições de vida e trabalho; e terceira são movimentos globais ou globalizantes, que busca articular a nível internacional, por meio de fóruns plenárias, conselhos etc., pautando novos conflitos sociais, lutas religiosas e sobre a questão climática. (GOHN, 2008). A partir desta separação, percebe-se que os movimentos sociais que compõem a FNL se aproximam mais da frente de ação da segunda subdivisão, pois buscam, principalmente, o acesso à terra e à moradia, além de serviços públicos para garantir melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, a FNL busca a internacionalização (conforme critério de separação se enquadra na terceira forma citada de movimento social) e também elementos da primeira forma de movimento social, visto que a FNL busca a paridade de gênero na coordenação da Frente e também reconhece em sua cartilha que a luta das mulheres é uma luta simbiótica e inseparável da luta contra o capitalismo.

As transformações que aconteceram no mundo influenciam e influenciaram as mudanças nos movimentos sociais na América Latina, não se limitando às demandas políticas, religiosas ou às demandas socioeconômicas e trabalhistas, mas juntamente de reconhecimento cultural e identitário. (GOHN, 2008). Sendo assim, movimentos sociais se unem a partir de demandas comuns e reivindicam as mais diversas formas de direito, tanto relacionadas à identidade, cultura e condições de vida. Ao mesmo tempo que os movimentos ditos identitários e de reconhecimento cultural também são movimentos com pautas socioeconômica, política e trabalhista, os movimentos trabalhistas conjuntamente são também movimentos identitários, visto que a partir da sua identificação enquanto classe, reivindicam direitos.

Falando especificamente da América Latina, se destacam os movimentos indígenas na Bolívia, Equador e Venezuela, este último associado a movimento nacionalista (bolivariano), os movimentos populares de bairro na Argentina e no México, no México também se destaca o

movimento zapatista. No Brasil, destaca-se o MST e a Via Campesina, em que se articulam em redes por redes de movimentos globais. Ainda falando do Brasil, houve também num contexto mais recente o avanço do movimento negro, à exemplo das políticas de cotas e com o Programa Universidade Para Todos (ProUni), além do movimento LGBTQUIAPN+ e das mulheres. (GOHN, 2008).

Christian Adel Mirza, um dos pesquisadores do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), o qual analisou movimentos sociais na América Latina, destaca como problema central para a análise dos movimentos sociais, a questão da autonomia. Ele analisa em uma perspectiva histórica a relação entre movimento social e sistemas políticos e afirma que essa dependência se causa na relação histórica entre movimentos sociais e partidos políticos, devido a essa cultura, não tem sido possível o fortalecimento de movimentos sociais. (MIRZA, 2006). Gohn concorda com Mirza, citando o caso da relação do MST com o PT, ainda a autora acrescenta, discordando de Mirza que afirma que é uma herança do século XX, que é uma herança do tempo colonial. (GOHN, 2008).

Os projetos se dão a partir da apropriação de conhecimentos e da experiência dos sujeitos, inclusive, a própria cultura política de determinado grupo é gerada no processo. Assim, apesar de antes das ações já existirem construções se darem na relação (relacionais), elas vão se modificando na ação. Ou seja, a identidade do grupo vai se formando a partir das necessidades. O reconhecimento jurídico não é dado, mas conquistado e que para que seja legítimo, deve ser através de uma resposta do Estado à demanda organizada. Por se dar a identidade em um processo neste campo relacional, ocorrem tensões e disputas. (GOHN, 2008).

Para se analisar o movimento social, este deve ser pensado em um contexto histórico e conjuntural. Desta forma, as identidades são modificáveis, além de serem combináveis e múltiplas. Gohn (2008) destaca como uma importante categoria de análise dos movimentos sociais, as categorias *emancipação social*, *redes sociais* (ou *redes de mobilização social*) e *território*. Para Gohn, mobilização social “[...] é um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas.” (GOHN, 2008, p.448). Território, está ligado tanto a questões econômicas, como de pertencimento de um povo ou grupo social. Inclusive, questões de classe, raça, e infraestrutura passam a ser indicadores para análise do território. (GOHN, 2008).

Os movimentos sociais utilizam-se de redes, essas são importantes na análise das relações de território ou comunidade, por exemplo. Pode-se, a partir dela, analisar a

multiplicidade das relações presentes em tal espaço. Nestas redes acontecem trocas, circulação, são sistemas dinâmicos, abertos, suscetíveis a inovação e colaboração. (GOHN, 2008).

No Brasil, parte significativa desses militantes de movimentos que ultrapassam as fronteiras nacionais está chegando à pós-graduação, à postos de pesquisadores e de professores, produzindo teses e dissertações sobre experiências nas quais eles mesmos vivenciaram. (GOHN, 2011).

A autora apresenta que muitas vezes, quando as demandas sociais são atendidas e garantidas através de direitos, ocorre no Brasil o processo contraditório, em que se perde autonomia no estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, permitindo que movimentos sociais fiscalizam e controlam políticas públicas, por meio de conselhos, fóruns, dentre outras formas. (GOHN, 2011).

Ao mesmo tempo, e mais recentemente, no âmbito da sociedade civil, surgiram organizações vinculadas às empresas, bancos, entre outras, que passaram a realizar projetos articulados com a população e com o Estado. Baseadas nos conceitos de responsabilidade social, empoderamento e protagonismo social. (GOHN, 2011). O que demonstra a ideologia neoliberal, em que individualiza as expressões da Questão Social e apresenta como solução ações individuais dentro do próprio capitalismo, como se as situações não fossem engendradas por estruturas socioeconômicas que independem da vontade individual, visto que o conflito capital trabalho é gerado pela forma de existir do capital em determinado espaço, pela propriedade privada e dos conflitos decorrentes dessa forma de organização produtiva.

Sobre os movimentos sociais no Brasil, a autora define o período de 1970 até 1980 como a era movimentista. Neste período, e não só no Brasil mas também na América Latina, os movimentos sociais populares faziam oposição aos regimes militares. Com início no final dos anos 1980 e com intensificação nos anos 1990, o cenário sociopolítico transformou-se de maneira radical, com o declínio das manifestações de rua. Mas mesmo assim contribuíram de maneira decisiva para que as suas demandas se transformassem em direitos sociais garantidos na CF-88. A partir dos anos 1990, ocorreu o surgimento de formas institucionalizadas de organização popular, como os diversos fóruns. Destaca-se também o surgimento, nos anos 1990, do movimento das mulheres, de jovens (especialmente ligado ao rap e ao hip hop), indígenas, ecologistas, dos funcionários públicos e da comunidade LGBTQUIAPN+. Já nos primeiros anos da década de 2000, surgem também movimentos que lutam por questões culturais, religiosas e de nacionalidade. Abordando especificamente sobre um panorama que se iniciava a partir da

segunda década de 2000, dentre os 13 eixos temáticos¹² destacados estava o eixos de movimentos sociais em torno da questão urbana, composta pela articulação de intelectuais e movimentos populares em torno do tema, participando, por exemplo, da construção do Estatuto da Cidade; Outro eixo que se destaca também é o eixo de mobilizações e movimentos do sem-terra, que nas redes de articulação continham pessoas desempregadas, Quebradeiras de coco do Nordeste etc. (GOHN, 2011). Já a partir de junho de 2013, indo em uma mesma toada internacional de mobilização, volta-se a intensificar os protestos de rua. Inicialmente, em 2013,

¹² “Movimentos sociais em torno da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade. Exemplos: a | Movimentos pela moradia, expresso em duas frentes de luta: articulação de redes sociopolíticas compostas por intelectuais de centro- esquerda e movimentos populares que militam ao redor do tema urbano (o hábitat, a cidade propriamente dita). Eles participaram do processo de construção e obtenção do Estatuto da Cidade; redes de movimentos sociais populares dos Sem-Teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados), apoiados por pastorais da Igreja Católica e outras; b | movimentos e ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demandas pela paz (no trânsito, nas ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio etc.); c | mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); ou ainda mobilizações de segmentos atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços.

2 Mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política administrativa da cidade: a | Orçamento Participativo e Conselhos Gestores (saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, idoso); b | conselhos da Condição Feminina, Populações Afrodescendentes etc.

3 Movimentos em torno da questão da saúde, como: a | Sistema Único de Saúde (SUS); b | conferências nacionais, estaduais e municipais da saúde; c | agentes comunitários de saúde; d | portadores de necessidades especiais; e | portadores de doenças específicas: insuficiência renal, lúpus, Parkinson, mal de Alzheimer, câncer, doenças do coração etc.

4 Movimentos de demandas na área do direito: a | humanos: situação nos presídios, presos políticos, situações de guerra etc.; b | culturais: preservação e defesa das culturas locais, patrimônio e cultura das etnias dos povos.

5 Mobilizações e movimentos sindicais contra o desemprego.

6 Movimentos decorrentes de questões religiosas de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas. 346 Maria da Glória Gohn Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

7 Mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulação com as cidades por meio da participação de desempregados e moradores de ruas, nos acampamentos do MST, movimentos dos pequenos produtores agrários, Quebradeiras de Coco do Nordeste etc.

8 Movimentos contra as políticas neoliberais: a | Mobilizações contra as reformas estatais que retiram direitos dos trabalhadores do setor privado e público; b | atos contra reformas das políticas sociais; c | denúncias sobre as reformas que privatizam órgãos e aparelhos estatais.

9 Grandes fóruns de mobilização da sociedade civil organizada: contra a globalização econômica ou alternativa à globalização neoliberal (contra ALCA, por exemplo); o Fórum Social Mundial (FSM), iniciativa brasileira, com dez edições ocorridas no Brasil e no exterior; o Fórum Social Brasileiro, inúmeros fóruns sociais regionais e locais; fóruns da educação (Mundial, de São Paulo); fóruns culturais (jovens, artesãos, artistas populares etc.).

10 Movimento das cooperativas populares: material reciclável, produção doméstica alternativa de alimentos, produção de bens e objetos de consumo, produtos agropecuários etc. Trata-se de uma grande diversidade de empreendimentos, heterogêneos, unidos ao redor de estratégias de sobrevivência (trabalho e geração de renda), articulados por ONGs que têm propostas fundadas na economia solidária, popular e organizados em redes solidárias, autogestionárias. Muitas dessas ONGs têm matrizes humanistas, propõem a construção de mudanças socioculturais de ordem ética, a partir de uma economia alternativa que se contrapõe à economia de mercado capitalista.

11 Mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens, hidrelétricas, implantação de áreas de fronteiras de exploração mineral ou vegetal etc.

12 Movimentos sociais no setor das comunicações, a exemplo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).” E o eixo 13 é referente aos movimentos sociais pela educação. (GOHN, 2011, p.345346).

mais de um milhão de pessoas foram às ruas contra o aumento das tarifas de transportes coletivos, posteriormente se diversificando para outras demandas relacionadas aos serviços públicos. Paralelamente, movimentos já tradicionais realizavam mobilizações como a Marcha das Vadias, Marchas da Maconha e greves. (GOHN, 2016).

As jornadas de 2013 surpreenderam muitos analistas e o governo do PT (período em que Dilma Rousseff estava no cargo máximo do executivo nacional), a surpresa se deu devido às suas políticas de inclusão social, aumento do salário mínimo e as inúmeras conferências nacionais realizadas por área de serviço público. Não fluía entre os manifestantes e os poderes constituídos. Houve a reformulação de antigos movimentos, à exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Já em 2014 houve os protestos que pautaram, principalmente, atos contra a Copa do Mundo de Futebol no Brasil. Em 2015, retorna o Movimento Passe Livre (MPL), o principal ator de 2015, promovendo novos protestos contra o aumento da tarifa dos transportes. Neste período, Dilma estava no seu segundo mandato, mas a exemplo de uma eleição acirrada (54,5 milhões de votos para Dilma e 51 milhões de votos para Aécio Neves), houve uma grande divisão na sociedade inclusive nos protestos. De um lado enfatiza-se contra a corrupção, contra a Petrobras, por exemplo, que estava sendo investigada via operação da “Lava Jato”, questionando políticos e pedindo o impeachment da presidenta Dilma. Do outro lado, manifestantes que estavam na rua não eram contra o governo como um todo, mas eram contra o ajuste fiscal econômico e questionavam novas políticas públicas. Neste cenário também havia retorno da inflação, desemprego e paralisação de obras públicas. (GOHN, 2016).

No ato de 15 de março em São Paulo protagonizado pela direita, destacam-se os grupos: Vem Pra Rua (VPR), Revoltados *on-line* e Movimento Brasil Livre (MBL), além de pequenos grupos que defendiam a volta dos militares ao poder. Segundo dados do Datafolha, foram 201 mil pessoas em São Paulo, a maior manifestação desde as Diretas Já em 1984. Assim, de 2013-2015 houve uma grande virada na correlação de forças político-partidárias, atacando um partido político (PT) e a presidência do país. Em relação aos fundamentos ideológicos que apresentam os principais atores, vão do socialismo utópico, passando pelo liberalismo e pelo Marxismo. O que apresenta um questionamento na forma de democracia brasileira. (GOHN, 2016). Ou seja, é necessário um partido que canalize tal insatisfação, que é decorrente da crise do capitalismo e falta de serviços públicos por conta da conciliação de classes realizada pelo PT que não atende de forma totalmente satisfatória o que as classes subalternas desejam.

Ainda em 2016, a presidenta Dilma sofre o impeachment decorrente de um golpe jurídico parlamentar, assumindo a presidência o seu vice Michel Temer (AGÊNCIA SENADO,

2016). Decorrente deste processo e da “Lava Jato”, Lula foi preso em 2018, sendo impedido de concorrer à eleição de forma injusta, devido a irregularidades na condução da investigação realizadas pelo Juiz Sérgio Moro e falta de provas. (UOL, 2019).

Em 2018, pelo Partido Social Liberal, ganha a eleição para presidente da República Jair Messias Bolsonaro, possuindo 55% dos votos válidos contra 45% do candidato do PT Fernando Haddad (visto que Lula estava impedido de concorrer). (XAVIER, 2018).

Lula saiu da cadeia em 2019, após o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que se poderia realizar a prisão após a condenação em segunda instância. Além disso, houve o entendimento de Edson Fachin que os processos julgados por Moro em Curitiba, não caberiam ser julgados lá, visto que os processos não estariam relacionados apenas com a estatal Petrobras. Após isso, Lula recuperou seus direitos políticos e pode concorrer à eleição de 2022 (a qual compete à instância de Curitiba julgar). (ARREGUY, 2021). Após o segundo turno, Luiz Inácio Lula da Silva venceu o atual presidente, pertencente ao Partido Liberal no segundo turno. Ganhou a eleição com uma federação formada por FE Brasil (PT/PCdoB/PV) /Solidariedade/Federação PSOL-Rede/PSB/Agir/Avante/Pros; além disso, tem como vice-presidente seu antigo rival, médico e ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. (TSE, 2022).

Assim, com o saldo da década de 2010, iniciada sob os efeitos da crise financeira de 2008 e qual gerou desemprego, aumento das desigualdades sociais, retirada de direito, teve-se o ressurgimento de grupos conservadores também de novos atores progressistas e socialistas, tornando-se usual protestos, tanto de movimentos sociais já tradicionais, como sindicatos, estudantes, dos sem-terra e dos sem-teto, quanto de novos atores, como mulheres, jovens, negros, imigrantes, dentre outros segmentos, além de protestos de grupos conservadores. Em nível mundial na década de 2010, destaca-se os Coletes Amarelos na França e os protestos realizados no final dessa década em Hong Kong. No caso brasileiro, de um lado estavam os movimentos contra as contrarreformas econômicas e previdenciárias, e de outro estavam movimentos conservadores e/ou reacionários, acirrando uma política de ódio, fake News e de guerra cultural. (GOHN, 2020). Essa guerra cultural gerada por grupos de extrema-direita baseado em mentiras (*fake news*), pode ser lida como o fortalecimento ou mesmo atualização da hegemonia burguesa através de um consenso nestes grupos, que servem para mascarar a realidade. Ou seja, atuam de forma caricatural de um “gramscismo negativo”, em que a função exercida pelo intelectual desses grupos é desinformar e mobilizar as paixões destas pessoas, passando do senso comum para “mau-senso”. Inclusive, com o negacionismo da ciência no período da pandemia de Covid-19.

Sobre esta guerra cultural que se viu intensificada nestes últimos anos, tem duas correntes em confronto: a racionalista (que defende a ciência e a vida humana) e não racional (que se aproveita de pessoas fragilizadas, que sentem medo, para propor soluções irracionais e voltadas ao mercado). Percebe-se assim, que as emoções são fundamentais para mobilizar os movimentos sociais, como por exemplo a esperança. A autora também aponta sobre a necessidade de desenvolver um tipo contra hegemônico de narrativas, sendo fundamental realizar um trabalho por parte dos movimentos sociais de identificação, as quais tendem a interagir com o âmbito ideológico, com narrativas. Dito de outra forma, deve-se mudar opiniões através de uma mudança cultural para vencer o populismo de direita. (GOHN, 2020).

Falando especificamente de 2020, nos três primeiros meses de quarentena, houveram apenas protestos de grupos antidemocráticos. Após esse período, iniciaram os protestos de grupos democráticos, visto o desemprego, a não atuação do executivo federal no controle da pandemia, ou seja, da crise econômica, social e política causada pela extrema-direita capitaneada na figura representante máximo do executivo. Destacam-se os movimentos contra o racismo, tanto nos Estados Unidos da América (EUA) (pela morte de Jorge Floyd) (GOHN, 2020), quanto no Brasil, em que se pedia justiça por Ágatha Félix, João Pedro e até mesmo pela morte de Marielle Franco.

Desta forma, pela pandemia e pela inação do governo federal, foi desnudada e acentuada as desigualdades sociais. Diante dessas desigualdades, que são refletidas também na condição de habitação, cita-se o exemplo da organização criada pela comunidade de Paraisópolis-São Paulo, com ações de solidariedade e ações diretas auxiliando as pessoas em situação mais vulnerável. Com a realização do home office e do isolamento social, gerou a emergência daqueles que fazem comércio *on-line*, em que motoboys paralisaram capitais pedindo melhores condições de trabalho. (GOHN, 2020).

Falando especificamente sobre a relação entre movimentos sociais e políticas públicas, tem-se o capítulo construído para o livro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), confeccionado pelos autores: Tatagiba, Abers e Silva (2018). Os quais discutem a relação entre movimentos sociais e políticas públicas (concebida pelos mesmos como construídas a partir de processos ideacionais, experimentais e relacionais). Nesse processo, movimentos sociais podem se inserir disputando os rumos de políticas públicas. Desta forma, movimentos sociais levam as demandas populares aos circuitos de tomada de decisão. Os movimentos sociais participam deste processo na medida que propõem modelos alternativos de políticas públicas. Além disso, movimentos sociais são atores tradicionalmente excluídos do processo de construção de

políticas públicas. Com o tensionamento dos movimentos sociais, além de levar determinada demanda excluída ou não totalmente atingida ao nível institucional, também colabora para a mudança institucional, através de mobilização criativa de confronto e cooperação em relação às instituições.

O conflito gerado entre as instituições e movimentos sociais, faz aproximar os movimentos sociais e sociedade política (ou parte dela), essa relação se traduz no ativismo institucional. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018). Isso pode ser visto na situação de FNL de Ponta Grossa, com a atuação do Desembargador Fernando Prazeres (fazendo parte do poder judiciário) e de Tadeu Veneri (integrando o poder legislativo). Além disso, Tatagiba, Abers e Silva (2018) argumentam que o resultado dos movimentos sociais depende de três elementos: de como é composto o regime, a característica dos subsistemas (conjunto de atores e instituições que podem extrapolar o Estado e estão envolvidos com alguma política pública em específica) e as características do movimento social. Ou seja, é importante a análise das condições específicas dadas, e que podem ser alteradas, em que o movimento se insere para que possa avançar em suas pautas. É da interação entre ocupantes de cargos políticos, servidores públicos e da sociedade civil, que molda a formulação e a implementação em um tema de política pública, conformando estruturas relacionais, que pode ser chamada de *policy networks*.

Diferentemente dos atores que compõem a *policy networks*, é que os movimentos sociais se inserem em conflitos em relação às propostas de políticas e também em relação à configuração do subsistema, acionando também conflitos que existem na vida social. Sendo fundamental neste processo a formação de aliados, pois os resultados dependem das estruturas que se formam entre os atores. A própria aplicação da política, esta nova experiência, altera a percepção e a configuração de adversários e aliados. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018).

Os movimentos sociais atuando de forma experimental tendem a influenciar de duas formas no processo de construção de políticas públicas: a primeira forma se refere à tentativa de implementação em pequena escala de modelos alternativos. Essas experiências podem servir como projetos-piloto;¹³ a segunda forma, se refere à experimentar em diferentes níveis a atuação política. Justamente pelo conjunto de atores, os movimentos sociais atuam em diversas esferas (municipal, estadual e federal) e em espaços da sociedade civil e da sociedade política e assim experimentam um processo chamado de *scale shifting*¹⁴. Dito de outro modo, em atuação multiescalar (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018), o que lhes dá uma visão

¹³O que se pode ver com o projeto de desenvolvimento da ocupação da FNL-PG.

¹⁴ Tradução para o português: mudança de escala.

diferenciada de todo o processo, pois vivenciar e participar de todos estes espaços. Dando-lhes uma visão mais aguçada. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018).

A configuração do regime político se dá quando acontece interações similares entre um par de atores, e a relação predominante entre esses atores descreve o regime. A depender do regime, pode-se ter mais riscos, fracassos em ações. Assim, esses regimes definem a permeabilidade das propostas dos movimentos sociais. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018). Nesta mesma lógica, é que se seguiu as ações da FNL, em que mesmo sendo uma frente de movimentos de caráter socialista, apoiou o candidato Lula, pois com isso as ações da frente, provavelmente, terão mais permeabilidade no Estado; terão menor riscos em relação à sua segurança, além de mais investimentos em políticas públicas.

Justamente pelo conjunto de atores, os movimentos sociais atuam em diversas esferas (municipal, estadual e federal) e em espaços da sociedade civil e da sociedade política e assim experimentam um processo chamado de *scale shifting*¹⁵. Dito de outro modo, em atuação multiescalar. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018). O que lhes dá uma visão diferenciada de todo o processo, pois vivência e participar de todos estes espaços. Dando-lhes uma visão mais aguçada.

Dependendo da relação que se possui entre movimentos sociais e o processo de construção de política pública, existem estratégias mais ou menos viáveis. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018). No caso da FNL-PG, como será apresentado, mesmo com a demanda existente e tentativa de diálogo direto com o poder executivo do município não se fez surtir efeitos positivos para a FNL, sendo necessário mobilizações e articulações com o legislativo estadual, principalmente em nível estadual, parcerias com a Universidade Estadual de Ponta Grossa e mesmo das conquistas por ofícios. Como destacado por Tatagiba, Abers e Silva (2018) não é apenas então a forma de regime político, seus condicionantes e pelo subsistema de políticas públicas¹⁶ que o movimento se insere que determina suas conquistas, mas de que forma o movimento se insere nas redes do subsistema de políticas públicas, se possui protagonismo ou se é um ator secundário.

Obviamente que os movimentos sociais não são atores passivos que simplesmente esperam as oportunidades, aparecem na conjuntura, ou mesmo pelas alianças realizadas, mas atuam para que essas oportunidades apareçam através da mudança da instituição onde operam, portanto, de reformar o Estado. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018). Essas são formas de

¹⁵ Tradução para o português: mudança de escala.

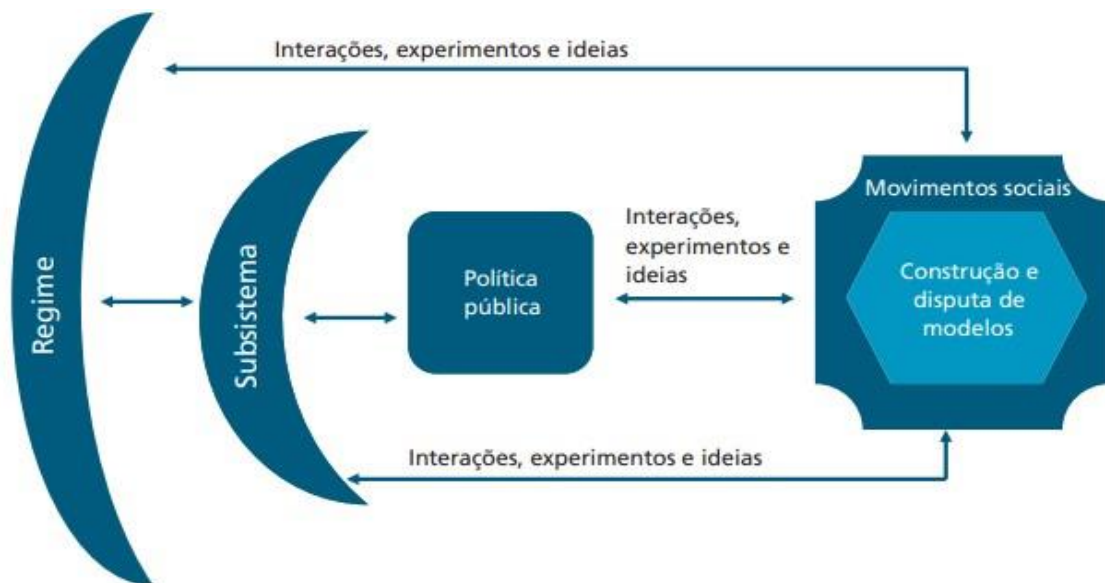
¹⁶No caso deste trabalho, principalmente o subsistema da política pública de habitação.

atuação que a FNL não descarta e realiza, mas sem perder o horizonte da revolução socialista. (FNL, 2020).

Dessa maneira, é importante que movimentos sociais entendam os processos de interação entre os movimentos sociais e outros atores, de que forma se dá empiricamente a colaboração dos mesmos nas instituições político-administrativas e nos subsistemas de políticas, percebendo o ativismo dos atores, do ativismo institucional. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018).

Em síntese, a gramática de ação dos movimentos sociais acontece de acordo com as oportunidades disponíveis de acesso e ação institucional (o que depende das possibilidades do subsistema que está inserido e do regime), além das chances criadas pela atuação institucional. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018). Essas possibilidades e interações relatadas por Tatagiba, Abers e Silva (2018) podem ser resumidas na Figura 1.

Figura 1 – Esquema sobre a relação dos movimentos sociais na constituição das políticas públicas



Fonte: TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In:* INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil:** interseções analíticas. Brasília: Ipea/Enap, 2018. cap. 4, p. 105-138. ISBN 978-85-7811-331-5. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3247/1/livro_Burocracia%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20no%20Brasil%20-%20interse%C3%A7%C3%B5es%20anal%C3%ADticas.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

A Figura 1 mostra muito bem as interações que os movimentos sociais podem ter dentro de um modelo de democracia liberal na construção e aplicação de políticas públicas. A perspectiva que Gramsci e mesmo a que a FNL tem vai além disso, pois busca rompimento com o regime. Ou

seja, construir uma nova hegemonia, o que no ocidente depende primordialmente da estratégia da guerra de posição.

Conforme Tatagiba, Abers e Silva (2018) um modelo alternativo ao modelo que dá centralidade ao mercado, é o modelo autogestionário. Neste modelo defende-se a criação de um fundo de habitação de interesse social (que possibilite as camadas mais vulneráveis ter acesso à moradia regular), da configuração de um sistema participativo, além da defesa de direitos em relação à terra e à infraestrutura urbana. Desta forma, a produção habitacional poderia ser realizada por cooperativas habitacionais, organizações dos movimentos por moradia e outras organizações sociais, com autonomia em todas as etapas de decisão. Por não estarem orientadas pelo lucro, essas organizações produziram para atender as necessidades dos moradores. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018). Algo semelhante, em relação à construção das casas pode ser visto na ocupação da FNL, que tem em seu projeto de desenvolvimento a proposta das casas serem construídas pelos próprios moradores, além de ser utilizado material reciclável na construção.¹⁷ (SILVA et al., 2022).

Esta forma de produção de políticas públicas busca garantir o protagonismo dos grupos subalternos, por uma gestão democrática. Mas os movimentos sociais, para conseguir conquistar direitos, devem conseguir traduzir seus interesses em propostas. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018). Com essa compreensão das interações que os movimentos sociais têm com as políticas públicas, é que se pode traçar estratégias para uma regularização fundiária da ocupação da FNL que atenda os interesses de seus ocupantes. Porém, para que se trace tais estratégias, é importante que se reconheça o cenário no qual se está inscrito para que se alcance as estratégias necessárias através de táticas conscientes e coerentes com as possibilidades e limites impostos pela estrutura e pelas diferentes conjunturas históricas.

2.2 O CENÁRIO DE LUTAS POR MORADIA NO BRASIL E AS OCUPAÇÕES DA FNL EM PONTA GROSSA

É importante ter-se a compreensão conceitual do que são ocupações. Tais, podem ser identificadas como espaços coletivos de luta pelo direito à cidade:

[...] são espaços comuns que lutam pelo direito à cidade, na medida em que visam não só satisfazer as necessidades de moradia e de espaços de sociabilidade, mas também são práticas de diferentes modelos de organização do trabalho e tomada de decisões

¹⁷ A proposta das casas feitas pelos próprios moradores, se dará pela implementação de núcleos de produção e geração de trabalho e renda. Exemplos destes núcleos a serem implementados na ocupação, e que servirão para geração de renda, são: núcleo de produção de tijolos solo-cimento, carpintaria e um núcleo de produção de artefatos de concreto para blocos e calçamento. (SILVA et al., 2022).

internas, mais participativas e horizontais. Portanto, vão além da dimensão interna da ocupação, protestando em conjunto com movimentos sociais maiores sobre diversos temas, como contra a especulação urbana, o racismo, a guerra etc. (CAMINHA, 2018, p. 1).

Pode-se entender as ocupações como ação direta se constituem um grande símbolo de oposição e resistência à distribuição desigual das riquezas e pela especulação imobiliária geradas pelo modo de produção capitalista. (CAMINHA, 2018).

Ocupações articuladas por movimentos sociais ou por frentes de luta compostas por diferentes movimentos e demais sujeitos políticos e sociais, como é o caso das realizadas pela FNL, acontecem devido ao fato de o direito à moradia não ser efetivado no Brasil à grande parcela de suas populações vulneráveis¹⁸. Desta forma, elas também têm o objetivo de denunciar o descaso do poder público, para que seja criado, ampliado e/ou reformulado programas habitacionais e assim seja garantido efetivamente o direito à habitação no território nacional. Engels (2015), em seu livro “Sobre a questão da moradia”, demonstra que o problema da habitação não pode ser solucionado dentro do sistema capitalista.

Conforme dispõe Netto (2001), seguindo a tradição marxista, as desigualdades do sistema capitalista são geradas pelas contradições do próprio sistema, no qual a riqueza de uns aumenta na mesma proporção da pobreza de outros. Este fenômeno surge com o capitalismo, pois diferentemente de modos de produção anteriores, o aumento de serviços e bens gerava uma diminuição da pobreza, mas sim o seu aumento. Se referindo a esse fenômeno do pauperismo Netto (2001, p. 42) afirma “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Portanto, nos limites da ordem do capital poderá haver medidas que amenizem as expressões da Questão Social, mas sua supressão apenas ocorrerá com a supressão da exploração do Capital sobre o Trabalho. Além disso, para caracterizar o conflito entre Capital e Trabalho e suas expressões, é necessário levar em conta as particularidades histórico-culturais e nacionais.

O não acesso à moradia é histórico e estrutural no Brasil. Desde o período colonial, a população mais pobre não teve acesso à propriedade, principalmente os negros e indígenas. A ocupação do território brasileiro ocorreu pelo recorte de 14 Capitâneas Hereditárias no ano de 1530, concedidas à nobres. Sendo destinadas a pessoas brancas e livres. Quem não se

¹⁸ De acordo com pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, desenvolvida em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, o déficit habitacional no Brasil é de 5,8 milhões. Déficit habitacional se refere a um determinado número de famílias que possuem condições precárias de moradia ou mesmo não possuem moradia. Considera-se situações precárias de moradia: coabitação não desejada, moradores que têm dificuldades em pagar o aluguel em áreas urbanas, moradores que vivem em casas ou apartamentos com grande densidade e de domicílios improvisados (precários e com fins não residenciais). (BRASIL, 2022b).

enquadrava nesses critérios não tinha acesso às terras devolutas (públicas), o que se manteve através da Lei de Terras de 1850, estabelecendo que apenas através de compra poderia se ter acesso à terra. Mesmo que nesse período esteja ocorrendo a expulsão violenta de camponeses e indígenas de suas terras, havendo grilagem e outras formas de compra ilegais feitas por pessoas fazendeiros. (NALIN, 2013).

A segregação, tanto urbana quanto rural, marcam as cidades brasileiras. Especificamente no âmbito urbano, as mudanças produtivas que o Brasil passou no século XX e o não acesso à terra por parte da população pobre, provocando êxodo rural, fez acentuar a situação de exclusão, produzindo espaços de segregação. O processo de industrialização e urbanização no Brasil, devido ao seu desenvolvimento tardio e predomínio do capital sobre o trabalho, impediu que a classe trabalhadora tivesse direito ao solo, provocando a exclusão no acesso ao solo e à moradia. (NALIN, 2013).

A Questão da Moradia tem sua lógica constituída pela história, pois é espaço de reprodução do capital, a sua lógica cria uma realidade urbana contraditória. Especificamente no Brasil, o processo de urbanização gera problemas de infraestrutura e habitação para as famílias, agravando as desigualdades e a exclusão territorial. (MUNHOZ, 2015).

Na atualidade, principalmente a partir de meados de 2015, houve o surgimento de um novo conservadorismo¹⁹ no Brasil que culminou na eleição de Jair Bolsonaro, como presidente, em 2018. (LACERDA, 2019). A partir deste período, há um acirramento dos processos de exclusão social e o recrudescimento do cenário político no último governo, devido ao bolsonarismo que se institucionalizou no governo federal e do contexto da pandemia de Covid19. Houve a redução de investimentos em programas como o Minha Casa Minha Vida, que foi alterado e batizado de “Casa Verde Amarela” em 2020²⁰. Tal contexto foi potencializado

¹⁹ O conservadorismo surge após perda de privilégios da aristocracia e da ascensão da burguesia e das ideias da modernidade, após estabelecida a ordem burguesa, as forças conservadoras passam a defender a ordem burguesa ao mesmo tempo que negam ideais da modernidade. A função do conservadorismo foi se modificando ao longo do tempo, mas em todos os tempos, é caracterizado por uma apologia, direta ou indireta da sociedade burguesa. O pensamento conservador clássico, repudia a destruição de instituições sociais tradicionais pré-capitalistas, como a hierarquia social cristalizada, privilégio da família e protagonismo da igreja, ou seja, a ordem do capital sem a Modernidade. (MACHADO, 2011). Portanto, temos como reflexo, levando em conta as particularidades históricas e culturais, que o conservadorismo busca manter a ordem capitalista ao mesmo tempo que busca manter relações atrasadas e buscando não modificar ou voltar a determinadas formas de hierarquia social. De forma geral, temos como expressões do conservadorismo no Brasil o racismo, patriarcalismo, LGBTQIA+fobia, fundamentalismo religioso e o autoritarismo. Pois essas expressões do conservadorismo fazem parte da estrutura que mantém de pé o capitalismo em sua formação brasileira, o que permite manter diversas formas de exploração e conservação das classes dominantes no poder. Em Ponta Grossa, como apontado por Schimanski (2007), o conservadorismo, como em outras localidades, faz com que o controle do poder político se mantenha nas mesmas famílias históricas, em uma elite aristocrática.

²⁰ “Segundo informações dos orçamentos federais executados entre os anos de 2009 e 2018, a média anual de investimentos em programas habitacionais, especialmente o “Minha Casa Minha Vida” (MCMV) foi de R\$ 11,3

pela omissão no combate à pandemia e aos seus efeitos nas diversas áreas, como econômica e social.

Mesmo diante do acirramento das desigualdades e das tentativas de abafamento das lutas das classes subalternas, que ocorre através de violência física e de campanhas de difamação contra movimentos por parte da classe dominante, movimentos sociais buscam resistir à essas forças conservadoras, como é caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), da Frente Nacional Luta Campo e Cidade (FNL), dentre outros.

Essas diferentes formas organizativas, como os movimentos sociais, os partidos, sindicatos entre outras, são um contraponto à lógica de dominação burguesa instaurada no país na perspectiva da afirmação das demandas correlatas aos grupos subalternos na agenda pública e do Estado. Tais demandas pressionam para que a resolução dos conflitos se dê na forma da garantia de direitos. No caso da FNL, a luta, além desses direitos, é pela superação da ordem do capital. Essas lutas são pela sobrevivência, pois pela crise mundial que se iniciou entre 2007/2008 e que ainda tem rebatimentos no Brasil, as contrarreformas neoliberais que se intensificaram a partir de 2016 e da omissão por parte do governo federal diante dos efeitos causados pela pandemia de Covid-19, aumentou o número de pessoas em situação de extrema pobreza e que se viram obrigadas a entrarem em ocupações²¹.

Schimanski (2007) demonstrou que, no município de Ponta Grossa, muitas vezes o poder municipal não atende aos interesses populares e atende aos interesses elitistas. Esse posicionamento do poder público local pode ser visto na Questão da Moradia em Ponta Grossa, em que para atender interesses da iniciativa privada, houve a venda de áreas públicas da

Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR) que seriam destinadas a programas habitacionais populares, além da Companhia ser extinta²².

Ou seja, Ponta Grossa que é uma cidade historicamente conservadora (SCHIMANSKI, 2007), tem fortalecido suas forças conservadoras no cenário recente, em função do

bilhões ao ano. Porém, para o ano de 2021, o governo federal lançou outro programa habitacional, que visava substituir o MCMV, chamado “Casa Verde e Amarela”, teve forte corte de recursos, com orçamento de aproximadamente R\$ 1 bilhão, mas apenas R\$ 27 milhões para financiamento de moradias na antiga faixa 1 do MCMV (para os mais pobres).” (DIEESE, 2021, p. 4).

²¹ Desde março de 2020 (início da pandemia) até maio de 2022, houve aumento de 655% no número de famílias ameaçadas de perder sua moradia e de 393% de aumento no número de famílias despejadas de março de 2020 até maio de 2022. (DESPEJO ZERO, 2022).

²² Foi aprovada no dia 27 de abril de 2022 a extinção da Prolar, com esta extinção acontecendo até o dia 31 de dezembro. Além disso, os seus serviços, pela lei, serão incorporados pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. (PONTA GROSSA, 2022b).

fortalecimento do conservadorismo no cenário nacional. Mesmo inscritos nesse contexto de fortalecimento de uma política conservadora seja no contexto nacional, seja no contexto local, em que pese o aumento dos níveis de desigualdade no país e o acirramento das diferentes expressões da questão social nos diferentes territórios, nos quais a luta por moradia permaneceu latente, haja vista o não avanço das pautas nesse setor, a FNL protagonizou uma ocupação no município de Ponta Grossa, na zona urbana local. Enquanto um Acontecimento que reflete a luta pelo direito à moradia no município, é importante frisar que as ocupações da FNL em Ponta Grossa fazem parte de um conjunto de ações da referida frente de movimentos no contexto nacional.

É de extrema importância entender a conjuntura para compreender suas contradições, nexos, seus atores, as pautas do movimento e a correlação de forças entre os diferentes atores envolvidos, estabelecendo uma relação com a estrutura, à luz de uma perspectiva crítica, pois a partir disso, pode-se realizar mudanças na história. Por carregar intencionalidade, uma análise de conjuntura não é neutra, mesmo sendo objetiva. Assim, a análise de conjuntura construída neste trabalho, tem a finalidade de colaborar para o debate da defesa de direitos e da democracia em torno da luta por moradia no Brasil, a partir da atuação da FNL no contexto local, através de suas ocupações, haja vista que tais fazem parte do conjunto de princípios ético-políticos do Serviço Social brasileiro.

A fim de situar o debate da defesa de direitos, neste caso da garantia do direito social à moradia, no horizonte do aprofundamento da democracia, e da defesa dos interesses das classes subalternas, o presente trabalho visa, assim, contribuir com uma perspectiva pedagógica emancipatória para as classes subalternas, na qual a prática profissional esteja alinhada aos interesses destas classes. Para realizá-la, primeiro é necessário desta pedagogia politizar as relações sociais, que, por uma perspectiva gramsciana, acontece a partir de um olhar que tenha como base a avaliação das relações de força. (ABREU, 2016).

A ação das classes subalternas na realidade, através de lutas contra o capital, é o que permite que essa garanta formas de atender suas necessidades de forma autônoma. O que está no princípio educacional emancipatório e a construção de uma perspectiva conformista, mas conformista com base em uma nova sociedade. Ou seja, a posição intelectual e de ação no estado de novo equilíbrio, seria um conformismo avesso ao capitalismo. (ABREU, 2016).

As ocupações são expressões da luta das classes subalternas pelo direito à moradia. A questão da moradia é uma necessidade básica humana que existe desde o início de sua

existência, sendo uma representação de abrigo, lugar de cuidado e onde acontecem as relações íntimas humanas. Ou seja, um lugar de proteção. (MUNHOZ, 2015).

Diante desse cenário de lutas por moradia no Brasil, o qual é histórico, mas também sofre com determinações conjunturais, a FNL possui um conjunto de prerrogativas e diretrizes de ação que dá conta da organização de seu programa e de suas estratégias e táticas a fim de interferir na correlação de forças em contraponto às forças regressivas que imperam nos contornos das lutas engendradas em torno do referido direito à moradia.

2.2.1 O que é a FNL e suas ocupações em Ponta Grossa

Mediante um cenário nacional no qual se reduziram os programas habitacionais, conforme os dados já apresentados anteriormente (DIEESE, 2021), e num cenário local de extinção da PROLAR, estrutura institucional específica para o atendimento da questão habitacional no município e ainda de aumento das desigualdades sociais expressas, decorrente, entre outros fatores, da baixa dos salários ou mesmo do desemprego e do acirramento de diferentes problemas sociais durante a pandemia de Covid-19, muitas famílias de Ponta Grossa, como no caso das mais das 700 famílias ocupantes da Ericson John Duarte se viram obrigadas a realizar ocupações de terra irregulares para sobreviver.

Em análise da expansão urbana e a desigualdade socioespacial na Cidade de Ponta Grossa, os autores Ederson Nascimento e Lindon Fonseca Matias (2011), evidenciam que o crescimento horizontal na cidade deteve como determinação a intensa especulação fundiária, tal fenômeno foi viabilizado pelo poder público municipal que ampliou o perímetro urbano. Neste processo, dificultou o acesso à terra da população de menor poder aquisitivo, aumentando as desigualdades sociais. Este processo de urbanização acelera a realização da mais-valia e da concentração populacional, ou seja, a aglomeração e concentração de pessoas expressa no espaço a concentração de capital, mas de forma negativa. Com isso, e por decorrência do capital financeiro-imobiliário, a estrutura socioespacial expressa a segregação das camadas sociais, em que as áreas de emprego são concentradas no centro e localidades próximas e as regiões habitacionais se localizam nas periferias, distantes do centro. Isso aumenta o tempo de transporte diário para realização de atividades de trabalho, lazer etc.

Segundo Matias e Nascimento (2011), a partir dos anos de 1970, em Ponta Grossa, contingentes populacionais migratórios chegaram à cidade. Tal contingente empobrecido foi empurrado para áreas carentes de infraestrutura, tanto de transporte, quanto de Unidades Básicas de Saúde, Escolas, dentre outras estruturas públicas importantes. Além disso, os autores

apontam que chefes de família com rendimentos a partir de dez salários mínimos residem no centro da cidade e localidades próximas, como os bairros órfãs, Jardim Carvalho até o bairro Estrela. Já as famílias mais empobrecidas, com rendimentos em que os chefes de família não têm rendimento superior a dois salários mínimos, estão também próximos das famílias de alta renda, como nos bairros de Estrela e Uvaranas. As famílias morando em favelas de 1960, que representavam 0,8% do percentual da população, chegaram a 17,2% em 2006, distribuídos em 136 pontos de ocupação. Tal distribuição das famílias em favelas estão na maioria em áreas impróprias para moradia, como às margens de rios, ao lado de ferrovias. No caso do bairro Neves, destaca-se que na região que faz divisa com o bairro de Uvaranas e do limite da área urbana, mais de 70% do percentual dos chefes de famílias possuíam até dois salários mínimos. (MATIAS; NASCIMENTO, 2011). Neste mesmo bairro, e como apontado no mapa 1, está a Ocupação da FNL.

A FNL é uma organização social e política formada por trabalhadores/as do campo e da cidade que luta por uma mudança na forma dos meios de produção, principalmente da terra; buscando igualdade e justiça social. A FNL foi fundada de 29 a 31 de janeiro de 2014, na cidade de Assis, no estado de São Paulo. A FNL tem seus princípios baseados em Marx e Lênin²³, compreendendo que as mudanças nas forças produtivas levam a mudanças nas relações de produção. A FNL também busca o internacionalismo como forma de solidariedade de classe entre todos os países, para atuar contra formas de colonialismo, neocolonialismo e imperialismo. Além disso, a FNL não se define como um movimento social, mas como uma frente formada por outras forças e movimentos sociais, tendo como aliados partidos políticos, e organizações sindicais que lutam por mudança radical nas relações sociais e econômicas. (FNL, 2020).

Ocorreram 3 ocupações da FNL em Ponta Grossa-PR A primeira ocorreu no terreno da PROLAR no dia 04 de dezembro de 2021 (SOUZA, 2021), depois houve a Ocupação no Parque dos Sabiás, no dia 04 de fevereiro de 2022. (FNL-PG, 2022z). E no dia 27 de março, a Ocupação

²³ O pensamento de Gramsci é herdeiro do Leninismo. A partir da Revolução Russa, a teoria política de Lênin foi posta à prova da história, apontando para novos caminhos dentro do marxismo e, após esta revolução, Gramsci abandonou posições tendencialmente idealistas a partir do leninismo. Obviamente Gramsci não se limitou a ser um simples tradutor do Leninismo ao contexto italiano, a exemplo dessa apropriação do leninismo está o desenvolvimento que Gramsci fez da categoria “hegemonia”. É entre 1918 e 1919 que Gramsci toma conhecimento de textos de Lênin, em que supera o voluntarismo e entende a vontade revolucionária como intrinsecamente ligado à consciência da necessidade histórica. O subversivismo, já relatado aqui, está relacionado a sua leitura do livro o que “Que Fazer de Lenin, onde Lenin denuncia o espontaneísmo que resulta no reformismo, pois a forma espontânea ainda é, apesar de positiva, uma fase embrionária do consciente. Neste mesmo livro, o autor demonstra que a vontade revolucionária só se efetiva através da direção de uma organização política revolucionária, em um partido de vanguarda. Transformando o subversivismo esporádico em projeto revolucionário. (COUTINHO, 2021).

próxima da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), chamada de Rosa Luxemburgo. (FNL-PG, 2022k). As duas últimas foram desocupadas, não chegando à construção de residências. A ocupação Ericson John Duarte, consta nos mapas 1 e 2.

A Ocupação Ericson John Duarte tem esse nome em homenagem ao trabalhador, negro, que morreu em 2021 vítima de Covid-19. Ericson foi obrigado a trabalhar de Van, se contaminou e não resistiu. (FNL-PG, 2022u). De acordo com dados da própria Ocupação da FNL em Ponta Grossa, divulgados em seu *facebook* no final do mês de janeiro de 2022, a ocupação possuía mais de 700 famílias. (FNL-PG, 2022t). Também, publicação compartilhada pelo perfil da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade de Ponta Grossa (FNL-PG, 2021i), continha matéria da Revista Movimento explicando um pouco mais sobre a FNL em Ponta Grossa, nela é relatada que a ocupação Ericson John Duarte da FNL em Ponta Grossa foi a primeira do estado do Paraná, é uma ocupação urbana, e é coordenada pelo então coordenador do PSOL no Paraná, Leandro Dias, além dos militantes do PSOL, Moreno e Luciano. (BITTENCOURT, 2021).

Foram obtidas informações por e-mail através do contato com a 6ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, em que após solicitação feita pelo estudante, por determinação do Promotor de Justiça Jânio Luiz Pereira foi encaminhado Notícia de Fato nº 0113.22.000086-4. Nela, dentre outras informações, está o perfil socioeconômico do Ocupantes da Ericson John Duarte, realizado a partir de amostra. Destaca-se que antes da ocupação, das 66 respostas obtidas, 50% das pessoas pagavam aluguel, 22,7% moravam em imóvel cedido, 22,7% morava com parentes e 4,6% estavam em moradia ocupada ou em situação de rua; já em relação a pergunta “Se tratava de área irregular e/ou em situação de risco e insalubres?”, das 64 respostas, 10 (15,6%) afirmou que moravam próximos de arroio ou de córrego a céu aberto; 6 (9,4%) moravam próximo a linha férrea; e 4 em local com risco de desabamento (6,3%). Além de que, de 61 respostas de mesmo questionário, 44,3% das famílias possuíam alguém trabalhando, ainda desses, e que afirmaram que estavam trabalhando no momento (48 respostas) apenas 14,6% trabalhavam com carteira assinada e o das respostas, 85,5%, 43,8% das pessoas responderam não se aplica e 41,7% realizavam trabalhos informais esporádico, os ditos “bicos”. (DIAS, 2022).

A partir destas informações pode-se perceber que o perfil se trata de pessoas desempregadas, ou realizando trabalhos informais esporádicos, e que estavam pagando aluguel ou morando com parentes, ou mesmo morando em situações irregulares e/ou insalubres. Ou seja, demonstra que a ocupação foi um ato de sobrevivência, por não terem mais alternativas.

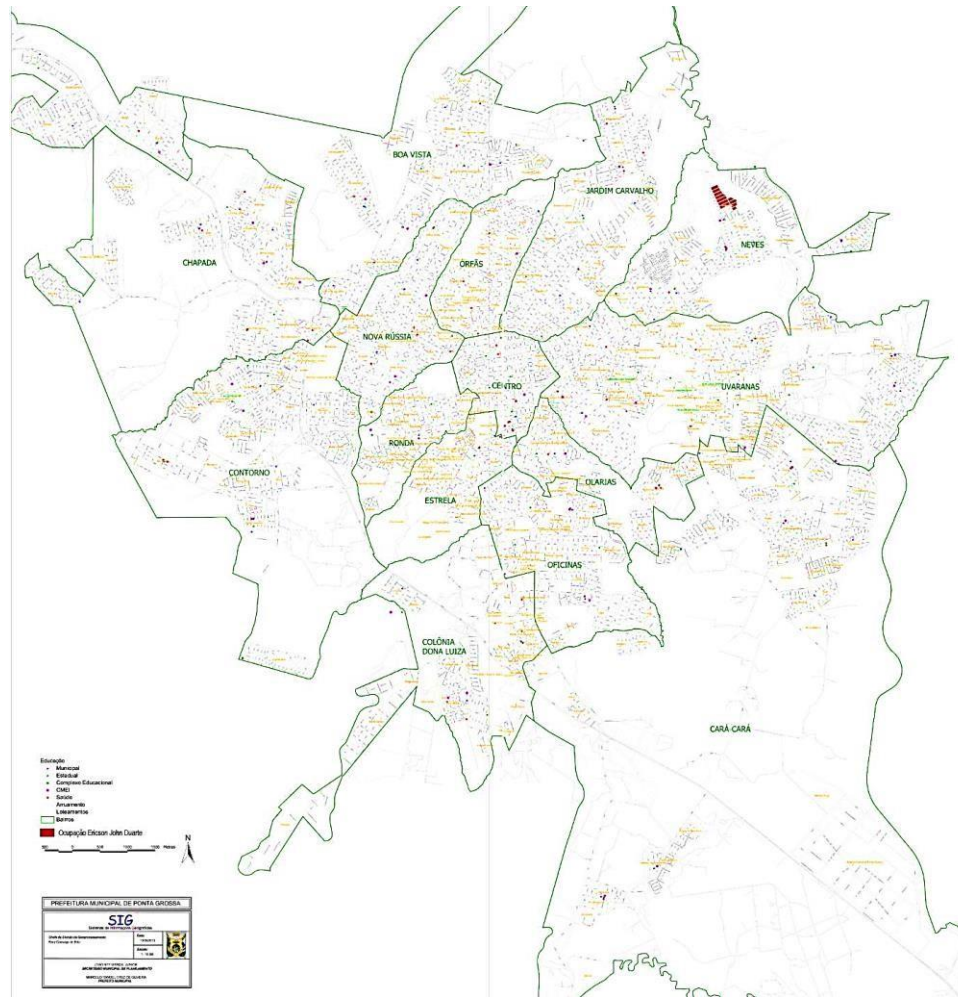


Fonte: Adaptado de: Google Earth.

Nota: A partir da visualização área da Ocupação Ericson John Duarte feita pelo aplicativo *Google Earth*, traçou-se com uma linha amarela do próprio aplicativo os limites e a extensão da Ocupação no território. A partir disto, pelo aplicativo “Paint 3d” foi confeccionado a legenda do mapa.

Conforme o mapa 1, apresenta o atual estado da Ocupação Ericson John Duarte. No mapa 2, apresenta-se o mapa de Ponta Grossa, com as divisões territoriais de seus bairros.

Mapa 2 - Cidade Ponta Grossa com as divisões territoriais constando a ocupação Ericson John Duarte



Fonte: Adaptado de: PONTA GROSSA. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA (IPLAN). **Município de Ponta Grossa: Mapa de Divisão Territorial e Equipamentos Urbanos.** Base cartográfica. Disponível em: <<https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/base-cartografica/>>. Acesso em: 10 Nov. 2022.

Nota: A partir de dois mapas, disponíveis no site do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa, que possuem a divisão territorial e equipamentos urbanos de Ponta Grossa, construiu-se, onde além de unir as duas folhas, destacou-se de vermelho onde se encontra a Ocupação Ericson John Duarte.

Verifica-se no mapa 2, a Ocupação da FNL pintada de vermelho, dentro do bairro Neves, especificamente, dentro do parque das Andorinhas. Verifica-se que fica numa região periférica da cidade, em uma área no limite do perímetro urbano de Ponta Grossa, próximo ao Centro de Socioeducação - CENSE, ainda, no seu entorno, há a rua Rio Cavernoso, que vai até o contorno leste.

Desde o início da ocupação foram sendo realizadas diferentes ações envolvendo as famílias ocupantes. Dentre as ações realizadas na ocupação, houve “O Natal da Ocupação”. Para esta ação a FNL solicitou doações de brinquedos, doces, tintas, papéis e outros materiais para a comunidade em geral. (FNL-PG, 2021b). Também houve ações para a realização da Páscoa de 2022 na Ocupação Ericson John Duarte no dia 16 de abril, onde alunos dos cursos de Administração, Comércio Exterior e Contabilidade da UEPG arrecadaram caixas de bombons

para serem entregues para as crianças. (FNL-PG, 2022v). Para a organização desta Páscoa, houve reunião com sindicatos, movimentos sociais, acadêmicos, advogadas e professores/as e servidores/as da UEPG, à exemplo de Plauto Coelho e da Professora Marilisa do Rocio Oliveira. A programação de tal evento teve: culto, brincadeiras, teatro, distribuição de doces e cachorro quente. (FNL-PG, 2022x). Já em outubro, no dia 12, houve a realização do “Dia Das Crianças na Ocupa Ericson John Duarte”, onde contaram amplo apoio da sociedade em geral para a realização das atividades, que contou com: corte de cabelo, brincadeiras e doces. (FNL-PG, 2022f).

Além de doações para a realização de eventos em datas comemorativas, a FNL de Ponta Grossa, também realizou diversas campanhas para a construção de diversas parte da estrutura física da sede do da ocupação da FNL da cidade, tanto servindo para realizar assembleias quanto para a realização do cursinho popular “Emancipa”, para formação de jovens e adultos. (FNL-PG, 2022w).

Também acontecem diversas reuniões e assembleias na Ocupação da FNL, que tem como uma das funções o repasse de informações pertinentes à Ocupação. Por exemplo, houve a assembleia que teve a participação de 400 pessoas (a maior desde então, ocorrendo no dia 25 de março), em que se teve os repasses das informações sobre a audiência de mediação realizada pelo CEJUSC Fundiário (sob o comando do desembargador Fernando Prazeres do Tribunal Judiciário do Paraná). (FNL-PG, 2022b)²⁴.

Outra ação a se destacar é a realização de formações políticas na Ocupação Ericson John Duarte, na qual é utilizada a cartilha citada neste trabalho. (FNL-PG, 2022g). Também do I Encontro Estadual da FNL Paraná, que ocorreu nos dias 27 e 28 de agosto de 2022, reunindo mais de 400 pessoas. Destaca-se a presença de José Rainha (líder da FNL), professor Edson Silva (PT), Professora Marilisa, Professor Sérgio Luiz Gadini (PSOL), o então Deputado

²⁴ Na imagem do *facebook* da publicação citada é possível ver a bandeira do coletivo Juntos. O Juntos é um coletivo de juventude, formado em 2011 inspirado nas rebeliões que ocorreram após a crise capitalista de 2008, como a Primavera Árabe, Indignados da Espanha e o movimento *Ocuppy Wall Street*. Nas jornadas de Junho de 2013, o coletivo teve participação ativa, além disso construiu a primavera feminista, ocupações nas escolas, resistência contra o governo Bolsonaro, pediram justiça por Marielle Franco, protestos contra os cortes de investimentos nas universidades promovidas pelo governo de Jair Bolsonaro. O coletivo possui setoriais antirracistas, anticapitalistas, contra a LGBTQUIAPN+fobia, buscando uma mudança radical na sociedade. Além disso, em 2018, o Juntos elegeu três deputados federais: Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna e David Miranda, na época, ambos eram do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). (JUNTOS, s.d.). Atualmente, David Miranda não está mais filiado ao PSOL.

Estadual e atual Deputado Federal Tadeu Veneri (PT), sua assessora Rosângela Rigoni (PT) e o candidato à deputado Estadual pelo PSOL professor Ricardo Grokorriski. Além do próprio líder da FNL em Ponta Grossa, Leandro Dias. (FNL-PG, 2022n)²⁵.

Em relação às mobilizações pode-se destacar: A marcha até a sede da PROLAR; o Ato na Praça dos Polacos no dia 16 de dezembro; Ato contra o racismo, homofobia e contra o Nazismo em frente à Reitoria da UEPG. Falando especificamente da marcha até a PROLAR, a marcha partiu da praça dos Polacos e foi até a sede da prefeitura municipal de Ponta Grossa/PR, onde as lideranças da FNL de Ponta Grossa foram recebidas pela prefeita Elizabeth. Tal marcha contou com 400 pessoas. (FNL-PG, 2021c). Já o ato em frente à reitoria da UEPG, ocorrido no dia 27 de setembro, teve dentre seus organizadores a Rede de Cursos populares “Emancipa”, a própria FNL de Ponta Grossa, APP Sindicato, SINDUEPG e SINTESPO. (FNL-PG, 2022j).

2.2.2 Estratégias e táticas da FNL

Na cartilha da FNL chamada “Princípios organizativos e formação política”, em sua “Parte 1”, há referência aos temas do caráter e dos princípios organizativos e ainda quais são os movimentos que participam da FNL, trata ainda sobre a disciplina, o núcleo de base, a composição das instâncias da FNL, suas reuniões e encontros, seus dirigentes, a divisão de tarefas, o planejamento, a crítica e autocrítica, sobre o estudo, seus vínculos com as massas, o método organizativo de organização e a luta de classe.

Destaca-se desta primeira parte, falando especificamente de seu caráter, que a FNL é uma organização revolucionária, que busca destruir o privilégio que mantém a exploração dos seres humanos, por meio da criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Para a FNL, essa passagem para outra forma de sociedade acontecerá pelo acirramento da luta de classes, também por meio do fortalecimento da organização da classe trabalhadora e das camadas populares e da captura do poder que está nas mãos da classe dominante. (FNL, 2020). A tomada de poder, seria através da união dos diversos grupos que sofrem opressões (grupos subalternos), como os operários, proletários do campo e da cidade, indígenas e quilombolas. Estes, uma vez organizados, devem acumular as forças necessárias para a revolução socialista. Além disso, a FNL atua na mobilização e na formação política e ideológica de trabalhadores, através de uma estrutura centralizada, com núcleos e comissões que se encontram na base dos assentamentos e acampamentos. (FNL, 2020).

²⁵ Do qual o autor deste trabalho participou realizando o cerimonial no primeiro dia do evento.

Gramsci desenvolve o termo classes, ou grupos, subalternos justamente porque no momento em que Gramsci escrevia, os conceitos de proletariado e campesinato não davam conta de explicar a diversidade da luta de classes, se tornando conceitos abstratos. Tendo os grupos subalternos, uma tendência à desagregação, além disso, os grupos subalternos são formados pela massa de dominados, mas que não estão necessariamente unificados em classes sociais. As classes subalternas só podem se unir quando puderem se tornar Estado. (GALASTRI, 2014). Desta forma, a FNL atuando enquanto partido, na acepção gramsciana, realizando o trabalho de formação política fazendo com que seus membros passem do senso comum para o bom senso, reconhecendo os seus reais interesses através da filosofia da práxis, contribui para que os interesses dos grupos a que destina suas ações saiam no nível econômico-corporativo (em que estariam implícitos apenas os seus interesses enquanto movimento pela terra e pela moradia, além de outros pontos que tocam apenas a ocupação), para alcançar interesses mais gerais de rompimento do imperialismo, do fim da exploração de classes em âmbito nacional e internacional (estágio ético-político). Nesse processo, tais grupos devem incorporar interesses dos mais diversos grupos e sendo portador universal da emancipação humana na luta por uma nova hegemonia.

Sobre seus princípios organizativos, a FNL tem como diretrizes uma direção verticalizada, mas ao mesmo tempo democrática, em que sempre as decisões devem ser tomadas de acordo com o voto da maioria e sendo encaminhadas às bases para serem cumpridas. Essas bases são chamadas de Núcleos de Base. Não há, nos núcleos de base diferenciação quanto ao gênero, etnia, identidade de gênero ou orientação sexual. A luta da FNL não é apenas pelo direito à moradia, mas também pela educação, saúde, cultura, ou seja, por melhores condições de vida. A FNL busca a construção e a aliança com outras organizações sociais de caráter classista, que busquem o fim das opressões e tenha como horizonte a sociedade socialista. (FNL, 2020). Na perspectiva gramsciana, é de extrema importância fazer alianças, mesmo que se manifestem de forma problemática. Pois através de alianças, através do abandono de um pensar corporativo, forma-se um projeto coletivo. O fundamental para construção da hegemonia exige compromissos de classe, superação de interesses corporativos e individuais, dando espaço para interesses de diversas frações de classe.

A partir da superação desse modo de pensar, se delineia uma nova forma de pensar. (SIMIONATTO, 1997). Ou seja, o intelectual orgânico é ativo neste processo, pois tem como funções a produção de consenso, criando uma nova hegemonia, através da passagem do senso comum para o bom senso. Fazendo com que os grupos subalternos reconheçam seus interesses.

Tal função, da passagem dos interesses econômico-corporativos aos interesses ético-políticos, é uma das funções mais gerais dos partidos políticos²⁶.

Construir alianças tem como objetivo se tornar classe hegemônica, estágio em que a classe se torna protagonista das reivindicações de outras camadas sociais. A hegemonia não significa a universalidade ideológica, mas quando um grupo porta um projeto universalizador, de uma vontade coletiva, unificando a estrutura e da superestrutura, que para isso é necessária uma reforma moral e intelectual. A ideia de reforma moral e intelectual expressa que além do avanço da democratização política, está o resultado e condição de transformação econômica e política. (SIMIONATTO, 1997).

Especificamente na questão das alianças transclassistas, que tem efeitos na economia que beneficiam a todos, mas esse discurso genérico impossibilita que os grupos subalternos colaborem uma visão de corte anticapitalista, ao mesmo tempo que impossibilita a construção de estratégias e alianças de acordo com seus interesses. (SIMIONATTO, 1997). Desta forma, de acordo com essa reflexão e com o direcionamento que a própria cartilha da FNL traz (FNL, 2020), não se deve incorrer no mesmo erro que o MST e o PT cometeram ao ampliar suas alianças ao ponto que sua perspectiva deixa de ser revolucionária e passa ser reformista, não tendo mais um corte anticapitalista. Obviamente é importante realizar alianças, mesmo que contraditórias, visto que cada fração de classe tem interesses divergentes, mas que isso não seja impeditivo de fazer com que as frações de classe enxerguem seus objetivos.

Visto que a própria FNL, apesar de suas críticas ao PT, no âmbito de Ponta Grossa apoiou o candidato Tadeu Veneri para Deputado Federal e, para a presidência, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Tadeu Veneri foi e vem sendo um importante ator político no cenário, visto que o mesmo está contribuindo para a concretização do direito à moradia, dentre outros, à Ocupação da FNL em Ponta Grossa. Já o apoio da FNL ao Lula, se deve à uma leitura de que neste momento esse apoio foi importante para derrotar a o candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro, utilizando a tática que está presente na cartilha, a tática da Frente Antifascista. (a qual é mais ampla e diferente das bases da Frente Única).

Para que um movimento social possa participar da FNL leva-se em conta pela organização da referida frente de movimentos, se o movimento social candidato à participação é um movimento social, que além de ter bandeira de luta é reconhecido em nível municipal, levando as demandas e negociando estas em nível estadual e nacional, mas a ação deve se dar de forma unificada. Assim, a integração se dá quando o referido movimento se compromete

²⁶ Este tema será abordado mais adiante a partir da autora Duriguetto (2014).

com os princípios organizativos, estrutura, seus membros, assumindo os métodos e princípios de organização e a aplicação ocorrendo por meio de seu núcleo de base. (FNL, 2020).

Cada acampamento, ocupação ou assentamento deve ter um núcleo de base, o qual deve ser incentivado permanentemente ao estudo da história das lutas classes. O núcleo de base terá uma coordenação, composto por um homem e uma mulher, como forma de assegurar paridade de tarefas e representação. (FNL, 2020). Para compreender as relações de trabalho e gênero, é necessário entender a indissociabilidade de sexo, raça e classe. Uma das abordagens que se tem em relação é a de interseccionalidade, que aborda de forma parcial a questão de classe ou sexualidade, a partir de uma teoria transdisciplinar, refuta a hierarquização da diferenciação social. O que permite compreender as diferenças salariais e de desemprego entre homens e mulheres, entre homens negros e homens brancos e entre mulheres negras e brancas; em que os homens brancos possuem os maiores salários e as mulheres negras os salários mais baixos.

Superando a concepção de interseccionalidade, na forma de intersecção geométrica em que compreende a realidade por meio da multiplicidade de categorias não apreende as relações dinâmicas do social. Pois a concepção geométrica de intersecção fragmenta as questões de: gênero, etnia, religião, casta, classe, dentre outras, leva à dissolução das violências e contribui para a perpetuação da violência; também esta concepção de interseccionalidade privilegia categorias sem historicizá-las, deixando em segundo plano a questão de classe. (HIRATA, 2014).

Para que isso não ocorra, é necessário historicizá-las e que superando a concepção de intersetorialidade pela concepção de consubstancialidade, em relações que se imbricam e são transversais. Ao mesmo tempo, a intersecção é de geometria variável, incluindo diversas relações sociais de dominação e exploração, além das 3 relações fundamentais que muitos trazem como: gênero, classe e raça. (HIRATA, 2014). A partir da análise de Hirata, pode-se verificar que para entender as relações sociais e como as opressões correm, deve-se entendê-las de maneira articulada, que formam uma unidade e que são transversais, o que permite ações de enfrentamento não fragmentadas e, no caso da FNL, reconhece o quanto a luta de classes está ligada com a luta das mulheres e o quanto a luta das mulheres está ligada à luta de classes, e o fim de uma dessas explorações se realizará totalmente quando outra também se realizar.

São os coordenadores que têm por função estruturar coletivos de acordo com as necessidades da organização na comunidade. Esses coletivos também deverão ter em sua composição um coordenador e uma coordenadora. Cabe também ao núcleo de base desenvolver

a estrutura das lutas imediatas, realização de formações, mobilização e buscar a luta geral da classe trabalhadora. A composição e o tamanho do núcleo de base de cada localidade dependerão da realidade e necessidade de cada local, mesmo o tamanho desses núcleos sendo extremamente importante, para que toda a base esteja participando de todos os processos da FNL, deve-se levar em conta a consistência e qualidade política de quem integra o núcleo de base. (FNL, 2020).

Cada núcleo de base terá a assistência de um dirigente, que está na estrutura em um patamar imediatamente superior, o mesmo deverá assegurar unidade de ação e pensamento por parte do núcleo. (FNL, 2020).

A composição das instâncias da FNL acontece da seguinte forma: Congresso Nacional, acontece a cada 5 (cinco) anos, cabendo definir a linha política e reafirmar bandeiras de luta, sendo esse congresso dirigido pela Direção Nacional; Coordenação Nacional, é composta por dois coordenadores de cada estado, escolhidos e em eventos estaduais e referendados no Congresso Nacional, tendo o trabalho em nível nacional de dar assistência ao estados e organizações; Coordenação Regional, é composta pelos dois coordenadores dos núcleos de base e por mais dois coordenadores por setores, é responsável pelos congressos estaduais e dará a direção e assegurar assistência e a direção em nível regional; a Coordenação Estadual é composta por dois coordenadores políticos de cada regional, e além disso, terá um secretariado responsável por realizar articulação e assistências para as coordenações regionais; e, por fim, a coordenação política nacional, é a instância superior da FNL, a qual é composta dentro da coordenação superior, que contará com os melhores quadros e é necessário que os mesmos estejam inseridos organizações sociais. Cabe ao dirigente²⁷ a elaboração de documentos, articulação e diálogo com em nível local e internacional, além do controle e aplicação das táticas e estratégias da FNL. Além disso, os dirigentes sempre devem ter um vínculo com as massas (FNL, 2020).

Os intelectuais têm tanto a função de exercício e manutenção de projetos hegemônicos burgueses, mas também podem ter a função de um novo projeto hegemônico, um projeto das classes subalternas. Para isso, o intelectual deve ter interesses contrários aos intelectuais tradicionais e orgânicos, buscando criar uma sociedade regulada. Atingindo a emancipação humana. (DURIGUETTO, 2014).

²⁷ O dirigente político é o melhor quadro que a organização possui, tem como função pensar as linhas, táticas e a estratégia da FNL. Os mesmos são eleitos pela base a cada dois anos, caso o dirigente tenha falta de mais de duas reuniões seguidas sem justificativa este pode ser afastado após avaliação. Os dirigentes servem como exemplo, através da disciplina e da articulação entre prática e teoria. (FNL, 2020).

Gramsci aponta a necessidade da formação de uma consciência crítica e de uma consciência crítica por parte dos grupos subalternos. Gramsci também aponta que cada grupo social não realiza de forma igual a elaboração de sua cultura e de sua consciência. Os intelectuais (desde os técnicos até os que exercem funções administrativas estatais) tem sua função decisiva na relação com as classes fundamentais e com o Estado. Compreendendo intelectuais em sentido amplo, o estrato social que exerce funções organizativas. Sendo fundamental na conquista do poder a ação dos intelectuais, visto que antes da chegada do poder, deve haver uma atividade hegemônica (intelectual, moral e política. Cada grupo deve elaborar e organizar sua experiência no mundo, mesmo que todos os seres humanos sejam filósofos, suas formulações podem ser manifestações da filosofia espontânea (senso comum, linguagem, bom senso e religião), tais manifestações formam o sistema de crenças, opiniões, modos de agir e ver. (DURIGUETTO, 2014).

As manifestações do senso comum (que seus principais elementos são fornecidos pela religião, e que está condensada no folclore) é a concepção de mundo fragmentado e incoerente. Além disso, o senso comum é a concepção de mundo absorvida acriticamente pelo ser humano. Um modo alternativo ao senso comum é o bom senso. Para a chegada ao bom senso, é necessário a criação e aplicação de processos pedagógicos, em que os indivíduos desenvolvam a elaboração, a partir de sua experiência e estrato social, de uma concepção de mundo crítica, consciente e ativa. Pois quando o grupo social não consegue realizar tal processo de forma crítica e consciente, por motivos de subordinação e dominação intelectual, incorpora a concepção de mundo de um grupo social que não o seu. (DURIGUETTO, 2014).

Desta forma, uma das funções dos intelectuais é a de atuar na formação de uma consciência crítica, construindo uma visão crítica e não fragmentada/unitária da condição de vida do grupo que está vinculado. Portanto, que tenha uma relação orgânica, potencializando a capacidade intelectual dos chamados “simples”. Para a construção e formulação teórica dos intelectuais orgânicos vinculados aos grupos sociais subalternos, deve-se ter contato e realizar observações das suas visões de mundo, ações e comportamentos de tais grupos. Contribuindo para uma relação de sentido entre a teoria e prática desses grupos, elaborando uma concepção de vida superior ao senso comum, construída de forma metódica. (DURIGUETTO, 2014).

Assim, essa filosofia construída, a filosofia da práxis, pela sua crítica superará o modo de pensar precedente, tornando crítica uma atividade já existente. Para que seja possível formar um bloco intelectual-moral que através da política torne possível o progresso intelectual das massas. Quando o ser humano não tem uma consciência lúcida teórica de seu agir, pode

acontecer a contradição entre teoria e prática. É a formação de uma consciência política, da unidade entre teoria e prática, que vai formando a autoconsciência do indivíduo, superando o senso comum e fortalecendo o desenvolvimento do conceito de hegemonia, ou de uma nova hegemonia, produzindo uma identidade intelectual e ética do grupo social. (DURIGUETTO, 2014).

Assim, a organização não existe sem intelectuais, pois os intelectuais são dirigentes e organizadores. Gramsci também pontua, diante do processo de criação da camada de intelectuais que é repleta de avanços, recuos e contradições, a importância dos partidos políticos, operando na prática e testando na realidade concreta as concepções construídas. O partido deve ser o crisol da teoria com a prática, em que deve ser absorvida pelas massas a concepção explícita de sua própria atividade, sendo uma vontade decidida a ação realizada pelas massas, por tanto consciente. (DURIGUETTO, 2014).

Nesse trabalho pedagógico dos intelectuais com as massas para o processo de difusão de uma nova concepção de mundo, processo (“que é, simultaneamente, de substituição do velho e, muito frequentemente, de combinação entre o novo e o velho”), são destacados por Gramsci alguns elementos, como a forma em que a nova concepção é exposta e apresentada; o reconhecimento da autoridade e das referências teóricas do intelectual bem como sua participação na organização que defende a nova concepção. Esses são alguns elementos importantes na relação intelectuais-massa — tanto em indivíduos singulares como em grupos numerosos — para a formação de uma nova concepção de mundo, embora não decisivos. Ou seja, para Gramsci, a legitimidade do intelectual e a organização na qual participa são importantes, embora não decisivos para a incorporação de uma nova concepção de mundo por parte das massas populares. (DURIGUETTO, 2014, p. 279).

Pela absorção da elaboração teórica da realidade feita pelo intelectual a partir da experiência de determinado grupo ter a maior dificuldade de penetração nas classes populares, estas não aceitariam a teoria em sua forma pura, mas de forma híbrida. Além disso, uma das formas mais didáticas de absorção é a repetição, em formas variadas, do argumento. (DURIGUETTO, 2014).

Gramsci também afirma que cada grupo social para se reafirmar enquanto tal, cria intelectuais para que a sua posição de classe seja legitimada, ou seja, este intelectual vinculado e elaborado pela classe é o intelectual orgânico. Os intelectuais estão inscritos nas relações sociais, não sendo uma casta separada, mas pertencente e representando interesses de classe. E esta, a atividade intelectual, está presente em todas as atividades profissionais. Para ser considerado intelectual ou não intelectual separa-se a função imediata da categoria onde se incide de maneira mais imediata a ação, se no esforço físico ou na elaboração intelectual. Não existindo não-intelectuais, mas graus diversos de intelectuais. (DURIGUETTO, 2014).

A função dos intelectuais se encontra na superestrutura (em que se encontra a sociedade política e a sociedade civil), produzindo consenso, dito de outra forma, na produção de hegemonia. Em alguns grupos sociais é o próprio partido político que elabora seus intelectuais orgânicos. E, para todos os grupos sociais, os partidos políticos transformam intelectuais orgânicos e tradicionais em intelectuais políticos, dirigentes e qualificados para organizar, integrar e realizar todas as funções na sociedade. Inclusive, e como função mais geral, o partido consiste em elevar do nível econômico-corporativo (por exemplo, neste âmbito se encontram os sindicatos) ao ético-político. Tornando os membros do partido, os quais são todos intelectuais (por possuírem funções diretivas e educativas), agentes de questões nacionais e internacionais. (DURIGUETTO, 2014).

Outro ponto importante é sobre as críticas e as autocríticas, as mesmas só devem ser feitas nas instâncias de organização ou nas reuniões dos setores, pois a FNL (2020) afirma que quando realizadas fora desses espaços, provoca desarticulação através de intrigas. Essa desarticulação pode promover a derrota do movimento. Portanto, são vistas como muito prejudiciais do ponto de vista da organização e articulação.

A segunda parte da cartilha da FNL, material que trata da sua organização e funcionamento, inicialmente, coloca sobre a necessidade de organizar uma ferramenta política em que se encontrem os melhores quadros, além de que as alianças de classe devem ter um programa que contemple a estratégia da revolução socialista. Afirma-se o seguinte, também, “não é possível transformar a sociedade por dentro do Estado burguês”. (FNL, 2020, p.23). Aponta a burguesia como a principal inimiga da classe trabalhadora, também que a reforma agrária e a reforma urbana são os pontos de partida da FNL. (FNL, 2020).

Além disso, a FNL critica o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Sem Terra (MST), afirmando que os mesmos abandonaram a estratégia socialista e que a FNL e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) representam a superação do MST e do PT, respectivamente. Afirma ainda que o partido e movimento precisam um do outro e que a articulação dos dois, juntamente com outras organizações, são apostas da FNL para cumprir a tarefa histórica da revolução. (FNL, 2020).

Falando da estratégia e das táticas da FNL, afirma querer se diferenciar do MST e o critica por comercializar a sua produção e de não lutar pelo socialismo, pois creem que o PT avançará na construção do socialismo por dentro do Estado burguês.

Participar da estrutura, disputar eleições, defender bandeiras econômicas e avançar nas lutas dentro do Estado burguês é necessário, as o fundamental são os princípios que norteiam a organização, o partido e a luta do proletário, que é a construção da

revolução, com a destruição do capitalismo e a conquista do socialismo. (FNL, 2020, p. 41).

Ou seja, a FNL reconhece a importância de se participar das estruturas e das eleições, mas entende que isso não basta para uma transformação e uma revolução socialista. (FNL, 2020). Mesmo com todas as críticas da FNL ao PT, a FNL seguiu a tática da Frente Ampla²⁸, buscando combater as políticas neoliberais e para derrotar nas eleições o Presidente da República Jair Bolsonaro. A FNL de Ponta Grossa apoiou as candidaturas: para a presidência de Luiz Inácio “Lula” da Silva (PT); para o Governo do Paraná: da professora Ângela (PSOL), e, em algumas assembleias e de forma secundária, a candidatura de Requião (PT) para a mesma vaga; para o Senado, Laerson Matias (PSOL); para Deputado Federal Tadeu Veneri (PT), que anteriormente era Deputado Estadual pelo mesmo partido; e para Deputado Federal, o coletivo do PSOL professor Ricardo e bancada da educação (composto além do professor Ricardo Gokorriski, por Márcio Soares, Hadassa Ojea, Eliane Pawlak, Lucinei Myszynski) (FNL-PG, 2022d). Destes, foram eleitos Tadeu Veneri e Luiz Inácio “Lula” da Silva. Tal apoio se deve tanto à questão de que com a derrota de Bolsonaro, enfraquece as organizações reacionárias e os ataques aos movimentos sociais, ao mesmo tempo que se amplia os investimentos nos diversos serviços públicos, inclusive, em programas habitacionais, possibilitando que tenha um cenário mais favorável para o desenvolvimento da luta pela moradia e da própria FNL.

Outro ponto importante, são as formas de resistência que a FNL segue, através de uma ação ampla e da frente única dos trabalhadores. Principalmente na atuação contra Bolsonaro e suas políticas neoliberais, isto requer táticas e estratégias. Isso reflete os objetivos e como chegar até eles. Como principal estratégia da FNL está a tomada de poder, neste caso, com a chegada ao socialismo. A cartilha define socialismo a sociedade em que os meios de produção estejam sob controle e direção das classes trabalhadoras, este controle deve se dar por meio da direção de uma organização política que assegure a unidade e a direção revolucionária. Esta fase, a do socialismo, é um processo fundamental para se chegar ao comunismo (em que se chegará a plena emancipação humana). (FNL, 2020).

A FNL possui um programa para a conquista da revolução, é articulada atualmente em 11 Estados, organizando-se e relacionando-se com diversos setores da sociedade para a mudança na forma de produção. Busca-se, assim, um salto de qualidade na organização da classe trabalhadora, o que acontecerá na construção de um partido de novo tipo, que não se

²⁸ Tal tática será abordada mais adiante, desde como a FNL (2020) enxerga tal tática, como a forma entendida por Gramsci (DEL ROIO, 2019), visto que as duas se aproximam muito, pois Gramsci e a FNL se basearam em tal tática proposta por Lênin.

limite a ser apenas um partido que dispute eleições dentro da ordem burguesa. Ou seja, a construção de um partido revolucionário. Reconhece-se que atualmente não tem a força necessária na classe trabalhadora, com dificuldades para conduzir uma organização revolucionária, faltando condições objetivas e subjetivas para tal. (FNL, 2020). O que apresenta a função fundamental enquanto partido da FNL, a qual deve criar condições subjetivas (da passagem do senso comum ao bom senso), fazendo que as classes subalternas se organizem, tenha consciência crítica de sua prática, conseqüentemente tenham entendimento e autoconsciência, para que possam produzir consenso, construir hegemonia e então realizar a guerra de movimento.

Outro ponto importante, são as formas de resistência que a FNL segue, através de uma ação ampla e da frente única dos trabalhadores. Principalmente na atuação contra Bolsonaro e suas políticas neoliberais, isto requer táticas e estratégias. Isso reflete os objetivos e como chegar até eles. Como principal estratégia da FNL está a tomada de poder, neste caso, com a chegada ao socialismo. A cartilha define socialismo a sociedade em que os meios de produção estejam sob controle e direção das classes trabalhadoras, este controle deve se dar por meio da direção de uma organização política que assegure a unidade e a direção revolucionária. Esta fase, a do socialismo, é um processo fundamental para se chegar ao comunismo (em que se chegará a plena emancipação humana). (FNL, 2020).

Já as táticas são as formas de luta desenvolvidas para avançar na luta pelo socialismo. O que pode se dar em várias frentes/campos, como através de movimentos de massas, lutas sindicais, dentro de instituições do Estado, atividades culturais e outras atividades necessárias. (FNL, 2020).

Para defender os interesses imediatos da classe trabalhadora contra as medidas neoliberais utiliza-se a tática da Frente Única. Para que se enfrente de forma unificada aos atuais desmontes e ataques realizados pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, ao mesmo tempo que as diferenças entre as organizações são respeitadas. (FNL, 2020). A estratégia da Frente Única é uma estratégia defendida por Gramsci. Além disso, em um contexto de necessidade de enfrentamento do fascismo, ofensiva do capital e da falência da revolução socialista internacional, Lênin defendeu a fórmula política da frente única a partir de 1921. Diante desta constatação, de uma impossibilidade da continuidade da revolução socialista, seria então necessário desenvolver o capitalismo em sua forma monopolista, buscando a industrialização, aumento da produtividade e uma dinâmica econômica capaz de superar crises.

Esta proposta é a proposta da frente única entre operários e os camponeses na economia, que se desenvolveria no campo da política também. Esta fórmula política proporcionou uma aliança no amplo espectro socialista, incluindo frações reformistas. Para que fosse possível criar uma barreira contra o avanço do capital. Ou seja, a estratégia da frente única é a estratégia de construir aliança em amplo aspecto com intenção de combater o fascismo e o avanço do capital, mas que para tais alianças deve-se analisar se realmente será benéfica e se não enfraquece organizações neste combate. Para Gramsci a política da Frente única deve ser caracterizada com uma forte marca nacional, não sendo uma mera tática, mas servindo além de resistência, para a transição ao socialismo. (DEL ROIO, 2019).

Já em relação ao fascismo, tem-se a Frente Antifascista, composta por uma unidade ainda mais ampla, reunindo todas as forças contrárias ao fascismo, às liberdades individuais e aos direitos sociais. (FNL, 2020).

Há também a frente de Agitação e Propaganda, a qual deve ocorrer nos mais diversos locais, inclusive, nas redes sociais. Como forma de denunciar o capitalismo e o fascismo, auxiliando as classes trabalhadoras a desvelar a realidade e conhecer a história. A Agitação acontece através de atos, protestos, passeatas e saraus. A agitação é fundamental ocorrer em momentos em que ocorrem injustiças devido ao sistema de produção. Já a propaganda, é fundamental que se apresente as lutas, conquistas e avanços em países socialistas, deve servir a educação revolucionária e deve ser acompanhada de literaturas marxistas e marxianas. (FNL, 2020).

A FNL reconhece a importância dos diversos movimentos sociais na construção do socialismo, como o movimento juvenil, comunitário, a luta das mulheres e o movimento sindical. O movimento sindical, deve ser uma ferramenta de mobilização e conquista de direitos, devendo, principalmente em um momento de desmontes, realizar formação política e o trabalho de base. Devendo a greve, principalmente a greve geral ser retomada (FNL, 2020).

Falando especificamente da luta das mulheres contra o patriarcado, fazendo parte das táticas para a tomada de poder e da chegada ao socialismo. Pontua que violências e perseguições existem contra mulheres burguesas também, mas que estas exploram mulheres pobres também, o que demonstra que a luta das mulheres contra o machismo e o patriarcado também é uma luta contra o capitalismo. (FNL, 2020). Como apontado por Hirata (2014), é importante que as lutas e a compreensão sobre as mesmas estejam articuladas, tanto na questão de gênero quanto na questão de classe, um dos pontos fundamentais que a FNL não aborda em sua cartilha é sobre a

importância do movimento negro²⁹, do movimento indígena, da comunidade LGBTQUIA+, das pessoas com deficiência, dentre outros. Sobre as redes virtuais, elas podem ser utilizadas para agitação e propaganda. Outro ponto importante é a de que é trazida pela cartilha da FNL, é que ela defende que “a luta deverá ser conduzida pelos melhores e mais firmes filhos e filhas da classe trabalhadora, que deverão integrar as fileiras de um ou mais partidos, reunidos em uma frente popular e revolucionária que dirija a luta [...]”. (FNL, 2020, p.48). O que expressa a forma de recrutamento do partido de vanguarda leninista.

Falando de algumas alianças da FNL, conta-se em documento técnico desenvolvido para orientar as lideranças comunitárias da FNL de Ponta Grossa na condução da Ocupação Ericson John Duarte as seguintes parcerias existentes e prováveis: profissionais voluntários e comprometidos com o desenvolvimento da comunidade; Incubadora de Empreendimentos Solidários da (IESOL) - UEPG; Laboratório de Mecanização Agrícola – UEPG; Cáritas – Diocese de Ponta Grossa; Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais do Ensino Superior (SINTESPO); Associação de Professores do Paraná Sindicato (APP Sindicato); Seção Sindical dos docentes da UEPG (SINDUEPG); e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP).(SILVA et. al., 2022)³⁰.

2.3 AS OCUPAÇÕES PROTAGONIZADAS PELA FNL ENQUANTO UM *ACONTECIMENTO* NA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E OS CICLOS DE CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Foram identificados na conjuntura analisada 4 ciclos distintos de correlação de forças

²⁹ A população negra foi citada apenas uma vez na cartilha da FNL ao se referirem ao enfrentamento realizado pelos Quilombolas, mas em suas táticas para a revolução socialista não abordam sobre táticas envolvendo especificamente o movimento negro. Mesmo que em certo momento afirmem no avanço na luta socialista, a qual deve estar congregada aos indígenas e quilombolas, a luta do movimento negro é mais ampla. Assim, a FNL cita Quilombos e Indígenas justamente pela sua luta direta contra o agronegócio e o latifúndio. (FNL, 2020). Mas se esquece que a luta socialista é mais ampla, e deve congrega todo o movimento negro anticapitalista, além dos outros setores não inclusos já citados.

³⁰ Tal proposta de desenvolvimento foi assinada por: Prof. Edson Armando Silva (historiador), Prof. Joel Larocca (engenheiro e arquiteto), Prof^a Marilisa do Rocio Oliveira (administradora), Carlos Augusto Wosniacki (engenheiro civil), Geraldo Pougy (arquiteto e urbanista), Alisson Alves Pepe (advogado), Geverson Tramontin (pedagogo e mestre em Ciências Sociais Aplicadas), André Henrique Mello Correa (assistente social e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Plauto Jacir Coelho (Técnico Administrativo da UEPG/ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais do Ensino Superior de Ponta Grossa), Renata Ozorio Iurk Dinguelski (licenciada em Ciências Biológicas UEPG, especialista em educação do campo e realidade brasileira UFPR e mestranda em Ensino de Ciências e Educação Matemática-UEPG), Thais Cristina dos Santos (assistente social - Núcleo Regional de Serviço Social de Ponta Grossa e Região, doutoranda no Programa de Ensino de Ciência e Tecnologia- Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR), Jackson William Pluskota (desenvolvedor de jogos digitais, mestrando em Ensino de Ciência e Tecnologia-UTFPR).

sendo que a exposição da análise será realizada a partir deles para fins didáticos. Cada ciclo aponta para uma direção, ou para uma direção progressiva na luta pelo direito à moradia, ou inversamente na direção regressiva da defesa da propriedade privada. Antes disso descreve-se brevemente o acontecimento da ocupação seguindo-se com a apresentação dos referidos ciclos de correlação de forças.

Ao final realiza-se uma síntese analítica dos quatro ciclos, traçando alguns elementos prognósticos da conjuntura sociopolítica em análise na relação com a estrutura.

O acontecimento em tela trata-se da ocupação protagonizada pela FNL no município de Ponta Grossa-Pr no dia 04 de dezembro de 2021. Tratou-se de cerca de 60 famílias inicialmente, após diálogo da FNL com as famílias houve então a ocupação do terreno, se organizaram e entraram em um terreno próximo ao Cense, no Parque das Andorinhas, localizado no bairro Neves.

Segue-se ao acontecimento, conforme apresentado acima, quatro ciclos de correlação de forças. Para o reconhecimento desses ciclos foi tomado como ponto de partida a realização de uma entrevista fonte com o líder da FNL e a partir da referida entrevista foram coletadas informações diversas nos portais da DCmais e do ARede nas redes sociais e na Página da FNL no Facebook, por ser este o canal de comunicação mais utilizado pela referida frente de movimentos para divulgar suas ações à sociedade.

Os referidos ciclos são: *Primeiro ciclo: A ocupação da FNL e a resposta imediata do Estado: da repressão e do descaso com as demandas emergenciais à judicialização da questão; Segundo ciclo: as articulações político-institucionais da FNL e as formulações das primeiras alianças estratégicas; Terceiro ciclo: a FNL em busca da resolução do conflito e a resposta proativa do poder judiciário; Quarto ciclo: o retorno do conflito ao cenário sócio-político e o protagonismo do judiciário em busca da conciliação*. Após o Acontecimento da primeira Ocupação da FNL em PG, e no Paraná, os ciclos das correlações de força serão detalhados nos itens: 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3 e 2.3.4.

2.3.1 Primeiro ciclo: A ocupação da FNL e a resposta do Estado: da repressão imediata e do descaso com as demandas emergenciais à judicialização da questão

O ciclo inicia após a primeira ocupação. Este é o ciclo da correlação de forças imediato à ocupação, acontecendo em que tanto no nível político, quanto institucional e militar (forças policiais), atuam e representam regressividade na correlação para a FNL-PG.

De acordo com informações do DCmais, na noite do dia 04 de dezembro, no mesmo dia da realização da primeira ocupação, a Prefeitura de Ponta Grossa realizou pedido de

reintegração de posse, o que foi indeferido pela justiça logo em seguida. Tal pedido foi protocolado junto ao plantão judiciário do Fórum de Ponta Grossa. Além disso, de acordo com Leandro a ação de ocupação já estava sendo planejada há cerca de seis meses. (SOUZA, 2021).

No dia 06 de dezembro de 2021, em vídeo, Leandro Dias, líder da FNL em Ponta Grossa, comunica que a justiça havia indeferido a reintegração de posse pedido pela prefeitura municipal de Ponta Grossa. (FNL-PG, 2021f), sendo que dois dias depois o referido líder da FNL foi até a prefeitura de Ponta Grossa para protocolar ofício com pautas mínimas para a ocupação da FNL em Ponta Grossa, a primeira era o pedido que a prefeita recebesse o movimento, a segunda era destinada à uma solicitação de patrôla para limpeza de entulhos e matos na rua, caminhão pipa a caixa de água, banheiros químicos, além de atendimento na UBS mais próxima, dentre outros pedidos. (FNL-PG, 2021e). Após isso, representantes da FNL foram recebidos pelo secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos Maurício Silva. (FNL-PG, 2021h).

Em sua página, a FNL de Ponta Grossa, relata que no 8º dia da ocupação, a prefeitura ou mesmo a câmara de vereadores não havia dado nenhum retorno. Além de que houve frustradas tentativas de retomada de posse, além de que a PROLAR e prefeitura estavam tentando jogar famílias que estão na fila da PROLAR contra as famílias da ocupação. (FNLPG, 2021g). O que demonstra descaso do poder político em relação à ocupação, como resultado deste descaso, os ocupantes da Ericson John Duarte, pelo menos de acordo com publicação do final de 2021, conviver com constante presença de animais peçonhentos, como cobras. (FNLPG, 2021a). Além do descaso, houve as tentativas de desmobilização tanto com a ação imediata da polícia militar, por exemplo, como com o ofício entregue a Leandro Dias no dia 14 de dezembro para que não recebesse mais nenhuma pessoa de ocupação, e assim não aumentasse o número de ocupantes. (DCMAIS, 2021).

Inclusive, houve medidas de desarticulação realizadas em fevereiro de 2022, como a concessão de liminar, a qual foi proposta pela prefeitura de Ponta Grossa, interdito proibitório (para proteção preventiva da posse) expedida no dia 11 de fevereiro pela Dra. Jurema Carolina da Silveira Gomes, após a mesma a referida juíza visitar a área ocupada. A justiça estabeleceu que os grupos ocupantes não realizem ocupações em terrenos públicos, com multa diária para caso isso ocorra de R\$ 1.000.00. Inclusive, com tal multa devendo ser aplicada para os

ocupantes no Parque das Andorinhas. (DCMAIS, 2022c).³¹³² Ou seja, a prefeitura de Ponta Grossa trabalhou ativamente para fomentar a fragmentação dos grupos subalternos em relação à luta por moradia.

Depois de 10 dias de ocupação, a FNL resolve realizar ato até a PROLAR para cobrar ação em relação ao movimento, pois, de acordo com informações que chegaram até a Frente, a prefeita Elizabeth afirmou que não receberia as lideranças da FNL e que a mesma realizaria manobra de postergar a decisão “enrolar” até março de 2022, que é quando terminaria a decisão do Supremo Tribunal Federal que impede e reintegração de posse. (FNL-PG, 2021d). Tal posição se apresenta como um recrudescimento por parte da sociedade política para o não atendimento das demandas dos movimentos. Postura de não abertura à formação de consensos com os grupos subalternos.

Então, no dia 14 de dezembro foi realizada marcha por mais de 50 pessoas ocupantes da Ericson John Duarte, saindo da Praça do ponto azul até a sede da PROLAR, configurando-se este momento como de avanço, visto que a prefeita aceitou uma reunião com a FNL. Para essa reunião, que ficou marcada no dia 16 de dezembro, mais de 400 pessoas marcharam da Praça dos Polacos até a sede da prefeitura. (FNL-PG, 2021c). Isso configura como estratégia de pressão por parte do FNL em relação à sociedade política. Busca de visibilidade pública para pressionar o executivo local para o diálogo.

Então Leandro Dias foi recebido, sozinho, pela prefeita Elizabeth. Iniciando as primeiras negociações. (FNL-PG, 2021c). Ainda no dia 14 de dezembro, no protesto, o coordenador da Ocupação, Leandros Dias, foi abordado por oficial da justiça que entregou notificação sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), determinando que a ocupação deveria realizar o cadastramento das famílias alojadas em 30 dias, determinando também que a ocupação não recebesse mais famílias. Esta decisão foi do dia 06 de dezembro, mas até que o documento fosse entregue, estimou-se na época que tinham passado de 60 para 500 famílias. (DCMAIS, 2021). Desta forma, verifica-se a grande adesão e rápida movimentação das famílias em face da possibilidade de desfrutar do direito à moradia através da luta política direta, organizada pela FNL.

³¹ Como apresentado por notícia do portal Arede, em maio de 2022, a juíza substituta Ana Paula Kaled da Costa, do TJ-PR, suspende decisão da multa diária às famílias que ocupam o Parque das Andorinhas, o que foi conquistado através do advogado Alisson Alves Pepe. (BOWENS, 2022b).

³² Interessante notar que nesta matéria da DCmais, as ocupações da FNL são chamadas de “invasões”, o que é pejorativo e, no caso de ser utilizado de forma proposital, indica o posicionamento de quem a escreveu. Não é uma invasão, mas sim uma ocupação devido ao espaço não estar sendo utilizado, ou seja, não está atendendo função social como previsto na CF/88.

Em matéria da DCmais do dia 04 de janeiro de 2022, um mês após a ocupação no Parque das Andorinhas ser realizada, relatava que 70% das casas de madeira já estavam erguidas, somando 700 famílias. Em uma área total de 12 hectares. Em relato feito para a matéria, Leandro Dias informou que inicialmente os lotes foram divididos em 10 metros por 20 metros, posteriormente foi reduzido para o tamanho de 10 metros por 7 metros. A matéria ainda cita a decisão do TJPR, que determinou multa diária de R\$ 1.000,00 em caso de novas adesões à ocupação. Informou também sobre a decisão judicial, sobre a determinação para que a prefeitura realizasse o cadastramento das famílias alojadas no prazo de um mês, contando a partir da primeira semana de dezembro. Ao final da matéria, é trazido o relato de um dos moradores da ocupação, de Daiane Caroline Maciel de Oliveira³³. (SOUZA, 2022b).

Em matéria do dia 11 de janeiro de 2022, do jornal ARede, a matéria com título “‘Segurança de ocupação’ é preso com pistolas em PG”, relata a prisão um homem após denúncia anônima. Na matéria é relatado que os responsáveis pela ocupação, pertencentes à FNL, informaram que o homem preso não tem nenhum vínculo com a FNL e que ele não era segurança. Nesta mesma matéria do portal é informado sobre uma outra situação que ocorreu em janeiro de 2022 na ocupação, em que houve troca de tiros com a Guarda Civil Municipal (GCM), segundo a matéria ainda, a GCM prenderam um indivíduo por porte ilegal de arma de fogo e por posse de drogas. (ROSA, 2022b). Ainda sobre esta última situação, na matéria do DCmais, foi relatado que no dia 04 de janeiro houve disparo de arma de fogo e a GCM foi acionada, o tiro foi dado após homem tentar separar uma briga de um casal residente na ocupação, após isso, o morador disparou no indivíduo que tentou separar tal briga. Após isso, o coordenador da ocupação afirmou que o homem que disparou esse tiro não poderá voltar a residir na ocupação (SOUZA, 2022a).

Mas, depois de 42 dias de ocupação, no dia 14 de janeiro de 2022, ainda continuava o descaso dos órgãos públicos em relação às famílias da ocupação, mesmo com constantes tentativas de diálogo. (FNL-PG, 2022c).

No dia 04 de fevereiro de 2022, em que se realizou a tentativa de Ocupação no Parque dos Sabiás, onde a Polícia Militar realizou ação imediata de desocupação, utilizando-se da força para a sua efetivação. Mobilizaram um efetivo de mais de 100 carros da PM, cavalaria, motos,

³³ Em seu relato, conta que ergueu a casa para morar com os dois filhos e com o marido. Relatou que recebia Auxílio Brasil, e com a sua renda apenas conseguia pagar as fraldas, a conta de aluguel e a comida. A mesma informou que a casa que construiu na ocupação tem dois cômodos apenas (quarto e cozinha conjugada com a sala); para tomar banho contou que tem que tomar de caneca e o vaso sanitário é utilizado, de forma improvisada, um próximo ao arroio. (SOUZA, 2022b). É interessante notar que o jornal teve o intuito de relatar as condições de vida de quem reside na ocupação da FNL de PG.

derrubando as barracas da ocupação no Parque dos Sabiás. Segundo a nota da FNL, os policiais teriam espancado famílias que já estavam dormindo. Assim, desmantelando a ocupação às 4h, com hostilização e violência física. (FNL-PG, 2022z), assim a ação foi retratada pela FNL em postagem feita no dia 04/02/2022 no Facebook.

Segundo informa matéria da Arede, a prefeita Elizabeth Schmidt de Ponta Grossa se posicionou contra às Ocupações, inclusive, à ocupação realizada no dia 04 de fevereiro, a mesma disse “sou contra as invasões”, além disso, insinuou que a FNL estava manipulando pessoas mais vulneráveis socioeconomicamente, dizendo isso em seu Instagram. (ROSA, 2022a).

Em matéria do dia 05 de fevereiro de 2022 pelo DCmais , relata sobre a segunda ocupação realizada pela FNL em PG. Nela informa sobre nota emitida pela prefeitura do município que iria solicitar à justiça um interdito proibitório³⁴ para evitar novas ocupações da FNL. (DCMAIS, 2022d). Ainda sobre a desocupação realizada no dia 05 de fevereiro de 2022 o DCmais relata que na operação, de acordo com as DCmais, que na desocupação estavam presentes Cavalaria, Pelotão de Choque e equipes de Curitiba. (DCMAIS, 2022a).

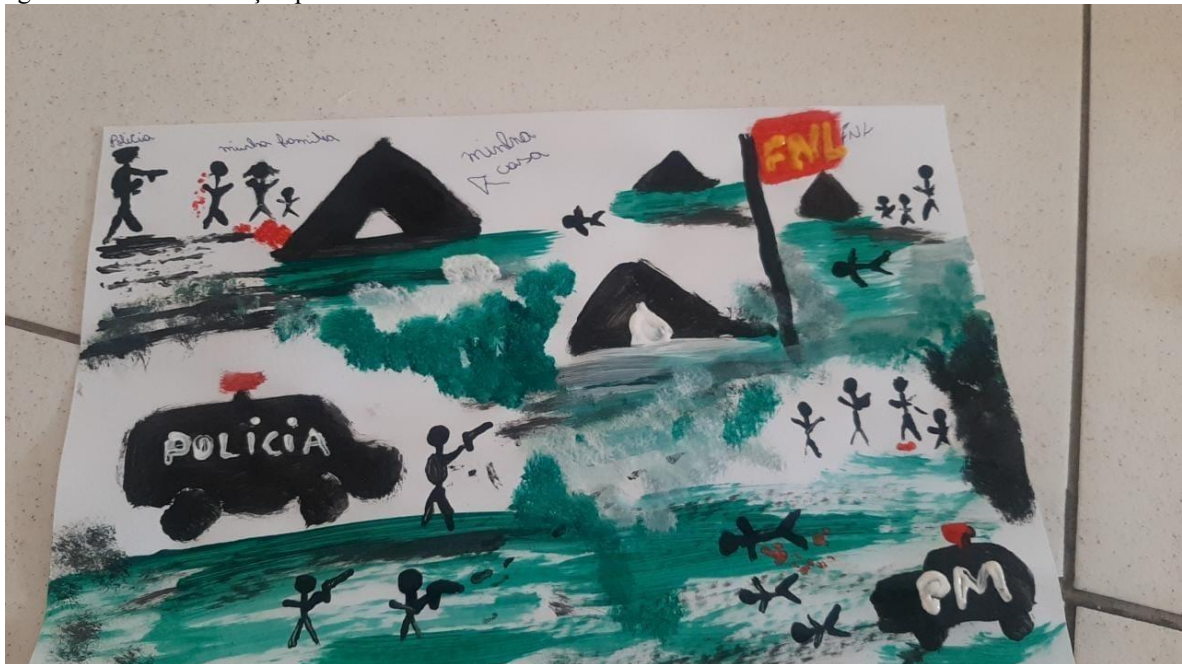
Em Nota Pública sobre o evento, a FNL de Ponta Grossa relata que tal terreno ocupado ao lado do Parque dos Sabiás, estava abandonado pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e PROLAR. Ainda sobre a desocupação, ocorrida no dia 05 de fevereiro, conforme a FNL, a operação contou com a ação da Polícia Militar do Estado do Paraná, ocorrendo de forma irregular, sem mandado de reintegração de posse ou qualquer ordem ilegal, indo contra a determinação do STF que não estava autorizando despejo até do dia 31 de março de 2022, por conta da pandemia de Covid-19. Além disso, conforme a mencionada nota da FNL, os dirigentes da FNL Leandro Santos Dias e Gislane³⁵, foram revistados e tiveram seus celulares retirados. (FNL-PG, 2022o).

Uma das crianças que estavam em tal desocupação ocorrida na madrugada, relatou a ação policial em um desenho, conforme figura 2.

³⁴ É um mecanismo processual utilizado como tentativa de proteger de forma preventiva a propriedade privada de alguém. (DCMAIS, 2022d).

³⁵ A postagem não menciona o sobrenome da referida liderança.

Figura 2 - Desenho da ação policial ocorrida no dia 05 de fevereiro



Fonte: FRENTE DE LUTA CAMPO E CIDADE DE PONTA GROSSA (FNL-PG). **Hoje recebemos esse desenho feito por uma criança que estava no acampamento no Parque dos Sábias.** Ponta Grossa, 06 fev. 2022.

Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid035d3ocufq5DdT99V12mQzqhfQh6TabgT94n4tUtnCLpshcSzqiBU3Vq4nVkGahPySl>. Acesso em: 15 Nov. 2022.

Conforme consta em postagem da FNL realizada no dia 11 de fevereiro foi realizada inspeção judicial no Parque dos Sábias, a inspeção contou com a presença que está à frente do processo, peritos e também pelas famílias que foram desocupadas. A inspeção foi considerada uma vitória para a FNL de Ponta Grossa, visto que a operação realizada era considerada pela frente, como ilegal. Além disso, essa operação foi denunciada junto a OAB, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Câmara dos deputados, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, também foi elaborado relatório para ser apresentado à Comissão de Direitos Humanos da câmara municipal de Ponta Grossa. (FNL-PG, 2022m).

Sobre a inspeção realizada pela Juíza Jurema Gomes e com a seguinte título da matéria “Vídeo: com apoio da polícia, juíza inspeciona área de ocupação em PG”, o DCmais relatou sobre o ocorrido. Como relata a matéria, a inspeção judicial contou com forte aparato policial, contando com a cavalaria, com o Grupo de Operações Especiais (GOE), Ronda Ostensiva Tático Móvel (ROTAM) e Guarda Municipal. No vídeo contido na matéria, dentre outras falas, diz que esteve no local do Parque das Andorinhas, para conhecer pessoalmente visto que é uma questão sensível. Também para analisar os terrenos e número de famílias. Para que ela decida tanto sobre a reintegração de posse quanto sobre o interdito proibitório. (KOSSOSKI, 2022b).

Como síntese deste ciclo pode-se evidenciar, que o mesmo iniciou após o acontecimento da ocupação no dia 04 de dezembro de 2022, logo após isso, iniciou uma investida repressiva por parte da prefeitura, tanto através do acionamento das forças repressivas, tanto física, como as forças militares, quanto através da justiça (com pedidos de reintegração de posse, descaso com a necessidades básicas humanas de quem está na ocupação, congelamento na quantidade de pessoas da ocupação, com o interdito proibitório e o não diálogo da prefeitura com as lideranças da ocupação da FNL). Neste ciclo ainda houve a tentativa de avanço de ocupações da FNL, no dia 04 de fevereiro e no dia 27 de março, mas as forças militares desmantelaram ambas, inclusive, de acordo com publicações da FNL, com hostilização, truculência e acontecendo de forma ilegal, conforme FNL-PG (2022o). Como demonstrando ainda na Figura 2 a ação de repressão, como as ações policiais também tem um caráter educativo (no sentido de favorecer os grupos dominantes), visto que a coerção também busca criar um consenso para que ocorra um incentivo a não ocupação, visto que ficará no imaginário destas pessoas, inclusive das crianças, a ameaça de violência caso ocorram novas ocupações.

Mesmo com a ocupação tendo eventos de avanços como a inspeção realizada no dia 11 de fevereiro, houve mais retrocessos na correlação de forças após o acontecimento da ocupação. Mas de forma geral, se comparada com a situação antes do acontecimento, para os ocupantes, se teve avanços. Visto que os mesmos entraram neste emaranhado de relações pela disputa pelo direito à moradia e continuavam a ocupar o local mesmo em situação de correlação de forças desfavorável. Falando especificamente do primeiro ciclo, figura-se como ciclo de repressão e ausência de intervenções por parte do poder público. Dito de outra forma, como ciclo regressivo com a tentativa de defender a propriedade privada por parte do Estado.

2.3.2 Segundo ciclo: as articulações político-institucionais da FNL e as formulações das primeiras alianças estratégicas

Este ciclo se caracteriza pelas primeiras articulações da FNL, o que fortalece a mesma na correlação de forças e torna este um ciclo progressivo. Principalmente pelo apoio recebido pela Comissão de Direitos Humanos, ou seja, apoio político, da atuação do desembargador Fernando Antônio Prazeres e mesmo da articulação realizada com a UEPG através dos projetos de extensão e com outros apoiadores da ocupação, destacando-se os nomes que constam no projeto de desenvolvimento da ocupação³⁶.

³⁶ Como já relatado anteriormente e constando em: (SILVA, *et al.*, 2022).

No dia 18 de fevereiro, o Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná Fernando Prazeres visitou a Ocupação do Andorinhas (Ericson John Duarte), o desembargador rejeitou o recurso da liminar da prefeitura que pedia a reintegração da área da referida ocupação. A visita foi fundamental, visto que a Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) tem papel relevante na análise do caso. (FNL-PG, 2022e).

Sobre a visita do Desembargador Fernando Prazeres para vistoria no Parque das Andorinhas, o DCmais, informa que o desembargador quis conhecer de perto a situação, pois em entrevista dada ao DCmais sua função, além de conhecer a situação, é de manter a interlocução com o município para chegar um consenso. (SOUZA, 2022c).

Conforme divulgado pela FNL, no dia 22 de fevereiro de 2022, houve a reunião das direções da FNL de Ponta Grossa, juntamente com as famílias da Ocupação Ericson John Duarte, com o presidente da comissão de direitos humanos da câmara de deputados do estado do Paraná, o deputado estadual Tadeu Veneri (PT). Na reunião foram tratadas as ameaças feitas pela polícia militar do estado, questões relativas aos direitos humanos e do abuso de autoridade da operação realizada no Parque dos Sabiás. Na imagem da publicação do *facebook* também é possível ver a assessora de Tadeu Veneri, Rosângela Rigoni. (FNL-PG, 2022r).

Em matéria do dia 24 de março de 2022 do DCmais, afirma que a PROLAR cadastrou as famílias da Ocupação da FNL no Parque das Andorinhas, informando que a PROLAR identificou quase 400 famílias no local, este levantamento é resultado de levantamento feito por equipe entre os dias 14 e 18 de fevereiro. É relatado também que Alisson Alves Pepe, advogado da ocupação, iria contestar o número de famílias na audiência de conciliação, pois segundo o advogado informou para a DCmais que houve vícios na coleta de dados, gerando subnotificação. Na matéria é informado que a PROLAR, naquele momento, incluiu as famílias no Parque das Andorinhas no Programa Lote Urbanizado, em que é instalada estrutura, como iluminação, água e esgoto, e os moradores pagariam prestações mensais. (KOSSOSKI, 2022a).

Segundo informações do ARede, após audiência realizada no CEJUSC no dia 25 de março, a justiça determinou que a prefeitura realizasse o cadastramento das famílias ocupantes da Ericson John Duarte por meio da PROLAR. A justiça também determinou que a área está em litígio (sendo proibida a locação e venda, por exemplo). Desta forma, isso foi resultado de um acordo parcial. (BOWENS, 2022a).

No dia 27 de março de 2022 a FNL realizou outra ocupação realizada no terreno atrás da UTFPR, inicialmente com 50 famílias. (FNL-PG, 2022k). Mas a desocupação ocorreu no mesmo dia desta ocupação, chamada de Rosa Luxemburgo, inclusive houve agressão por parte

dos policiais, segundo a postagem da frente. (FNL-PG, 2022q). O portal ARede também relatou sobre a nova ocupação, pontuando que o terreno é pertencente ao Estado e à União, o tamanho desta área é de 15 hectares. (AREDE, 2022a).

No dia 05 de abril de 2022, houve a reunião dos representantes da FNL na cidade com o reitor interino da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o professor Silvio Luiz Rutz da Silva. Verifica-se a presença da Pró-reitora de Extensão, Dra. Edina Schimanski e da Diretora de Extensão Universitária Sandra Maria Scheffer. Nesta reunião, foi apresentado o projeto de desenvolvimento da Ocupação. (FNL-PG, 2022s).

Em publicação da UEPG compartilhada pela FNL no dia 08 de abril de 2022, relatando sobre tal reunião, informa que a universidade atuará auxiliando a ocupação por meio de projetos de extensão. Na matéria é destacada o projeto de extensão da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), que tem como coordenadora a professora Reidy Rolim. (NATAL, 2022).

Sobre a reunião da UEPG com a FNL, em que foi debatido sobre projetos na Ocupação Ericson John Duarte, na matéria da DCmais (2022e), além das informações já mencionadas por Natal (2022) e página da FNL-PG (2022s), traz o relato da professora Sandra Maria Scheffer, a qual destaca que UEPG tem potencial, através de seus projetos de extensão, de contribuir nas áreas de educação, saúde, geração de renda, dentre outras áreas.

No dia 06 de abril de 2022, Gislaine e Leandro Dias, encaminharam demandas à Secretaria de Meio Ambiente, relativas à lixo, animais peçonhentos, castração de cães, saneamento, dentre outras questões. Quem auxiliou na formulação de ofícios e nas demandas foi o aliado, o assistente social e mestrando em Serviço Social André Henrique Melo Correa. (FNL-PG, 2022h).

Neste ciclo tem-se a articulação da FNL, com o professor Edson Silva e com a Reitoria da UEPG, que resultou no apoio da universidade através dos projetos de extensão, além da IESol destacado anteriormente, é destacado no projeto de desenvolvimento como “parcerias existentes e prováveis”, o Laboratório de Mecanização Agrícola (LAMA) da UEPG, o Núcleo Extensionista Rondon (UEPG), Núcleo de Educação para Paz (NEP), além dos sindicatos: SINTESPO e SINDUEPG. (SILVA *et al.*, 2022). Desta forma, houve a institucionalização de projetos que serão aplicados pela UEPG na ocupação.

Pode-se apontar também, outro momento importante, que foi a nova tentativa de ocupação da FNL, a terceira tentativa, mas a qual foi desarticulada. Neste período também houve encaminhamentos de demandas relativas ao meio ambiente.

Assim, mesmo tendo derrotas para a FNL, no caso das tentativas frustradas de ocupação (ao mesmo tempo o simples fato delas ocorrerem mostra articulação mobilização e faz com que através da ação os participantes da ocupação observem as forças coercitivas do Estado defendendo a propriedade privada, ou seja, essa experiência pode contribuir para a tomada de consciência de classe). Considera-se que esse foi um ciclo progressivo para a FNL e para a Ocupação Ericson John Duarte. Destaca-se a articulação entre a FNL com o professor Edson Silva (PT), através da construção do projeto de desenvolvimento da ocupação (o qual foi desenvolvido por outros atores também). Essa articulação se apresenta como avanço para a concretização e para a regularização da ocupação. Além disso, neste ciclo teve-se destaque também a atuação do Desembargador Fernando Antonio Prazeres, iniciando a conciliação, o que é apontado na matéria da DCmais quando afirma que sua função é fazer chegar às partes a um consenso³⁷.

2.3.3 Terceiro ciclo: a FNL em busca da resolução do conflito e a resposta pró-ativa do poder judiciário

Neste ciclo a FNL-PG continua a ter papel de protagonismo, através da solicitação de água, saneamento básico e esgoto; além da divulgação do projeto de desenvolvimento, a continuidade da articulação com Tadeu Veneri e o mesmo atuando na ALEP por meio da Comissão de Direitos Humanos para que fosse garantido direitos básicos aos ocupantes.

Além da audiência de conciliação já realizada em março, no dia 25 de abril de 2022 houve outra audiência de Conciliação da Ocupação Ericson John Duarte no Parque das Andorinhas, a audiência foi presidida pelo desembargador Fernando Prazeres do Cejusc Funciário. Nessa oportunidade houve a elaboração do pedido da ligação de água e luz, o que havia sido negado anteriormente. Em relação a permanência da ocupação, o município continua pedindo a integração de posse. Na mesma oportunidade, Leandro Dias apresentou o projeto da ocupação e das casas (o modelo das casas consta nos anexos C, D e E). No projeto prevê que as casas sejam construídas com materiais recicláveis, no projeto também se busca que as pessoas, além da moradia, tenha outros direitos garantidos (o que pode ser visto nos anexos A e B, os quais apresentam, respectivamente, o Plano Geral de Ocupação e o Partido Urbanístico preliminar). (FNL-PG, 2022y).

³⁷ Em Souza (2022c).

Como apresentado em matéria da ARede, foi realizada ação judicial solicitando água, luz e esgoto no Parque Andorinhas. Essa ação aconteceu após não ter sido tomada nenhuma providência pela prefeitura, mesmo sendo notificada pelo Ministério Público do Paraná (MP/PR) em 13 de janeiro, além disso, Alisson Alves Pepe acionou a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná, que já entrou em contato com o advogado. (BIDA, 2022).

Segundo reportagem da ARede, no dia 27 de abril, a prefeitura publicou no Diário Oficial do Município uma reavaliação da lei 2101/2021. Leandro Dias em conversa com a reportagem da ARede considerou a decisão da gestão municipal uma vitória para a ocupação a partir da pressão popular feita pela própria ocupação. (CABRAL, 2022). Essa lei foi revalidada pelo Decreto nº 20.205, de 26 de abril de 2022, o qual revalida o decreto nº 19.455, de 23 de setembro de 2021 (o qual aprova loteamento no Parque das Andorinhas). (PONTA GROSSA, 2022a).

No dia 16 de maio, a FNL participa de reunião com o desembargador do TJPR e com a Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social do Paraná (SUDIS/PR), a reunião contou com a presença do desembargador Fernando Antonio Prazeres (presidente da Comissão de Resolução de Conflitos Fundiários/CEJUSC Fundiário), além do secretário Roland Rutyna, da SUDIS/PR. (FNL-PG, 20221). Conforme matéria realizada pelo Portal ARede, nessa reunião foi apresentada o projeto de desenvolvimento das comunidades e das casas (conforme anexos A,B,C,D e E) e para o Fernando Antonio Prazeres, a ideia do projeto é construir as casas com materiais recicláveis e que seja criado espaços de geração de emprego e renda. (AREDE, 2022b).

Contém em matéria da DCmais publicada no dia 16 de maio, sobre o pedido de atenção realizado pela ALEP, por meio da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Em que foram enviados ofícios para diversos órgãos, cobrando que fosse tomado providências para que fosse fornecido água, luz e esgoto às famílias da ocupação. O ofício foi assinado pelo presidente da Comissão, o Deputado Estadual Tadeu Veneri³⁸ (que em 2023 assumirá o cargo de Deputado Federal), o mesmo defendeu que esse fornecimento é fundamental para a garantia de direitos. (DCMAIS, 2022b).

Em audiência realizada no dia 19 de maio, em ação promovida por Alisson Pepe (advogado voluntário da FNL), o Ministério Público apontou parecer favorável à medida liminar

³⁸ As ações do deputado podem se aproximar do que os autores Tatagiba; Abers e Silva (2018) chamaram de ativismo institucional.

pleiteada pelas famílias para a ligação provisória de água, luz e esgoto. Estavam presentes representantes da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, do MP/PR, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, Jurema Gomes. (AREDE, 2022e). Nesta audiência também foi apresentado o projeto de desenvolvimento da ocupação. Com o plano de regularização fundiária apresentado, a juíza suspendeu a audiência de conciliação e agendou uma nova para o dia 25 de maio, que por sugestão da FNL, convidou a secretaria de planejamento da prefeitura de Ponta Grossa, além dos engenheiros envolvidos no projeto. Nessa ocasião o Ministério Público apontou parecer favorável à medida liminar pleiteada pelas famílias no sentido de conceder o direito à ligação provisória de água e luz. Ligação. (FNL-PG, 2022i).

Em resumo, a FNL entrou com a ação judicial para a ligação de água e luz para a ocupação; foram realizadas reuniões para a resolução de conflitos com intermediação do CEJUSC e na presença das instituições públicas envolvidas. E logo após houve o parecer favorável do MP para ligação de água e luz.

O terceiro ciclo se caracteriza pelo ciclo de correlação de forças judiciais, no qual acontece um segundo movimento de articulação da FNL. Também é um ciclo de avanços para a ocupação. Neste momento se desenvolve ainda mais a relação entre FNL-PG e poder judiciário, através do CEJUSC Fundiário e de Fernando Prazeres.

2.3.4 Quarto ciclo: o retorno do conflito ao cenário sócio-político e o protagonismo do judiciário em busca da conciliação

Neste ciclo a FNL perde seu protagonismo dentro do cenário de conciliação, em que o judiciário passa a ter tal protagonismo. Neste ciclo entram em cena a FNL, poder judiciário, famílias da ocupação, SANEPAR, COPEL, governo do Estado e a prefeitura de Ponta Grossa.

No dia 19 de julho de 2022 aconteceu a Assembleia Pública na ocupação, com a presença da Mediadora Paloma Machado Graf, assessora da Juíza Bárbara, prefeitura, governo do Estado, comissão de direitos humanos da ALEP, UEPG, FNL e famílias da ocupação. (FNLPG, 2022p).

Em matéria do ARede, é relatada a conquista da Ocupação Ericson John Duarte ocorreu no dia 03 de agosto, pois a reivindicação do direito ao saneamento básico e a ligação de água e esgoto em 7 residências foi atendido. (AREDE, 2022c). Em matéria da DCmais, relata que a conquista se deu após o protocolo pedido de determinação judicial para que fosse possível aos itens básicos de água e energia elétrica. Na reportagem do DCmais é informado que ao entrarem

em contato com a SANEPAR, a companhia informou que o atendimento (ligação de água e esgoto) das famílias foi devido a Termo de Consenso realizado entre MP, Prefeitura de Ponta Grossa e SANEPAR. (LIEDMANN, 2022).

Nos dias 05, 06 e 07 de agosto de 2022, realizou-se o cadastro e o congelamento nas pessoas residentes na ocupação. Onde foram colocadas etiquetas com numeração e símbolo do fórum, teve apoio da UEPG e de voluntários, sendo fundamental o cadastramento para o desenvolvimento do projeto de ocupação. (FNL-PG, 2022a). Ainda sobre esse cadastramento e segundo informações do portal ARede, neste cadastramento, foram também colhidas informações e documentos das famílias que moram no local. (AREDE, 2022d).

Neste quarto ciclo de correlação de forças as figuras tradicionais de um conflito judicializado saem de cena e o conflito retorna ao cenário sócio-político inicial, à exemplo disso, tem-se o Termo de Consenso realizado pelo MP, em que devido à ele, foi ligado à água na ocupação. É o ciclo da conciliação. Conciliando entre si em face das demandas e necessidades das famílias sob a tutela da ordem político-institucional e judicial. Neste momento saem de cena os atores tradicionais da correlação de forças judiciais e o conflito é devolvido para a sociedade, sob a facilitação do judiciário.

Mesmo que neste ciclo a FNL perca protagonismo, este ciclo, contraditoriamente, faz com que a ocupação da FNL se aproxime da regularização. Além disso, cria um cenário em que dificulta novas ocupações por parte da FNL em PG.

Por isso, os ciclos começam a partir da primeira ocupação da FNL em PG, a qual foi a primeira do Paraná pela aludida frente. Inicia-se com um ciclo regressivo, diante do descaso da prefeitura e de todas as ações que a mesma realizou para desmobilizar a ocupação Ericson John Duarte, e mesmo as outras duas ocupações que não conseguiram se fixar. Ao mesmo tempo a FNL começa a realizar alianças políticas com voluntários, membros da sociedade política, ao mesmo tempo que busca acionar a justiça para que os direitos básicos sejam garantidos pelo Estado. Assim, primeiramente a FNL experimenta a ação do Estado em sua face coercitiva, posteriormente, entra em ação, através das ações da FNL, a ação do Estado em sua protetiva, através do Desembargador Fernando Prazeres, Deputado Tadeu Veneri e da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A face protetiva foi acionada através dos atores que a FNL conseguiu fazer alianças, destaca-se: Alisson Pepe, Marilisa do Rocio Oliveira, Edson Silva, Marilisa, André Melo, além dos próprios membros da FNL, e de forma geral, SINTESPO e SINDUEPG.

Para se analisar quais estratégias devem ser tomadas, como apontado por Tatagiba, Abers e Silva (2018), além do regime político, o que vai definir os rumos da construção de políticas públicas, neste caso, a política de habitação e regularização ou não da ocupação, também é a forma que a FNL de Ponta Grossa se insere na rede de subsistemas, se é de forma central/com protagonismo, ou se é de forma periférica/ator secundário. Ou seja, é importante compreender o andamento dos processos de conciliação que a FNL está participando e se mantém protagonista, como a luta passou do cenário político, para o institucional por meio do judiciário, a FNL está em um terreno e batalha em que não é protagonista, visto que a justiça está tutelando este processo. Por tanto, e como Tatagiba, Abers e Silva (2018) relatam, muitas vezes a inclusão em processos do Estado destes movimentos pode trazer conquistas, mas também pode fazer com que não avancem nas disputas dos modelos alternativos de políticas³⁹, ou mesmo, no caso da FNL, na estratégia socialista. Essa análise vai de encontro com a análise de Souza (2017), onde o mesmo pontua que deve se avaliar o cenário em que a disputa entre os atores acontece, visto que dependendo do cenário (nas ruas, no parlamento por exemplo ou no âmbito da justiça), determinados atores têm mais força e poder de decisão.

Uma analogia que pode ser feita com o acontecimento da ocupação da FNL, e mesmo com a ação e movimentos sociais, é com a fotomontagem Salto no vazio (Fotografia 1). Em análise desta foto, Vladimir Safatle (2015), aponta que o vazio nunca será inerte, ou seja, o desconhecido sempre está em mudança, é um lugar onde não encontramos nada. Um nada determinado. Ele indaga o que devemos encontrar e de que forma procurar. Na fotografia, Klein busca mostrar que o impossível pode acontecer, que é possível voar. “Tudo que amamos foi um dia impossível.” (SAFATLE, 2018, p.36).

³⁹ Com as ocupações, a cidade se redescobre por seus próprios habitantes, ampliando o espaço de divergência e de diálogo. Tornando-se um espaço um direito coletivo segundo os desejos e a apropriação popular. Com horizonte na construção de espaços comuns, que tenha bens e recursos coletivamente compartilhados e que as regras e a utilização sejam feitas de forma coletiva. Já a comuna, seria a forma de autogoverno que tem por princípio político o comum. Não sendo apenas os objetos comuns, mas também as relações. O que pode ser uma alternativa à centralidade das ações realizadas por meio do Estado, superando o controle da propriedade privada ou pública, mas afirmando práticas democráticas de autogestão. Desta forma, as ocupações são lugares que podem emergir relações de auto-organização alternativos à forma capitalista. Tornando as casas não simplesmente espaços para se proteger, dormir e comer, mas também de habitar, se apropriando e modulando o espaço. (CAMINHA, 2018). As ocupações desafiam toda a lógica capitalista imposta, da escassez da habitação, especulação imobiliária e da propriedade privada. Pode-se citar como características anticapitalistas: equipamentos coletivos, oficinas sociopolíticas, formações políticas, hortas comunitárias, atividades de lazer não comerciais, dentre outras. Muitas vezes, a formalização burocrática e político administrativa pode significar o enfraquecimento ou mesmo o fim das características de comum. (CAMINHA, 2018). Tais características do comum podem ser realizadas na ocupação existente da FNL PG, visto que em seu projeto de desenvolvimento, tem-se núcleos de produção e geração de trabalho e renda, dentre outros núcleos, que se assemelham com os citados. Além do potencial da autogestão, sem perder o horizonte socialista, pois a ocupação não é uma bolha, estará inserida nas relações capitalistas e poderá ser desocupada justamente por estar inserida neste contexto.

Fotografia 1 - Salto no Vazio



Fonte: KLEIN, Yves. Salto no vazio. Fotomontagem de Harry Shunk a partir de performance de Yves Klein. Fontenay-aux-Roses, em outubro de 1960.

Muitas vezes, para se saber se algo irá funcionar ou não, somente através da tentativa que se pode saber se dará certo ou errado. A primeira, e todas as outras ocupações da FNL em Ponta Grossa, foram “saltos no vazio”, às vezes, os membros da FNL caíram e se machucaram, mas no caso da ocupação Ericsson John Duarte, se jogaram de peito aberto ao desconhecido e aprenderam a voar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta por moradia da FNL é uma luta para que um direito previsto na CF/88 seja garantido. E mesmo a ação de ocupar, é feita para que se cumpra o artigo 5º da CF/88 que prevê que a propriedade deverá cumprir sua função social. Mas como o Estado é um ambiente de disputa e mesmo a aplicação e concretização de uma lei está permeada de tensões entre diferentes grupos da sociedade civil. Conforme foi possível verificar as ocupações da FNL não acontecem simplesmente como “um raio caído de um céu azul”, mas são processos consequentes da luta de classes, da luta dos grupos dominantes com os grupos subalternos. Desses processos se forjam as condições para que o acontecimento das ocupações se efetive nas diferentes conjunturas sócio-políticas. Decorre disso, a primeira ocupação da FNL em Ponta Grossa. Estruturalmente falando, ela é resultado da concentração de terras, do latifúndio no Brasil; da não reparação histórica com a população negra e indígena, as quais tiveram ao longo da história diversas formas de impedimento de acesso à terra e à moradia, mas sempre havendo luta e resistência por parte dos mesmos; também do crescimento desordenado e da especulação imobiliária presente em Ponta Grossa.

Do ponto de vista conjuntural, a ocupação resulta como um dentre tantos acontecimentos que decorrem de uma conjuntura de crise internacional e do fortalecimento de grupos conservadores (isto que Ponta Grossa já é historicamente uma cidade conservadora em que a burguesia se utiliza do poder municipal para se beneficiar), aliado ao aumento do desemprego, da fome e do aumento do valor do aluguel pela intensificação de medidas neoliberais à partir de 2016 e da inação do governo Federal na pandemia. Tais medidas neoliberais diminuíram os investimentos em Programas, como o MCMV e, em nível municipal, houve a extinção da PROLAR. Diante de toda essa situação, em uma medida de sobrevivência, houve a organização dos grupos subalternos através da FNL, e como forma de resistência e de necessidade, realizaram a ocupação Ericson John Duarte neste contexto adverso de acentuação das desigualdades sociais.

A partir do momento desta ocupação, a FNL-PG se insere em um jogo de correlação de forças, construindo alianças e tensionamentos para a conquista de direitos, mas sem perder o horizonte socialista.

A partir do conjunto de informações coletadas e já citadas, deste a cartilha, até as publicações da FNL-PG e das matérias da ARede e da DCmais, foi possível identificar a situação conjuntural, na tentativa, mesmo que objetiva, da ótica dos grupos subalternos (visto que não existe neutralidade em análise de conjuntura), para fosse possível averiguar

possibilidades, medir forças e, que a partir de tal análise, possa-se tomar decisões. Nesta análise, foram situados os diversos atores e os cenários que atuam. Como cenários, teve tanto a própria ocupação em um nível de correlação de forças sociais; posteriormente houve a judicialização, melhor dizendo, o cenário mudou para o âmbito judicial, abrindo outro ciclo de correlação de forças. Ao mesmo tempo que, através do cenário da assembleia legislativa, o Deputado Tadeu Veneri, como aliado, buscou tensionar as instituições, de forma jurídica, para que fosse garantido direitos básicos das famílias da ocupação. Em outros momentos, o cenário foi composto pelas ruas, pois depois do descaso da prefeitura, os dirigentes da FNL realizaram atos pressionando para que a prefeitura tomasse alguma medida no sentido da garantia de direitos dos ocupantes. Assim, as relações entre a FNL e seus aliados (UEPG e Tadeu Veneri por exemplo), se inserem da correlação de forças em uma relação de cooperação; a prefeitura e a FNL possuem uma relação de confronto e nessa correlação, no último ciclo de correlação de forças analisado, no cenário do poder judiciário, especificamente o CEJUSC Fundiário, na figura de Fernando Prazeres, busca construir conciliação. E por este cenário, acaba que o poder judiciário se torna protagonista neste último ciclo (o quarto).

Como resumo dos ciclos tem-se, que: o primeiro ciclo acontece e é marcado pela repressão imediata e descaso do Estado, ao mesmo tempo que a FNL judicializa a questão para que garanta direitos básicos e que a ocupação continue; no segundo ciclo os processos de articulação florescem, iniciando os contatos com a UEPG e com o PT, principalmente nas figuras de Edson da Silva e Tadeu Veneri. Neste momento também se destaca o desembargador do CEJUSC Fundiário. O último ciclo, o quarto, é marcado pela tutela do judiciário no conflito pela terra.

Nos três primeiros ciclos a FNL se mantém como protagonista nos cenários, mas no último ciclo, quem está sendo protagonista é o poder judiciário. Em relação às tendências das correlações de forças, pode-se afirmar que, após o primeiro ciclo, os outros três ciclos de correlação de forças foram de avanço para a FNL. Assim, este último ciclo é delicado devido a perda de protagonismo da FNL e também, por que ao se concentrar na regularização da ocupação, a luta na direção revolucionária pode correr riscos de se enfraquecer.

A análise de conjuntura deve apontar possibilidades e tendências (ALVES, 2008), portanto, tais possibilidades/alternativas de intervenção social podem se dar na forma de sugestões ao grupo interessado. Neste caso os grupos subalternos. Como a estratégia da FNL é a chegada ao comunismo através da compreensão de que se deve chegar antes ao socialismo, utilizou-se as categorias gramscianas para compor a análise de conjuntura e para apresentar

alternativas. Para que seja possível a conquista do poder, é necessário a conquista da hegemonia (capacidade de direção e criação de consenso), sendo fundamental as alianças. Como apontamentos, pode-se dar tanto para reformas quanto para revolução.

Para a conquista de hegemonia, deve-se ampliar as alianças e o consenso na sociedade civil. Visto que muitos membros dirigentes da FNL de Ponta Grossa são do MES, uma possibilidade que se abre, seria a busca de maior amplitude do MES para que assim fortaleça a própria FNL. Outra sugestão seria o lançamento de candidaturas próprias da Ocupação para vereador nas eleições municipais de Ponta Grossa, o que possibilitaria o fortalecimento da ocupação e atuação direta na câmara de vereadores de Ponta Grossa. Outro ponto é o fortalecimento de alianças já existentes para que a FNL consiga dar direcionamento dentro das ações, para dar a direção da pauta pela moradia e que para que um outro ator não assuma o protagonismo da própria FNL. Visto que há forças progressistas aliadas da FNL, como o PT, que podem tensionar na direção das ações dadas na Ocupação, seguindo-se uma lógica realista e pessimista do próprio Gramsci.

Além disso, para a construção de hegemonia, é necessária reforma intelectual e moral dos membros da FNL, de aliados e até mesmo de outros grupos subalternos, alterando a opinião pública. Para que compreendam que a luta é coletiva, para que saiam da fase econômico-corporativa e alcancem o nível ético-político. Essa atividade de alteração da opinião pública deve se dar através dos aparelhos privados de hegemonia, como a própria UEPG, jornais e pelos partidos (cita-se, principalmente, PT e PSOL), devendo aumentar e ampliar a articulação com os mesmos, tanto com projeto de extensão, quanto evento que a FNL possa apresentar a sua realidade. Ou seja, uma mudança na cultura política, para dar a direção moral e intelectual. Essa direção acontece no momento da sociedade civil, na superestrutura, englobando o senso comum, artes, ciências e/ou concepção de mundo.

Portanto, deve-se articular para que se ampliem as alianças com diferentes aparelhos privados de hegemonia presentes no espaço local que tenham alguma vinculação com grupos subalternos e ou que sejam emergentes desses mesmos grupos. Uma das formas, pode ocorrer com um contato com jornalistas e com trabalho por meio de aliados, como o Emancipa, que além de ter sua função de educação popular, pode realizar o trabalho da elevação do senso comum para o bom senso. Essa é uma função do intelectual, que deve expandir as condições de sua própria classe, organizando esta para a luta, identificando seus interesses e conquistando direitos através de protagonismo e autonomia. Portanto, os intelectuais atuam na sociedade civil para a elaboração do consenso.

Este trabalho que realizou uma análise de conjuntura pretende colaborar, em alguma medida, com esse processo coletivo e de luta que configura a atuação da FNL em Ponta Grossa. Considera-se que esta pesquisa, pode contribuir, através de seus resultados com a luta empreendida pela FNL, colaborando para a leitura da conjuntura, a partir dos ciclos de correlação de forças identificados nesse primeiro ano de existência da Ocupação Erickson Jhon Duarte e também com a caracterização da própria FNL, enquanto protagonista desses primeiros ciclos em direção à conquista da moradia para as famílias da referida ocupação.

Souza (2017) pontua que há sempre processos que escapam da análise, desta forma, não é possível captar em sua plenitude a realidade. Como apontado por Santiago e Moraes (2014), a análise de conjuntura também pode ser vista como um cálculo político da situação, mas como o objeto não é inerte, pois são pessoas, a previsão de comportamento é quase impossível, servindo esta análise então para contribuir com a alteração do futuro e não para prever esse mesmo futuro. Como disse Marx (2017) no Manifesto do Partido Comunista, os trabalhadores não tem não terem nada a perder em uma revolução comunista, por isso é necessário arriscar. Por isso, muitas vezes é necessário um *salto no vazio*.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Agência Senado**, Brasília, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseffmarca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ALIAGA, L. Revolução passiva: Conceito, tradução e apropriação no Brasil. **X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)**, Monterrey, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/442-aliaga-19.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

ALVES, J. E. D. **Análise de conjuntura: teoria e método**. APARTE – Inclusão Social em Debate, Rio de Janeiro, p. 1-12, 01 jul., 2008. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/analiseconjuntura_teoriametodo_01jul08.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

AREDE. FNL e famílias iniciam nova ocupação em PG. **ARede**, Ponta Grossa, 27 mar. 2022a. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/416653/fnl-e-familias-iniciam-novaocupacao-em-pg?d=1>. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. FNL participa de reunião com membros do TJPR e SUDS/PR. **ARede**, Ponta Grossa, 17 maio 2022b. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/422858/fnl-participa-dereuniao-com-membros-do-tjpr-e-sudspr?d=1>. Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. Moradores de PG conquistam ligação de água e esgoto. **ARede**, Ponta Grossa, 03 ago. 2022c. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/432572/moradores-de-pgconquistam-ligacao-de-agua-e-esgoto?d=1>. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. Justiça faz cadastramento em ocupação no Andorinhas. **ARede**, Ponta Grossa, 07 ago. 2022d. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/433145/justica-faz-cadastramento-emocupacao-no-andorinhas?d=1>. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. MP concede direito à ligação de água e luz em ocupação de PG. **aRede**, Ponta Grossa, 20 maio, 2022e. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/423650/mp-concededireito-a-ligacao-de-agua-e-luz-em-ocupacao-de-pg?d=1>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ARREGUY, J. Após anulações, Lula é ficha limpa e pode disputar eleições; entenda. **Uol**, São Paulo, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2021/12/10/uol-explica-lula-eleicoes-situacao-judicial-elegivel-2922-processos.htm>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BIDA, A. Ação judicial solicita água, luz e esgoto no Parque Andorinhas. **ARede**, Ponta Grossa, 02 maio 2022. Disponível em: <https://d.aredes.info/ponta-grossa/420804/acao-judicialsolicita-agua-luz-e-esgoto-no-parque-andorinhas?fbclid=IwAR0JzEgOscf-vLPOQ-wh83z7E4Api4aHRlWPhpA3EkUcWkCy3RCSyqELu8&d=1>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BITTENCOURT, N. FNL ergue a bandeira da luta pela moradia em área urbana de Ponta Grossa (PR). **Revista Movimento**, [s.l.], 08 dez. 2021. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2021/12/fnl-ergue-a-bandeira-da-luta-pela-moradia-em-areaurbana-de-ponta-grossa-pr/?fbclid=IwAR2Y1IW-1FcdT9G10GkjynzoBIANHZL8FP9K4jQMF4xlz_JmwRZWxajP2x8. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2022a. 257 p. Atualizada até a EC n. 116/2022. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

_____. MDR. O que é o déficit habitacional. MDR, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela/o-que-e-o-deficithabitacional>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Preceito de Descumprimento Fundamental (ADPF) 828. Relator: Min. Roberto Barroso. Distrito Federal, 01 de dezembro de 2021. Publicado em: 03 dezembro de 2021. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1335030135/tutela-provisoria-incidental-naarguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental-adpf-828-df-00520420520211000000/inteiro-teor-1335030137>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf >. Acesso em: 30 mar. 2022.

BOWENS, R. Justiça manda Prolar cadastrar famílias de ocupação em PG. **ARede**, Ponta Grossa, 25 mar. 2022a. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/416540/justica-mandaprolar-cadastrar-familias-de-ocupacao-em-pg?d=1>. Acesso em: 18 nov. 2022.

_____. TJ suspende multas às famílias que estão no Andorinhas. **ARede**, Ponta Grossa, 21 mar. 2022b. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/415787/tj-suspende-multas-asfamilias-que-estao-no-andorinhas?d=1>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CABRAL, L. Decreto autoriza loteamento no Parque das Andorinhas. **ARede**, Ponta Grossa, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/420599/decreto-autorizaloteamento-no-parque-das-andorinhas?d=1>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CAMINHA, J.V. SOBRE AS OCUPAÇÕES URBANAS E SUAS POTENCIALIDADES COMO COMUM. **XV Colóquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**, Barcelona, 2018. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/JuliaCaminha.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

COUTINHO, E.G. Gramsci, herdeiro de Lenin: o problema da relação entre teoria e paixão.

Lavrpalavra. [s.d.], 2021. Recurso eletrônico. Não paginado. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2021/10/19/gramsci-herdeiro-de-lenin-o-problema-da-relacao-entretoria-e-paixao/>. Acesso em: 11 out. 2022.

DCMAIS. Ação policial desfaz ocupação no Parque dos Sabiás. **DCmais**, Ponta Grossa, 05 fev. 2022a. Disponível em: <https://dcmiais.com.br/destaques/acao-policial-desfaz-ocupacaono-parque-dos-sabias/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. Comissão da ALEP pede atenção a famílias de ocupação. **DCmais**, Ponta Grossa, 16 maio. 2022b. Disponível em: <https://dcmiais.com.br/ponta-grossa/comissao-da-alep-pedeatencao-a-familias-de-ocupacao/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

_____. Grupo realiza protesto diante da sede da Prolar em Ponta Grossa. **DCmais**, Ponta Grossa, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://dcmiais.com.br/ponta-grossa/grupo-realizaprotesto-diante-da-sede-da-prolar-em-ponta-grossa/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

_____. Justiça proíbe novas invasões em Ponta Grossa através de multa. **DCmais**, Ponta Grossa, 14 fev. 2022c. Disponível em: <https://dcmiais.com.br/destaques/justica-proibe-novasinvasoes-em-ponta-grossa-atraves-de-multa/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. Prefeitura vai acionar Justiça após nova ocupação em terreno de PG. **DCmais**, Ponta Grossa, 05 fev. 2022d. Disponível em: <https://dcmiais.com.br/ponta-grossa/prefeitura-vaiacionar-justica-apos-nova-ocupacao-em-terreno-de-pg/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

_____. UEPG e FNL debatem projetos em ocupação no Jardim das Andorinhas. **DCmais**, Ponta Grossa, 09 abr. 2022e. Disponível em: <https://dcmiais.com.br/ponta-grossa/uepg-e-fnldebatem-projetos-em-ocupacao-no-jardim-das-andorinhas/amp/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

DIAS, L.S. "Documento Técnico" encaminhado pelo Sr. LEANDRO SANTOS DIAS (que se identifica como integrante da Coordenação da "Ocupação Ericson John Duarte - Ocupação situada no Parque Andorinhas), endereçando-o, expressamente, à 6a PJ, à 11a PJ e à 15a PJ. **Documento Técnico ao MPPR (Relatório informativo)**, Ponta Grossa, p. 1-138, 2022. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox/KtbxLrjdrsWfqWDCfGNrHtIDXqtDg hSsXV?projector=1&messagePartId=0.1>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DEL ROIO, M. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)**. São Paulo: Boitempo, 2019. 253p.

DESPEJO ZERO. Disponível em: <https://uploads.strikinglycdn.com/files/3f2fcb57-a3dc-4b5d-9e24-fa5063b58688/Balan%C3%A7o%20CDZ%20-%20maio%20de%202022.pdf?id=3912769>. Acesso em: 30 set. 2022.

DIEESE. **Impactos econômicos do corte do Programa Casa Verde e Amarela em 2021**. Edição Especial. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <http://library.fes.de/pdffiles/bueros/brasilien/18565.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 118, abr./jun. 2014, p. 265-293. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a04n118.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015. Recurso eletrônico. Não paginado.

FNL. **Princípios organizativos e formação política**. Brasília: FNL, 2020.

FRENTE DE LUTA CAMPO E CIDADE DE PONTA GROSSA (FNL-PG). **A esperança avança**. Ponta Grossa, 07 ago. 2022a. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0i5o8d3P8j7y4KjoBR93U6Hg8Jbk3nV6j6acxFQRLRim9pm1cNJAAXH2ct7wnnezel>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Assembleia lotada**. Ponta Grossa, 25 mar. 2022b. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0349KNNsELwuCDwagfZgD35hhcwcFRDjXnkPn96tkYpQdP61WFTbMnQnDKL7rV3Bwl>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Chegamos ao 42º dia de muita luta !!!** Ponta Grossa, 14 jan. 2022c. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=777536723204934>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Colinha da FNL/candidatos que apoiam a FNL e a FNL apoia** Ponta Grossa, 01 out. 2022d. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0gsgZRhCisf5sCYerqbTBtY3ZiiXVz6FpiaNJ9q3LTyUxV21z5LQKAXJ69j5P7euJl>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná Fernando Prazeres visitará a Ocupação do Andorinhas, nessa sexta**. Ponta Grossa, 17 fev. 2022e. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02Uw56D9msir3PPgnXR4aGCenLLivYrxWZrfEPxxtab8fLJXedF9ctGMrFmsAaRdrSl>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Dia das crianças na ocupa**. Ponta Grossa, 13 out. 2022f. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0MysG4RGp6U3JUEMBZUSyeD6v8GD4epfmhjWEYKweHjcZWTmdRk79j6JiXfpPALgl>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Domingo de estudos e formação política da cartilha de princípios da FNL com os moradores da ocupação Ericson John Duarte**. Ponta Grossa, 10 abr. 2022g. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0U8SL3fCmYTMpjDVpx5gkn5yscJGm491mc3fPDBBDDVvRzx12cDLrrDejMara3wMil>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Estamos nesse momento na secretaria de meio ambiente para encaminhar demandas da Ocupação Ericson John Duarte relativas à coleta seletiva do lixo, lixeira comunitária, animais peçonhentos, castração de cachorros, saneamento básico bem como outras demandas**. Ponta Grossa, 06 abr. 2022h. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid027SYfSfbBUN64fKUQQTM LxzEkCT2Rm5b5d6ifocbYxELCh584kSBFTZALWKDE9Y6ol>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **EXIGIMOS ATENÇÃO SENHORES REPRESENTANTES !!!!**. Ponta Grossa,

10 dez. 2021a. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0DuMehSjs4wLFWpB73Qx5WWnPFfx55JvVBWdi8VMwHEqGZcvQhsmBtqMmFMkeDfqNl>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **FAÇA UMA CRIANÇA FELIZ !!!**. Ponta Grossa, 20 dez. 2021b. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02W4NoxAubgxFZ7wG8nSuS38SiUSa4hV1NcbQuMwDV8mN4gSUUoCut6pLUxsjjVGZEI>. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. **Famílias da Ocupação Ericson John Duarte participam de audiência na 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 20 maio 2022i. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0DYpsbp8SDQyGq4aE7u3QPU3wChopFafsvbd2RsuJwLsBUEEZoJ5tWrtGdfUqKE9Zl>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Fascistas e nazistas: não passarão!** Ponta Grossa, 23 set. 2022j. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid031rxPHhmhSZiQqoA6ZjWN DSTJc5UJT4nBgsi8BmfYFt45c4tSKp2nJxsUerY8BjJNl>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **FNL Ocupa terreno abandonado pela União e estado**. Ponta Grossa, 27 mar. 2022k. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02rfaF77HX88DgHeua85U6fcVHHRa1vj1DEYUjUzkpbCuRn5JU12VFoZ9j37fVoFsol>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **FNL participa de reunião com o desembargador do TJPR e SUDIS/PR**. Ponta Grossa, 16 maio. 2022l. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0o8Uj6xS2v781nZ6RZPnsdyet8BvtWDAhxSyBz8nRchZtaSVHASoy3Y3MgVEJVjtdl>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **FNL participará de inspeção judicial nessa sexta no Parque dos Sabiás**. Ponta Grossa, 11 fev. 2022m. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0Cfw3URs4EdDEV66u7TN6wNDbTjxPwWFyu139sXiJdkjwFgA7hQQ74s3BpfVdFueRl&id=107369131789846. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **FNL PR reúne mais de 400 pessoas**. Ponta Grossa, 29 ago. 2022n. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0Cfw3URs4EdDEV66u7TN6wNDbTjxPwWFyu139sXiJdkjwFgA7hQQ74s3BpfVdFueRl&id=107369131789846. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Frente Nacional de Lutas (FNL) denuncia operação militar truculenta e inconstitucional no Parque dos Sabiás, em Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 29 ago. 2022o. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0xc2KwYcrda1VT5psLffXWSbNVkonXSUGXafQ4QnAg3S1oDFwtzJjHmQj5og9DpPWl>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Hoje a assessoria de comunicação está sem palavras**. Ponta Grossa, 19 jul.

2022p. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02BqZ1j8Y3488fiza7C6djrRJu aUuMfKW8piXdSgjhNR5BoKe5nMTJeaFaRSswLNyal>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Momento que o Guarda Municipal Wilian agride integrante da FNL de forma gratuita.** Ponta Grossa, 28 mar. 2022q. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=5015163698591456>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Na tarde de hoje a direção da FNL juntamente com famílias do acampamento Ericsson Jhon Duarte se reuniu com o presidente da comissão de direitos humanos da câmara de deputados do Paraná, deputado Tadeu Veneri (PT).** Ponta Grossa, 22 fev. 2022r. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02AZBS37ZWqGZ2tR2YiU4T 1PCjtVSZUMeJYswTgaep5uczFoKdLX7maN4EgCcppJmF7l>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Nessa terça feira (05/04) os representantes da FNL - Frente Nacional de Luta - estiveram reunidos com o reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG - na oportunidade questões importantes foram discutidas para a Ocupação Ericson John Duarte que conta com mais de 700 famílias.** Ponta Grossa, 07 abr. 2022s. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02B6xezrYq9ibsvmh7LJUGEz 9DJwtEFKerVBhwR5FcSPR1WLfKRmMj3ZDsicbE9h4Ul>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Nos aproximamos dos dois meses de ocupação, o que até então era apenas um sonho agora tomou forma, mais de 700 famílias com um teto digno para viver e criar seus filhos.** Ponta Grossa, 31 jan. 2022t. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid036bqUwMAEU2ax3bjmH5m A38skJQbNH8k4aFUqKqEWwskLZU97VjwsZhXJBtKHawl>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Nossa ocupação homenageia o compa Ericson John Duarte que morreu ano passado durante o lockdown em Ponta Grossa.** Ponta Grossa, 19 maio 2022u. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02imDZja71Q2c3gbwzpZv2pCSLxUedhv cbD1dJoTLfRqfTxYYmViip22iyc1UUVhzNl&id=107369131789846. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. **O POVO DANDO EXEMPLO.** Ponta Grossa, 17 dez. 2021c. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02yaUweAMmor3sudDTZMK TQNzvaQBKbEX59c6g3X2VRFgr4TiVKLb1i9LEC2VdjYMMl>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **OCUPAÇÃO ERICSON JHON DUARTE DA EXEMPLO DE RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO.** Ponta Grossa, 14 dez. 2021d. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02AuvuLPKbPGgzpAbao55Pt 6U1EShE2zEDCoxQx9vXD9eL7jiQSK221mzPWvSJGrzql>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Os alunos de Administração, Comércio Exterior e Contabilidade da UEPG estão fazendo uma ação solidária para a Páscoa e pretendem arrecadar e doar caixas de bombom para as 350 crianças da Ocupação Ericson John Duarte.** Ponta Grossa, 04 abr.

2022v. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02aniLRk5fS29orMzqvX9uT4dh3pmcwXTAytGTqeWdD8FqfdTJ1wMfasD7u9jPLzUdl>

. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Precisamos de doações para terminar nossa sede.** Ponta Grossa, 26 jan.

2022w. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0KGphayxu6i1hucSRPL9jDK9a4wT4a16KQXtmXV4KaAJh7oiP2txPRaXkAcfu7FMvl>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Protocolização.** Ponta Grossa, 08 dez. 2021e. Frente Nacional de Luta PG.

Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/videos/299590418721124/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Reintegração negada!!.** Ponta Grossa, 06 dez. 2021f. Frente Nacional de Luta PG.

Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=419824206519624>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Reunião nessa segunda com sindicatos, movimentos, acadêmicos, advogadas, professores e professoras da Uepg, além de moradores da Ocupação Ericson John Duarte para planejar a Páscoa das crianças no dia 16 de abril.** Ponta Grossa, 12 abr.

2022x. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0SWQbTANpDVurSoeT3LFGQtC7mmyNX5XFKEBieFfjyxoPdxDZ9ohZoJu4RcgTaeKwl>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Sobre Audiência de Conciliação da Ocupação Ericson John Duarte no Parque das Andorinhas.** Ponta Grossa, 25 abr. 2022y. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0NuP5wS1gWpntA2D93UwAihvRp3CNrL9QE6sHxfBGGqmtai3usbrFFfam9fHssqAel>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Total descaso!!!!.** Ponta Grossa, 11 dez. 2021g. Frente Nacional de Luta PG.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02JMMwWgnZDZ97ku63GzwnHzGK2f9wUHaLz8ibGKSTL4K2FGRXMDEqc8di3CFmRUK6l>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Trecho da reunião com secretário!!.** Ponta Grossa, 08 dez. 2021h. Frente Nacional

de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=577207953348118>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Truculência da PM de Ponta Grossa.** Ponta Grossa, 05 fev. 2022z. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/videos/991491331791705/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Veja essa matéria da revista Movimento e entenda mais sobre a nossa causa.**

Ponta Grossa, 08 dez. 2021i. Frente Nacional de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid0VcVh8baGwBsNhxdFcpp1vNZH9rdJAZcKEy1rPy7vJt2R2sAKtrPndeFVs3PeStHl>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FRESU, Gianni. As premissas de um discurso ininterrupto. FRESU, Gianni. **Antonio Gramsci, o homem filósofo**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 19-30.

GALASTRI, L. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. *Crítica Marxista*, v. 39, n. 1, p. 35-55, 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n° 25, abr. 2018, p.133-166. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_27_2_082.pdf . Acesso em: 26 nov. 2022.

GIL, E. Programa Minha Casa Legal realiza entrega de Termos de Quitação . **Prefeitura de Ponta Grossa (imprensa)**, Ponta Grossa-PR, 13 de maio de 2021. Recurso eletrônico. Não paginado. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/47948>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. Programa Papel Legal realiza entrega de Termos de Quitação no Ouro Verde. **Prefeitura de Ponta Grossa (imprensa)**, Ponta Grossa-PR, 05 de abril de 2022. Recurso eletrônico. Não paginado. Disponível em: <https://pontagrossa.pr.gov.br/node/49612>. Acesso em: 21 jul. 2022.

GÓES, C. Realistas e engajados: a centralidade da política em Gramsci e Schattschneider. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n° 25, abr. 2018, p.133-166. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DzX4LmGsQJ44WDFrmVZ93Sy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2022.

GOHN, M.G.M. Manifestações de protestos nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189145380007.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

_____. Movimentos sociais e ações coletivas no Brasil em 2020 com a COVID-19: solidariedade, protestos, conflitos, confrontos e interpretações teóricas. **44º Encontro Anual da ANPOCS**, [s.l], 2020. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjQ1NjciO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiNGU4MjYyYTYZjMTY4NWJhYjlyYjNjMTMwMWIwMzgxNmMiO30%3D>. Acesso em: 21 nov. 2022.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2022.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de novembro de 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política**. V.3. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2. 3ª ed. Disponível em: <https://marxismo21.org/wpcontent/uploads/2014/08/Gramsci.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

_____. **Cartas do Cárcere**. Seleção e tradução de Noênio Spíndola. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HIRATA, Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2022.

JUNTOS. **Quem Somos**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://juntos.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre- Zouk, 2019.

LIEDMANN, F. Ocupação no Parque das Andorinhas recebe água e esgoto. **DCmais**, Ponta Grossa, 02 ago. 2022. Disponível em: <https://dcmais.com.br/ponta-grossa/ocupacao-noparque-das-andorinhas-recebe-agua-e-esgoto/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

KOSSOSKI, D. Prolar cadastra famílias em ocupação no Parque das Andorinhas. **DCmais**, Ponta Grossa, 24 mar. 2022a. Disponível em: <https://dcmais.com.br/ponta-grossa/prolarcadastra-familias-em-ocupacao-no-parque-das-andorinhas/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. Vídeo: com apoio da polícia, juíza inspeciona área de ocupação em PG. **DCmais**, Ponta Grossa, 11 fev. 2022b. Disponível em: <https://dcmais.com.br/ponta-grossa/video-comapoio-da-policia-juiza-inspeciona-area-de-ocupacao-em-pg/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p. ISBN: 978-85-7559-535-6

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2431625/mod_resource/content/1/Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Abordagens%20Qualitativas%20vf.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

MACHADO, L. E. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR) **RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, p. 65-97, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/24833/16634>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MATIAS, L. F.; NASCIMENTO, E. Geoprocessamento aplicado ao mapeamento das áreas de ocupação irregular na cidade de Ponta Grossa (PR). **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 317-330, mai./ago. 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1368/2059>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MARX, K. **O Manifesto do Partido Comunista**. 1 ed. São Paulo:Boitempo, 2017.

_____. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo:Boitempo, 2010.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002. cap. 1, p. 9-29.

MOTA, A.E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. Especial, p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MUNHOZ, M.R. **“ELES PASSARÃO, EU PASSARINHO”**: o processo migratório das famílias vinculadas ao Programa Integrado Entrada da Cidade de Porto Alegre/RS”. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/589/1/467150.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

NALIN, N. M. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate**. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5552/1/000452191Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

NATAL, J. **UEPG recebe representantes da ocupação do FNL para debater projetos**. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 08 abr. 2022. Disponível em: https://www.uepg.br/reuniaofnl/?fbclid=IwAR1rd4Vs3afYaEv4Cr5hb_U7YQ0KJfLykE6i8VQMVMLpodWctKMbzDrxL iM. Acesso em: 15 nov. 2022.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social201804131245276705850.pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2022.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], p. 179-195, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PONTA GROSSA. Decreto nº933, de 19 de maio de 2006.

Institui o Programa de Regularização Fundiária no município de Ponta Grossa, denominado “Programa Papel Legal”. **Diário Oficial**, Ponta Grossa-PR, 2006a. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/decreto/2006/94/933/decreto-n-933-2006institui-o-programa-de-regularizacao-fundiaria-no-municipio-de-ponta-grossa-denominadoprograma-papel-legal>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. Decreto nº 1.041, de 12 de julho de 2006. Designa a Comissão Especial de Regularização Fundiária e dá outras providências. **Diário Oficial**, Ponta Grossa-PR, 2006b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/pontagrossa/decreto/2006/104/1041/decreto-n-1041-2006-designa-a-comissao-especial-deregularizacao-fundiaria-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. Decreto nº 16.131, de 25 de junho de 2019. Regulamenta o Programa de Regularização Fundiária Minha Casa Legal e dá outras providências. **Diário Oficial**, Ponta Grossa-PR, 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/pontagrossa/decreto/2019/1613/16131/decreto-n-16131-2019-regulamenta-o-programa-deregularizacao-fundiaria-minha-casa-legal-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. Decreto nº 20.205, de 26 de abril de 2022. **Diário Oficial**, 2022a. Disponível em <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diario-oficial/2022-04-27-ed3336.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA (IPLAN). Município de Ponta Grossa: Mapa de Divisão Territorial e Equipamentos Urbanos. Base cartográfica. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/basecartografica/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. Lei nº 14.229, de 05 de maio de 2022. Extingue a Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, mediante incorporação, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas. **Diário Oficial**, 2022b. Disponível em <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diariooficial/2022-05-06-3343.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

PONTES, F.S.; SILVA, G. Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para estudo de produtos jornalísticos. *IN* :BOURGUIGNON, J. A.; JUNIOR, C. R. O. **Pesquisa em Ciências Sociais**: interfaces, debates e metodologias. Ponta Grossa- PR: TODAPALAVRA, 2012.

ROSA, I. Elizabeth quebra o silêncio e diz: 'Sou contra as invasões'. **ARede**, Ponta Grossa, 05 fev. 2022a. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/410863/elizabeth-quebra-osilencio-e-diz-sou-contra-as-invasoes?d=1>. Acesso em: 17 nov. 2022.

_____. 'Segurança de ocupação' é preso com pistolas em PG. **ARede**, Ponta Grossa, 11 jan. 2022b. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/407480/seguranca-de-ocupacao-epreso-com-pistolas-em-pg?d=1>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SANTIAGO, C.; MORAES, R. C. **Como Fazer Análise de Conjuntura**. 3. ed. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014. (Formação de Dirigentes Sindicais, Eixo 2, Fascículo 3).

SANTOS, J. S. Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), Maringá, n. 102, nov. 2009, p. 147-153. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7128>. Acesso em: 18 set. 2022.

SANTOS, R.G. **Segregação socioespacial, economia urbana e fome: uma análise a partir da vila ouro verde em Ponta Grossa-PR**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/572/1/Rogério%20Gomes%20ds%20Santos.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ª ed. Revisada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SCHIMANSKI, E. F. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local?**. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/238/1/Elizabete_Schimanski.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

SCHMIDT, E., S. **Ponta Grossa não pode voltar o tempo e ser palco da manipulação de pessoas sofridas. Mas o respeito às leis ao patrimônio público são as garantias de todas a sociedade! Serei sempre contra as invasões**. Ponta Grossa, 05 de fevereiro de 2022. Instagram: [prefiteaelizabeth](https://www.instagram.com/p/CZmcC5jOTO/). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CZmcC5jOTO/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SILVA, E. A. et al. **Plano de Desenvolvimento Comunitário: Ocupação Ericson John Duarte**. Ponta Grossa, 2022.

SILVA, S.C. **A sociedade civil no município de Carambeí/PR: trajetória de suas relações com o poder público municipal**. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_3d34e19f2554908c256f92af3a8124a4. Acesso em: 07 jun. 2022.

_____. O Conceito de ‘Correlação de Forças’ e Sua Aplicação na Análise de Contextos de Violência. In: CORREA, D. A. **Saberes Integrados: Sociedade e Universidade**. Ponta Grossa: Edições Muitas Vozes, 2018.

SIMIONATTO, I. O social e o político em Gramsci. **Gramsci e o Brasil**, 1997. Recurso eletrônico. Não paginado. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SOUZA, H.J. **Como se faz Análise de Conjuntura**. 34 ed. 3ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUZA, L. Atualização: Guarda Municipal troca tiros com morador de ocupação. **DCmais**, Ponta Grossa, 04 jan. 2022a. Disponível em: <https://dcmais.com.br/destaques/guardamunicipal-troca-tiros-com-morador-de-ocupacao/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. Justiça indefere liminar de reintegração de posse em terreno ocupado por famílias de PG. **DCmais**, Ponta Grossa, 06 dez. 2021. Disponível em: <https://dcmais.com.br/pontagrossa/justica-indefere-pedido-de-reintegracao-de-posse-em-terreno-ocupado-por-familias-depg/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

_____. Ocupação em terreno público já tem 70% das casas erguidas. **DCmais**, Ponta Grossa, 04 jan. 2022b. Disponível em: <https://dcmais.com.br/destaques/ocupacao-em-terreno-publicoja-tem-70-das-casas-erguidas/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. Vídeo: desembargador do TJPR vistoria ocupação no Parque das Andorinhas. **DCmais**, Ponta Grossa, 18 fev. 2022c. Disponível em: <https://dcmais.com.br/ponta-grossa/aovivo-desembargador-do-tjpr-vistoria-ocupacao-no-parque-das-andorinhas/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea/Enap, 2018. cap. 4, p. 105-138. ISBN 978-85-7811-331-5.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Lula é eleito novamente presidente da República do Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral**, [s.l.], 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamentepresidente-da-republica-do-brasil>. Acesso em: 21 nov. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/TrivinosIntroducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

UOL. Áudio, Lula, FHC, STF e mais: o que vazou de Moro e Lava Jato até agora. **Uol**, São Paulo, 07 jul. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2019/07/07/os-vazamentos-da-lava-jato-ate-agora.htm>. Acesso em: 21 nov. 2022.

WANDERLEY, L. E. W. Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 5-30, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7MYnzMSwhmj5twRCD7p4KRj/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2022.

XAVIER, L.G. Jair Bolsonaro é eleito presidente da República com 55% dos votos. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/546933-jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-darepublica-com-55-dos-votos/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

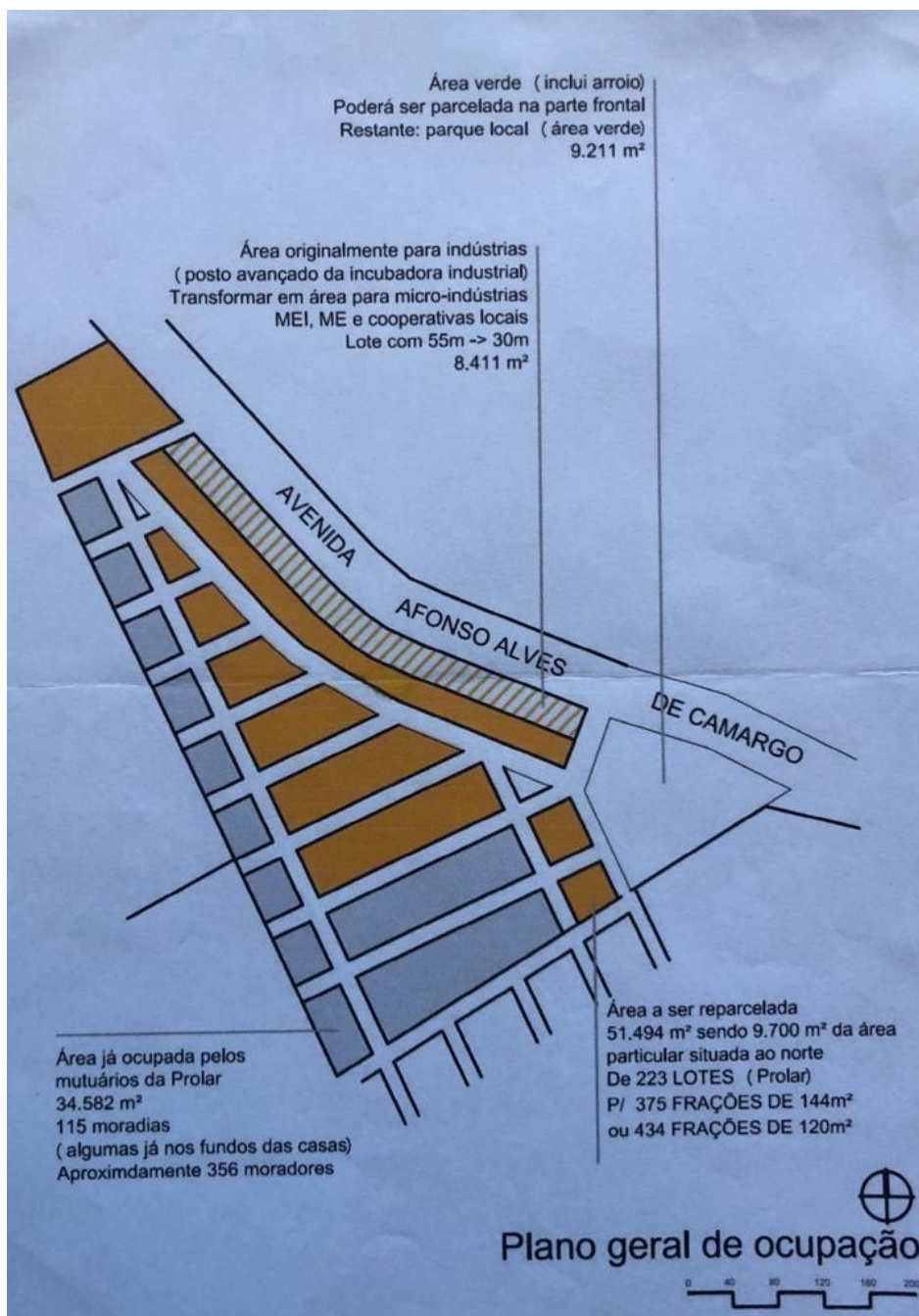
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

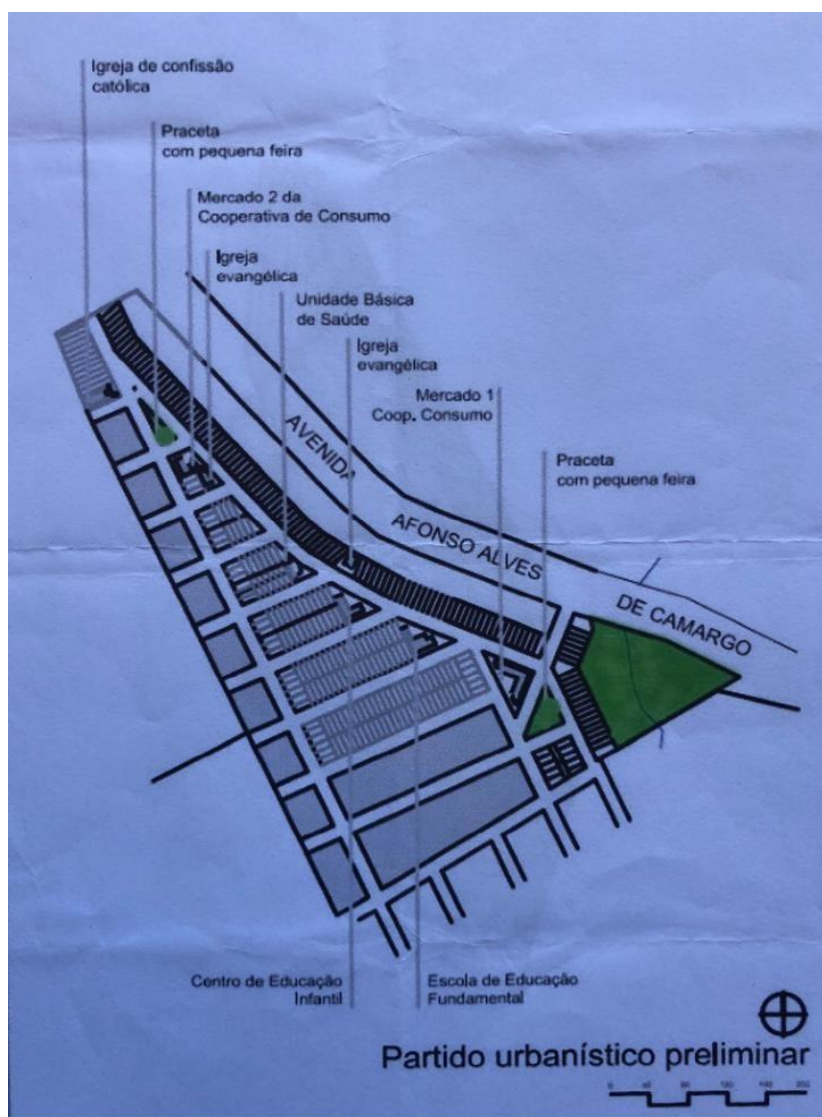
Eu, Matheus Dums, portador do CPF 100.071.529-90 responsabilizo-me pela redação deste Trabalho de Conclusão de Curso atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e paginação de quem foram extraídos (se transcritos literalmente) ou somente indicada a fonte e página (se apenas utilizada a ideia do autor citado). Declaro, outrossim, ter conhecimento de que posso ser responsabilizado legalmente caso infrinja tais disposições.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Matheus Dums', is centered on the page. The signature is fluid and cursive, with the first letter of each name being capitalized and prominent.

Assinatura

ANEXO A – PLANO GERAL DA OCUPAÇÃO



ANEXO B – PARTIDO URBANÍSTICO PRELIMINAR

**ANEXO C – MODELO DE HABITAÇÃO COM COMÉRCIO NA PARTE FRONTAL
DA CA**



ANEXO D – MODELO DE HABITAÇÃO COM COMÉRCIO NA PARTE LATERAL DA CASA



ANEXO E – MODELO DE RESIDÊNCIA SEM COMÉRCIO